



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Programa de Pós-Graduação em História**

***LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO***

**De Neide a Fera da Penha - Discursos e  
Representações Sociais que atualizam um estigma na  
mídia**

**Anette Lobato Maia**

Brasília, Novembro de 2008.

**Anette Lobato Maia**

**De Neide a Fera da Penha - Discursos e  
Representações Sociais que atualizam um estigma na  
mídia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Laura Segato

Brasília, Novembro de 2008.

**Banca Examinadora**

**Brasília - DF, 07 de novembro de 2008.**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Laura Segato (Orientadora/DAN-UnB) - Presidenta**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ondina Pena Pereira (PSI/Universidade Católica de Brasília)**

**Prof. Dr. Sullivan Charles Barros (UNIEURO/UnB)**

**Suplente:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Damares de Castro Aleixo**

## Agradecimentos às pessoas

À minha mãe e ao meu pai por terem sido atentos e cuidadosos comigo durante todo o decorrer da dissertação mesmo quando me ausentava dias seguidos.

À amiga Leda que ouviu e leu todos os meus “poderosos” *insights* via telefone, pessoalmente e por e-mail, ficando calada quando percebia que eles eram coisinha pequena demais para a minha excitação.

À amiga Betina Stefanello por manter-se sempre em vigília quando de meus achaques, viroses e indisposições de humor, revelando-se a grande cuidadora de que tanto precisei.

Ao coletivo feminista: Daniela Gontijo, Flávia Timm, Célia Selem e Sílvia Roncador pelas diferentes experiências de sororidade.

Às companheiras Juliana Watson, Taís Itacaramby e Tatiana por renovarem minha visão da experiência militante.

À Rita Segato por ter aceito o meu projeto, pelo incentivo, pelos e-mails na madrugada carregados de experiências de contra-hegemonia mundo afora, que me fizeram continuar os trabalhos quando a mente pedia para desistir.

À Ondina Pena Pereira pela crítica intelectual amorosa, pela imensa solicitude e pela delicadeza nas pequenas coisas do cotidiano.

Às professoras Tânia Navarro-Swain, Diva do Couto Gontijo Muniz e Cristina Maria Teixeira Stevens pelos textos bem escolhidos e pelos debates arrojados que empreenderam durante todas as aulas que tive no Mestrado.

Ao Sullivan Charles Barros por ter me incentivado a prestar a prova do Mestrado quando eu achava que não ia dar conta do volume de tarefas.

À Jacqueline Pontevedra pela amizade quando estive perto e longe de mim.

Ao coletivo da escola em que trabalho: Ana Lúcia, Eliete, Redu, Rossélia e Tércia pelo respeito com que ouviram minhas opiniões e por terem me acolhido em meus momentos de tristeza.

Saibam que vocês tod@s me constituem!

## **Agradecimentos às instituições públicas e seus profissionais**

Aos profissionais das bibliotecas do Senado e Câmara Federal e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo imenso profissionalismo com que me trataram. Profissionalismo que me fez acreditar mais uma vez que o serviço público pode cumprir bem a sua função pública.

Aos funcionários da Biblioteca da UnB e da PPG História por terem mostrado prontidão e cordialidade sempre que deles precisei.

Por fim, agradeço às professoras Liliane Machado (UCB) e Damares de Castro Aleixo pela presteza e delicadeza com que aceitaram integrar às bancas de qualificação e de defesa, respectivamente, dessa dissertação.

## Resumo

O presente trabalho buscou identificar através da análise de conteúdo, as representações sociais que deram base à reedição de duas produções midiáticas na primeira década do século XXI sobre o assassinato perpetrado contra uma criança por Neide Maia Lopes, a chamada Fera da Penha em 1960.

Buscou-se também levantar os diferentes agentes que permitiram que um crime perpetrado há tantos anos fosse retratado pelas citadas produções, um programa televisivo e um livro, como itens de pauta de uma agenda moral onde o silenciamento e a abjeção foram os mais recursos utilizados para impedir interpretações comprometidas com a humanidade de Neide. O trabalho é uma nova interpretação do caso Fera da Penha a partir das contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero e, também, da Historiografia das Mulheres.

Palavras-chaves: gênero, historiografia das mulheres, imprensa e criminalidade

## Abstract

This study sought to identify, by means of content analysis, the social representations which provided the basis for the **reediting** of two **media productions** in the first decade of the XXI Century about the murder perpetrated against a child by Neide Maia Lopes, the so-called *Fera da Penha*, in 1960.

It also intended to raise the different **agents** that allowed a crime that was perpetrated such a long time ago to be shown by media productions (a TV show and a book), as items of a **moral agenda** where the silencing and the **abjection** were the most used resources to impede interpretations **compromised** with Neide's life like a human being. This work presents a new understanding of the *Fera da Penha* case, developed through contributions of Feminist and Gender Studies, as well as the Historiography of Women.

Key words: gender, historiography of women and criminality.

# SUMÁRIO

<b>SIGLAS E INFORMAÇÕES IMPORTANTES.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 – A Fera da Penha em minha infância.....</b>	<b>11</b>
1.1 A Fera da Penha nas produções midiáticas na década corrente .....	11
<b>1.2 Delineando o objeto .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 O caminho escolhido para a leitura do corpus documental e a obtenção de seus conteúdos e sentidos .....</b>	<b>16</b>
1.3.1 Análise de Conteúdo.....	16
<b>1.4 A interpretação: leituras que forjaram a minha versão.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>26</b>
<b>A CONSTRUÇÃO DA FERA .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 Etapas da construção .....</b>	<b>26</b>
1.1.1 A Neide Menina.....	27
1.1.2 A Neide Adolescente .....	27
1.1.3 A Neide Jovem .....	28
1.1.4 A Neide Amante .....	29
1.1.5 A Neide Amiga de Nilza.....	30
1.1.6 A Neide Grávida de Antônio .....	30
1.1.7 A Neide Vítima de um Aborto.....	31
1.1.8 A Neide Assassina: A construção do livro .....	31
1.1.9 A Neide Assassina : A construção do LDJ .....	33
1.1.10 A Neide Fera da Penha- No livro.....	34
1.1.11 A Neide-Fera da Penha- No LDJ .....	35
<b>1.2 A verdade televisiva.....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 Construída na anomalia e para a abjeção .....</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>44</b>
<b>DISCURSOS COMPETENTES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>2.1. Falas competentes.....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Fala dos especialistas.....</b>	<b>46</b>
2.2.1 Quanto à assassina Neide.....	46
2.2.2 Quanto ao caráter do crime.....	48
2.2.3 Fala do especialista em relação à condição de amante .....	49
2.2.4 Fala dos especialistas em relação à Neide na condição de suspeita de um crime .....	50
<b>2.3 Fala dos especialistas que escreveram o CAB em um chat de perguntas coordenado por Domingos Meirelles, apresentador do LDJ.....</b>	<b>51</b>

<b>2.4 Fala da atriz Alice Borges, que interpretou Neide, na faixa de “Extras” no DVD do LDJ, a respeito de sua personagem: .....</b>	<b>53</b>
<b>2.5 Fala de Cinara da Silva, no LDJ .....</b>	<b>54</b>
<b>2.6 Conteúdos do CAB. Textos escritos por Marcelo Faria de Barros, autor do livro CAB.....</b>	<b>54</b>
2.6.1 Neide quando criança .....	54
2.6.2. Neide amante de Antônio .....	54
2.6.3 Neide como Fera da Penha .....	55
<b>2.7 A construção da Fera da Penha, em síntese .....</b>	<b>55</b>
 <b>CAPÍTULO III .....</b>	 <b>57</b>
 <b>O CASO FERA DA PENHA COMO REITERAÇÃO PATRIARCAL.....</b>	 <b>57</b>
3.1 Memorial de uma digressão.....	57
3.2 Neide, Uma Subjetividade Inadmissível .....	61
3.3 A produção midiática em nossos dias – Agenda Setting e Framing: O caso Fera da Penha como agenda moral.....	66
3.4 Produções jornalísticas, produções alinhadas ao sistema penal .....	71
3.5 A Vingança como Manchete Conveniente.....	73
3.6 A mídia: facilitando a arrecadação de tributos.....	77
3.7 O crime, a cena e a sociedade .....	78
 <b>CAPÍTULO IV.....</b>	 <b>81</b>
 <b>DAS EVIDÊNCIAS E DO DISSENSO.....</b>	 <b>81</b>
4.1 Sobre o crime passional.....	81
4.2 Sobre o amor que aqui se fala.....	84
4.2.1 O amor vivido por Neide .....	85
4.2.2 O amor pensado por diferentes autores.....	87
4.3 A vingança.....	89
 <b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA DESFECHO.....</b>	 <b>93</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	 <b>99</b>

## SIGLAS E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

**LD – Linha Direta:** Programa televisivo exibido semanalmente pela TV Globo. Além de exibir teledramaturgicamente crimes perpetrados mais recentemente, fornece números telefônicos e endereços para a localização de foragidos por parte da audiência. Apresentação de Domingos Meirelles.

**LDJ – Linha Direta Justiça:** Programa televisivo exibido pela TV Globo. É uma modalidade do programa Linha Direta (LD). Dá uma abordagem teledramatúrgica a diferentes crimes ocorridos num passado mais distante e que tiveram grande repercussão na mídia e nos tribunais. Apresentação de Domingos Meirelles. O caso Fera da Penha foi apresentado, nessa modalidade, em 30/10/2003.

**LDJ em DVD:** O Programa de TV, Linha Direta Justiça (LDJ), em formato DVD. Nele está contida uma seção de Extras com a entrevista das atrizes que participaram dos diferentes crimes abordados: casos Leila Diniz, Zuzu Angel, Dana de Teffé, Fera da Penha. Nos três primeiros, casos as mulheres são vítimas de terceiros, no último a perpetradora.

**CAB:** Livro *Crimes que Abalaram o Brasil* que possui reportagens sobre crimes de grande repercussão escritas sob a forma de crônica policial. São seus autores Marcelo Farias de Barros e Wilson Aquino. Lançado no primeiro semestre de 2007 pela Editora Globo. Nele está contida uma crônica sobre o caso Fera da Penha. No livro há citações do diário de Neide, que, segundo Marcelo Faria de Barros, ela escreveu no cárcere. O autor não menciona o período em que ela o redigiu, embora uma das citações esteja datada no ano de 1964. Tampouco informa como teve acesso a esse conteúdo íntimo e se obteve autorização para divulgá-lo, já que as informações ali contidas relatam as lembranças dela sobre diferentes aspectos de sua vida. Não houve menção no LDJ à existência do diário e nem às suas revelações. Em minha opinião, o diário se assemelha mais a um livro de memórias, pois aborda fatos do passado, lembranças de diferentes etapas da vida de Neide que ela foi registrando na prisão.

**CHAT do CAB:** Chat apresentado pelo *site* globo.com, após o lançamento do livro Crimes que Abalaram o Brasil (CAB). Nele se apresentaram os autores do livro: Marcelo

Farias de Barros e Wilson Aquino. As respostas de Marcelo aos internautas e membros da platéia só foram aqui transcritas quando estiveram relacionadas ao caso Fera da Penha, que ele redigiu. O jornalista Domingos Meirelles participou do *chat* prestando auxílio à condução do mesmo.

**CHAT do LDJ – Fera da Penha:** *Chat* sobre o programa LDJ- Fera da Penha, apresentado pelo site globo.com, após a realização do mesmo na TV aberta em 30/10/2003. O *chat* foi realizado com perguntas destinadas ao jornalista Saulo Gomes.

**Informação:** Apesar de o nome de Neide ser grafado com “y” no CAB, manteve a escrita com i, a fim de manter uma uniformidade e uma aproximação à grafia mais utilizada na mídia.

# INTRODUÇÃO

## 1 – A Fera da Penha em minha infância

Nasci em 1964, em Brasília. Durante minha infância, nas férias anuais passadas na Baixada Fluminense, fui advertida algumas vezes para não sair sozinha da casa de minha avó porque a “Fera da Penha poderia me pegar” na rua. Garota ouvia, naquele Rio de Janeiro esquecido pelas autoridades e pelas políticas públicas, outras duas expressões que me assustavam: “fulana é ruim que nem a Fera da Penha” e “beltrana só perde para a Fera da Penha”. Sei que essas expressões ainda surgem vez por outra nos subúrbios cariocas, hoje, porém, sei de quem se fala, de Neide Maia Lopes. Não se trata de uma mula-sem-cabeça, nem de um duende ou fantasma da meia-noite que os adultos mencionam para conter as crianças em seus ímpetos. Fala-se aqui da história de um ser humano tornado figura abjeta. Procuo nas próximas páginas da presente dissertação entender em que bases se dá a transmutação de Neide em Fera da Penha, ainda em nossos dias, e as representações sociais que a levam novamente a figurar na mídia.

### ***1.1 A Fera da Penha nas produções midiáticas na década corrente***

No ano de 1960, diferentes jornais cariocas cobriram o crime de assassinato de uma menina, Tânia Maria, pelas mãos da ex-amante de seu pai, Neide Maia Lopes, então com vinte e dois anos. Tal episódio marcou a história criminal do Rio de Janeiro: tratava-se de um crime cometido contra uma criança e, segundo os periódicos de então, os possíveis alvos indiretos, nas palavras da assassina, eram o pai desta e o restante da família. A imprensa redigiu muitas páginas com especulações sobre o crime, que teve grande repercussão na população da cidade e nos subúrbios desta, onde foi perpetrado.

As notícias falavam dos pormenores cometidos no assassinato da criança, da prisão de Neide, de sua recusa em se dizer a seqüestradora e posterior assassina da menina e do longo interrogatório a que foi submetida até proferir a confissão. Foram descritos pelos jornais, também, os fatos de sua detenção, a recusa em receber seu pai em cárcere logo após sua prisão, a inexistência da reconstituição do crime pelo risco de ela vir a ser linchada em

praça pública e, por fim, o primeiro e depois o segundo julgamento, este com uma sentença de 33 anos de prisão, que veio a ser atenuada para 15 anos em razão do bom comportamento da presa.

O cumprimento da pena por Neide não teve o papel de libertá-la da alcunha recebida nem das representações sociais a ela vinculadas. Há cinco anos, a Rede Globo reconstituiu o crime em seu programa Linha Direta – Justiça (LDJ), reconstruindo o episódio de modo macabro, fazendo desse pretense resgate da memória mais uma condenação de Neide, viva até então, com 69 anos. Em 2007, a Editora Globo, do mesmo conglomerado da rede televisiva, lança um livro<sup>1</sup>, Crimes que Abalaram o Brasil (CAB), com uma versão distinta daquela que foi veiculada em TV aberta sobre o caso criminal. Nessa publicação, o motivo pelo qual Neide teria se insurgido contra a filha do amante é mais elaborado e mais polêmico, do ponto de vista de uma moral pequeno burguesa, do que a mera passionalidade e/ou o sentimento de abandono aventadas pela imprensa da década de sessenta e, também, pelos mostrados pela versão apresentada pelo Linha Direta. É a partir das nuances de Neide, que vi explicitadas no CAB, que construo minha dissertação/interpretação sobre o Caso Fera da Penha, buscando uma compreensão maior das reedições do mesmo nas produções recentes já citadas.

Usarei a primeira pessoa do singular no decorrer das próximas páginas, porque entendo que toda fala é posicionada e que, sendo assim, parte de onde “os meus pés pisam”, ou seja, do meu lugar de mulher não-branca<sup>2</sup>, construída em um pensamento colonizado, latino-americana e trabalhadora. Dessa forma, não é por acaso que o meu objeto de pesquisa diz respeito ao tratamento jornalístico dado à vida de uma mulher comerciária e suburbana. Trata-se de um compromisso político com as mulheres que são oriundas de uma mesma fração de classe que eu, mas que não tiveram as mesmas oportunidades que tive. Assumo, então, a difícil tarefa de escrever sobre parte da vida de uma mulher pautada pela mídia, não por feitos patrióticos, políticos ou científicos, mas por um crime que ela cometeu e que vem sendo lembrado nos últimos tempos em produções culturais distintas por motivos que me parecem ser um misto de obscuros, escusos ou, ainda, marcados por um forte patrulhamento ideológico. A História que empreendo é

---

<sup>1</sup> O livro é composto por histórias sobre diferentes crimes em distintas reportagens. O caso Fera da Penha é uma delas.

<sup>2</sup> Conforme a classificação dos setores dominantes da economia e pensamentos ocidentais e que abraço com zelo militante.

interessada, como acredito que as outras todas o sejam, mesmo que seus autores ou autoras não o assumam. Procedo à uma interpretação enviesada, feminista, sabedora que às mulheres muito poucas páginas foram destinadas nos livros de História. Redijo com consciência de que a historiografia das mulheres é conquista delas, obtida por seus desejos de reconhecimento de seus feitos (polêmicos ou não), encobertos pelo manto de quem constrói uma história androcêntrica. À medida que tais historiadoras pesquisam, imbuídas de fazeres científicos distintos dos que estão colocados hegemonicamente e, à medida que constroem epistemologias feministas, surgem histórias inteiramente outras, e as mulheres deixam o lugar de meras espectadoras dos tempos vividos para tornarem-se protagonistas. Vemos que elas cumpriram papéis de diferentes graus de importância, do mais modesto ao mais valorizado socialmente, apesar de as grandes narrativas constantes nos livros didáticos e acadêmicos não trazerem essas atuações à luz.

Minha leitura do Caso Fera da Penha será claramente apaixonada. Embora sem justificar o crime, tentarei “escutar” o ato de Neide como uma fala sobre si e sobre o mundo e exumar a voz da autora, sepultada pela crônica policial e o discurso supostamente técnico do prontuário. Acredito, como Simone Schmidt e Ramos, que:

A leitora crítica feminista é - ao contrário desse sujeito neutro, não posicionado, acima do bem e do mal – posicionada no espaço, no tempo, sexual e politicamente, e por isso mesmo trava com o texto que é objeto de sua análise uma relação que não é neutra nem impessoal, mas interessada, intensa e, muitas vezes, por que não, apaixonada. (SCHMIDT E RAMOS, 2007, s.n.).

Busco fazer uma história que assume reticências, descontinuidades, interrupções e interrogações sem possibilidades de respostas. Como diz Jenkins (2001, p.59), não almejo “findar interpretações”. Entendo que a história se assemelha a um mosaico, em que sempre estão faltando peças, onde a montagem varia de acordo com a argúcia e o viés de quem a escreve, sem pretender-se a única, nem livre de subjetividade, que se assume como uma interpretação. Uma história que não se põe como a mais verdadeira, até porque, como nos ensina Michel Foucault, a verdade está intimamente ligada ao poder. “Ela não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2002, p. 12 ).

Espero, por isso, que minha interpretação proporcione um novo olhar e um novo sentir sobre as produções culturais dadas a esse caso criminal na década ainda em curso. Não se trata de tornar trivial a dor daqueles que sofreram com a morte da menina Tânia Maria, mas de ressaltar, de um outro lado, a Fera da Penha como uma grande montagem ou construto de

uma imprensa e uma justiça feitas por homens e, por isso, melindrada pelo alcance simbólico que o crime perpetrado por ela obteve. Alcance que repercutiu numa sentença perpétua, viabilizada, principalmente, pelos meios de comunicação de massa, que colaboraram para garantir a longevidade da representação que a ela foi colada, mesmo depois de paga a sua sentença. Não menosprezo dores, nem as da família de Tânia Maria nem as de Neide, ainda aprisionada no cárcere midiático. Pretendo somente dar um outro enfoque ao crime a partir do que sobre ele foi relatado pelo LDJ, pelo CAB e por produções do conglomerado Globo relativas a ambos os produtos.

## **1.2 Delineando o objeto**

A Rede Globo de Televisão veicula, desde 1999, um programa intitulado Linha Direta (LD). Simulam-se com atores ainda sem notoriedade cenas de distintos crimes (em geral dois por episódio) acontecidos em todo o país, a pretexto de ajudar a população e a polícia a encontrarem seus perpetradores foragidos. Em cada episódio há uma mescla de cenas simuladas por atores com cenas onde aparecem as fotos das vítimas e de seus prováveis perpetradores. Comumente depoimentos de familiares e de outras testemunhas da cena do crime ou de situações que o precederam compõem a narrativa. Todo esse empenho na realização do programa tem por finalidade que a produção receba telefonemas, que ela frisa poderem ser anônimos, denunciando a presença dos criminosos em alguma localidade do país.

Existe uma variante desse programa que também vai ao ar: o Linha Direta – Justiça (LDJ) que, não pretendendo capturar criminosos foragidos, destina-se a reproduzir dramaticamente, com o emprego de atores, crimes marcantes na história policial do país. Entremeadas às cenas de reconstituição do crime, utiliza-se da fala de testemunhas do mesmo e de especialistas em áreas de comunicação, de criminalística, de justiça e até de psicanalistas. Consecutivamente a esses episódios televisivos de cunho histórico, houve o lançamento do livro *Crimes que Abalam o Brasil* (CAB), impresso por uma editora também pertencente ao conglomerado Globo.

Minha dissertação abordará apenas um caso dessa série histórica de crimes abordados tanto na versão dramatizada pelo Linha Direta quanto na publicada no citado livro. Trata-se, como antecipei, do “Caso Fera da Penha”. Esse crime foi abordado em ambas as produções com significativas distinções de roteiro, mas que a princípio redundam em um só

resultado: na apartação social de uma mulher que se insurgiu contra o seu ex-amante e sua família. A sua punição se deu tanto pelo seu encarceramento, quanto pelo estigma a ela associado. Pretendo analisar o conjunto de textos das produções mencionadas com o auxílio da Análise de Conteúdo (AC), com algumas das ferramentas oferecidas pela Análise do Discurso (AD) e com o arcabouço teórico oferecido pelos Estudos Feministas, de Gênero e pela Historiografia das Mulheres. Busco tanto as distinções quanto as semelhanças entre o livro e o episódio lançado na TV (e hoje disponível em DVD) no esforço de entender o discurso midiático sobre o caso em questão.

Intentarei, portanto: 1) levantar as representações sociais <sup>3</sup> constantes no episódio e no livro, particularmente as que expõem o caráter do crime e o de sua perpetradora, 2) analisar tais representações com o suporte dos estudos Feministas, de Gênero e da História das Mulheres, e 3) estabelecer seus elos com o conjunto de discursos que hoje circulam na sociedade brasileira. Discursos que fazem com que a Fera da Penha se apresente como um acontecimento, senão esperado, absolutamente plausível para os tempos em que vivemos. Entendo que “ não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade” (ORLANDI, 1999, p.89). A montagem, a invenção da Fera Penha é um exemplo de como esse nó se forma no cotidiano.

A teia de informações e de conhecimentos que constitui os três itens citados anteriormente será somada às contribuições oferecidas pelos estudos na área de Comunicação, especialmente, aqueles ligados à hipótese de que a imprensa trabalha com agendas prévias, planejadas, a serem lançadas publicamente nos diferentes meios de comunicação. Isto é, com técnicas de *Agenda Setting*. Aplicadas por *staffs* superiores das empresas de comunicação de acordo com seus interesses políticos, estas técnicas dão suporte à construção de uma agenda pública que dita o que deve ser noticiado.

A reedição do Caso da Fera da Penha, pensada a partir da *Agenda Setting*, não figura então como algo inusitado, que surge como uma idéia sem vieses para garantir audiência na TV e altas vendas em livros. Trabalho com a perspectiva de que estamos todos submetidos

---

<sup>3</sup> Por peremptória que possa parecer a representação social, vejo-a como Ângela Arruda ao afirmar que “A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel”. Sendo assim, minha intervenção sobre um objeto visto como um aparente consenso midiático se torna mais suscetível ao debate e à desconstrução.

a uma orquestração moralista que torna a reedição de casos como o da Fera da Penha, senão um imperativo, uma necessidade inadiável para alguns agentes. Particularmente os agentes propagadores do moralismo por meio do *mass media* dentro do país. Entendo que há um esforço desses agentes em banir e tornar estigmatizadas algumas modalidades de insurgências e desvios com relação à moral dominante em diferentes veículos de comunicação, o que acaba por constituir uma agenda moral. Agenda esta que pode se utilizar de um caso criminal perpetrado no passado para se ver cumprida na atualidade, pautando-se em representações sociais que ainda hoje fazem sentido.

### **1.3 O caminho escolhido para a leitura do corpus documental e a obtenção de seus conteúdos e sentidos**

#### 1.3.1 Análise de Conteúdo

Para construir esta dissertação parti do seguinte *corpus* documental:

1) um DVD do Linha Direta – Justiça, produzido pela Globo Vídeo a partir do Linha Direta Justiça veiculado na TV Globo e idêntico a ele;

2) um livro intitulado *Crimes que Abalaram o Brasil* da Editora Globo que transpõe à linguagem escrita diversos casos televisados no Linha Direta;

3) um *chat* sobre o lançamento do livro realizado pela globo.com;

4) a secção de extras do DVD Linha Direta – Justiça com a presença da atriz que interpretou Neide Maia Lopes; e

5) um *chat* realizado com o Jornalista Saulo Gomes (na globo.com) apresentado logo após a veiculação do LDJ em 30/10/2003. Ele foi um dos especialistas consultados pelo LDJ.

O meu trabalho diante desse *corpus* foi o de:

a) situar os diferentes elementos que atuaram juntos tornando possível a reedição da Fera da Penha em nossos dias ;

b) identificar as representações sociais constantes nos documentos analisados, no que se refere ao crime e à Neide, tanto no livro CAB, quanto no LDJ e nos *chats* realizados sobre ambos que foram veiculados na WEB.

Para tanto, usei principalmente da Análise de Conteúdo (AC) e de algumas ferramentas da Análise de Discurso (AD). A última, por entender que cada fala tem uma base, uma afiliação discreta ou marcadamente ideológica.

Entendo a Análise de Conteúdo como técnica de pesquisa, onde “o texto é meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.682). Dessa maneira, aqui busquei trabalhar mais com os conteúdos, com o pensamento que diferentes sujeitos manifestaram em suas falas, e numa escala menor, realcei os sentidos nelas contidos, proposta afeta à AD em suas dezenas de versões.

Fica claro que a análise proposta, tal como a História que empreendo, não se presta a fornecer dados para uma reconstituição dos acontecimentos tal como foram, até porque essa tarefa está no terreno do impossível. No entanto, ela pode oferecer meios para situar as forças ou os poderes que promoveram o relato tal como foi construído pela imprensa no LDJ, no CAB e nos *chats*. E, em particular, a análise pode sinalizar os contornos da agenda moral que constitui ambos. Busquei a produção de sentidos na marca (ou estigma) Fera da Penha, não no passado, mas, em nossos dias, nesta primeira década do século XXI. Trabalhei, inclusive, com a possibilidade de que o *corpus* anteriormente citado pudesse ser ampliado com novos dados caso mais produções das Organizações Globo surgissem em torno do citado caso<sup>4</sup>.

O material selecionado possibilitou entender os conteúdos, sentidos e representações sociais que são produzidos no episódio do LDJ e no livro CAB, em suas similaridades e distinções. As diferenças nas produções destinadas a um público de massa, no caso o episódio veiculado gratuitamente na TV aberta, e o texto do livro, abrangedor de um público bem menor que os de espectadores da televisão, constituem fator de indagação nesse trabalho, uma vez que encontrei, em uma primeira análise, algumas distinções substantivas entre um material e outro.

---

<sup>4</sup> Em mais uma alusão ao caso Fera da Penha, viu-se a construção da personagem Sílvia na novela *Duas Caras* (veiculada em 2008) na TV Globo. Esta tentou matar o filho de seu namorado, Ferraço, por se ver sem condições de engravidar. Ferraço teria feito vasectomia no passado como forma de proteger-se do assédio das mulheres e de manter sua fortuna conquistada de maneira ilegal. Sílvia não suportando uma situação em que deixa de ser protagonista na vida de Ferraço, insurge-se contra seu recém-descoberto filho, o que a levou a ser chamada nos estúdios de gravação e na mídia que cobre novelas, de “Fera da Barra”, em razão de uma referência do autor da novela à Fera da Penha. O roteiro não foi adiante na tentativa de caracterizar Sílvia como uma Fera da Penha reeditada. Informação obtida no site Extra que consta nas referências bibliográficas.

Na trama televisiva, além do uso de atores para simularem o crime e o contexto que aparentemente o teria gerado, há o comentário de jornalistas da época em que foi perpetrado, de testemunhas do caso amoroso e da cena após o crime, de um promotor e de um juiz que trabalharam no caso, e de pessoas que, de alguma forma, rendiam homenagens à menina morta em um pequeno santuário a ela ofertado por populares do subúrbio. O episódio televisivo apresenta pouco registro do passado de Neide, antes de seu namoro com Antônio. Narra-se apenas seu hábito de ler Nelson Rodrigues e tramas policiais em casa e a caminho do trabalho, além de mostrá-la como um ser pouco íntimo à própria família. É como se ela tivesse passado a existir somente a partir do enlace com esse homem e do crime que veio a deflagrar. Já no livro, escrito pelo mesmo diretor de reportagens que fundamentaram o roteiro televisivo, Marcelo Faria de Barros, há trechos de um diário que Neide escreveu na cela e um conjunto de informações que ele fornece sobre ela. Essas informações vão de sua infância à idade adulta, o que de alguma forma dão um novo caráter à Neide que foi mostrada ao público na novela montada no LDJ. No programa, os dados da pesquisa jornalística obtidos por Marcelo Faria de Barros foram desconsiderados pelo escritor do roteiro, Charles Peixoto.

Ao examinar os diferentes produtos das Organizações Globo, selecionados por mim e relativos ao Caso da Fera da Penha, os conteúdos que melhor estiveram colocados para verificar uma agenda moral são os do:

- 1) Discurso jornalístico e o
- 2) Discurso jurídico/médico apropriados pela escrita jornalística.

Ambos estão dispersos no LDJ e no livro CAB, porém de maneira distinta, tendo em vista que no primeiro, esses variados discursos foram mais largamente utilizados para compor a trama.

A análise de todos esses discursos é a base material de que disporei para construir futuras argumentações no campo da *Agenda Setting*, que no Caso Fera da Penha, é especialmente derivada da agenda moral, propagada pelos meios de comunicação por meio dos formatos sensacionalistas dados ao programa LDJ e ao livro CAB. Entendo que as técnicas utilizadas na construção do programa e do livro desempenham o papel de melhor viabilizarem o direcionamento político adotado na concepção de ambos, seja na edição do que efetivamente deveria ser tornado público na forma de notícia, seja na escolha de recursos e efeitos como sons, trilhas e vinhetas que tornam a agenda moral mais facilmente assimilável para leitores e telespectadores.

#### **1.4 A interpretação: leituras que forjaram a minha versão**

O fato de eu ter em mãos dois produtos distintos no que concerne ao sensacionalismo e ao grau de desumanização frente a Neide Maia Lopes, veiculados por empresas do mesmo conglomerado Globo, fizeram com que eu construísse reflexões sobre as decisões jornalísticas e sobre o que é veiculado em colunas policiais e mesmo em colunas não policiais de jornais destinados a um público de classes média-baixa e baixa. Minhas visitas à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possibilitaram o contato com jornais dotados de uma estética e de um estilo de abordagem as quais há muito tempo não tinha acesso, ainda que existam similares em nossos dias. Eram os jornais “que, se espremidos pelo leitor jorravam sangue”, conforme se diz popularmente. A minha maior inquietação diante desses impressos era perceber que os crimes em geral e, particularmente, os considerados mais cruéis eram abordados ao mesmo tempo de forma bizarra e sensacionalista, como se a tragédia<sup>5</sup> não pudesse ser integrada à vida, como parte constitutiva dela. A tragédia criminal da forma como vi abordada naqueles jornais não promovia a reflexão ou um repensar sobre o mundo e sobre as instituições presentes na vida humana, tampouco propiciava a catarse como o antigo teatro trágico grego fazia. Senti durante aquelas visitas um empobrecimento dos conteúdos da tragédia que não dista daquele evidenciado também no CAB e no LDJ.

Todo este emaranhado de informações da imprensa da década de 60 do século passado até os anos 2000, fizeram com que quisesse conhecer mais sobre a imprensa investigativa, mormente em sua modalidade policial. Encontrei trabalhos como o de Nívea Pedroso (2001), que analisa tanto a gramática discursiva empregada no jornal sensacionalista carioca “A Luta”, nos anos oitenta do século passado, quanto os elementos de sedução nele constantes para atrair leitores de forma massiva. E estes elementos, quais sejam, letras, manchetes, seleção de fotos foram precisamente os empregados nos jornais da década de 1960, quando da cobertura do Caso Fera da Penha. Com uma abordagem distinta da anterior, Márcia Amaral (2006), em seu livro, busca encontrar a viabilidade de um jornalismo popular que não seja sensacionalista e tampouco militante, e que torne exequível, mesmo assim, a possibilidade de análise e crítica por seus leitores. A autora acredita que o jornalismo

---

<sup>5</sup> A tragédia no teatro grego antigo tinha o papel de propiciar a catarse da platéia. Mais sobre o assunto em *Do pathos do teatro grego à paixão da contemporaneidade* de Edilene Freire de Queiroz que consta referências bibliográficas.

destinado aos setores mais populares também pode ser feito com o emprego de boas argumentações e de uma avaliação consistente das situações abordadas.

Por focar o papel legitimador da imprensa com relação ao Sistema Penal, os trabalhos de Marília Budó (2006) oferecem um importante suporte para entender como se opera esse processo e como ele está sintonizado com as novas doutrinas penais e como repercute na produção midiática.

Uma outra publicação importante é a de Kleber Mendonça (2002) que, ao estudar o programa Linha Direta da TV Globo, busca, a partir de uma análise contundente do Discurso, mostrar como esse produto jornalístico, voltado para setores populares, funciona e permite à emissora se elevar à categoria de autoridade dentro da sociedade, naquilo que diz respeito à investigação de crimes e à captura de criminosos com a delação da audiência. Sob o pretexto de estar ajudando a população, a emissora se coloca no lugar do poder público, o que resulta em um distanciamento dos cidadãos comuns do mesmo ao não acioná-lo diretamente. A emissora acaba deixando cada cidadão que se serve dela à sua mercê, como substituta que se arvorou ser das tarefas que cabem ao Estado.

Outro campo que veio merecendo pesquisa na área de Comunicações/Imprensa, diz respeito à interferência e à repercussão da subjetividade dos agentes midiáticos naquilo que está sendo reportado. A isto se denomina *newsmaking*. O foco no *newsmaking* surgiu após um certo esgotamento de estudos sobre a figura do *Gatekeeper*, agente que filtraria na redação o que seria colocado no ar ou em páginas de distintas publicações, o que lhe conferiria um poder de dirigir massas consumidoras de diferentes mídias.

Segundo Alberto Cavalcanti e Venício Lima (2007), a razão dessa virada no foco de análise se daria porque pesquisadores “não descobriram a prevalência de manipulação deliberada dos conteúdos. No caso da atividade jornalística, descobriram, sobretudo, a prevalência de critérios técnico - profissionais bastante disseminados e, num segundo plano, avaliações sobre o que os jornalistas acreditavam que correspondia ao interesse público.”

Em nossos dias, uma nova abordagem que vem mobilizando uma série de pesquisadores diz respeito à hipótese de existência uma agenda pública, pautada por assuntos que os operadores da mídia situam como interessantes ou não. Para eles a hipótese prevalecente é a de que:

a construção da agenda pública é um processo complexo e múltiplo, embora se reconheça (...). que alguns atores sociais tem mais capacidade e poder de

interferir na formação dessa agenda do que outros. Aqueles que controlam, pautam e editam veículos de comunicação estão, sem dúvida, entre os bem aquinhoados. Mas, nesse processo de construção da agenda, há generoso espaço para o imprevisível, para os fatos que (...) geram edições extraordinárias e assim por diante. (CAVALCANTI E LIMA, 2007, s.n.).

Como o meu intuito é trabalhar com produtos de comunicação distintos construídos por duas empresas de um mesmo conglomerado na área de comunicação, a Rede Globo e a Editora Globo, sobre um mesmo tema, a agenda moral para o Caso Fera da Penha, a abordagem de agendamento, mais que outros estudos em comunicação até agora vistos, torna-se a mais afinada para a análise que pretendo empreender após o exame do *corpus* documental. A relevância aqui dada à agenda moral reside no fato de que, à semelhança do dispositivo<sup>6</sup>, ela está presente na vida diária, no fazer repetitivo e cotidiano das pessoas e das instituições, só que de forma deliberada, tal como observou Rita Segato<sup>7</sup> em debate sobre o tema. E para que funcione sem perder a pujança normatizadora, a agenda moral precisa ser deliberadamente reiterada pelas escolas e pelos meios de comunicação, entre outros tantos agentes de veiculação da ordem. A palavra agenda remete ao verbo *agere*, que em latim significa agir, portanto, para a moral que convém aos setores dominantes manter-se vigente, ela necessita de ações metodicamente programadas para que seja reiterada, lembrada e inculcada, passando a idéia de que pode ser algo incontestável.

Já no campo mais específico da historiografia das mulheres brasileiras, cito como leituras importantes para meu projeto, entre tantos outros trabalhos, o de Carla Bassanezzi (1996 e 1997), sobre os conteúdos relativos às boas maneiras, ao amor e ao casamento nas revistas destinadas ao público feminino entre as décadas de 40 e 60 do século passado; o de Mary Del Priore (2005), principalmente por situar a entrada do amor e do erotismo dentro dos casamentos brasileiros; o de Diva Gontijo (2005) por mostrar que o Código Civil de 1940 era um contenedor dos comportamentos de uma emergente mulher moderna e o de Margareth Rago (1997), por apontar como o emprego da disciplina (nas primeiras décadas do século XX) no cotidiano da fábrica e da vida familiar foi largamente utilizado como ideal

---

<sup>6</sup> Entendido como um conjunto que engloba um número sem fim de discursos, enunciados, proposições filosóficas, medidas administrativas entre outros tantos domínios comunicáveis em rede entre si. (FOUCAULT, 2005).

<sup>7</sup> Durante a orientação do presente trabalho foi sendo construída por Rita Segato a designação de agenda moral às deliberadas inserções midiáticas que veiculavam conteúdos de ordem moral afinados com interesses ligados a perpetuação de um modo de ser e estar no mundo próprios das elites econômicas e sociais do país.

higienizador das relações e importante contribuição para a construção de um país que se imbuía do lema de Ordem e o Progresso durante a 1ª fase da República.

Cada um desses trabalhos serviu para eu me situar nos diferentes embates vividos por um espectro bastante diversificado de mulheres na primeira metade do século XX<sup>8</sup>, no Brasil, do ponto de vista da opressão das instituições patriarcais e, também, para compreender as disputas sócio/políticas e os cenários econômicos nos quais o país estava mergulhado pelo menos até o final da década de sessenta. Na extensa bibliografia fornecida pelos Estudos Feministas e de Gênero, cito como autoras que exerceram forte influência na minha construção do trabalho e na minha interpretação do mundo e da vida gendrada, Rita Segato e Colette Gillaumin. A primeira pelo seu modelo interpretativo que expõe, didaticamente, as relações assimétricas de gênero: construídas sob o tributo das mulheres, pela exação do feminino e pela organização da fratria em poderosos jogos de reedição da masculinidade. A autora seguinte se fez importante em razão da meticulosa análise do corpo feminino como um enorme conjunto de fontes apropriáveis pelos homens na garantia de perpetuidade de seus postos hierárquicos.

Partindo da idéia de que o crime cometido por Neide foi caracterizado pela imprensa como de vingança, conseqüência de uma história de amor não realizada a contento para ela, também recorri a publicações que me dessem contribuições sobre o amor, a conjugalidade, a fidelidade, o casamento e o dispositivo amoroso. O intuito de recorrer a tais textos é o de perceber o papel do amor nas cinco décadas precedentes a de 60 e no que a presença ou ausência do dispositivo amoroso contribuiu na redação jornalística sobre o crime.

A Psicanálise me trouxe a contribuição de Jurandir Costa (1998) que, em seus estudos, analisa as razões pelas quais o romantismo amoroso foi proposto, ao mundo ocidental, dentre elas a que situa o romantismo como uma fonte de êxtase privilegiada no mundo individualista burguês. Esse êxtase anteriormente obtido em rituais religiosos, na experiência da guerra ou em rituais orgiásticos, passa a ter no casal e na família sua sede quase que exclusiva.

Os parques êxtases do romantismo amoroso acabam por se tornar a salvação emocional das pessoas diante de um mundo individualista, sem partilhas e de fácil desamparo.

---

<sup>8</sup> Os projetos de desenvolvimento econômico e social para o país não passavam por avanço dos direitos das mulheres. Inúmeras militantes se notabilizaram por se indispor contra as ondas modernizadoras da primeira metade do século XX que não as contemplavam em suas demandas por emancipação.

A busca ao par amoroso e sua manutenção constituem-se em estratégias, quase injunções contemporâneas, a fim de que a aridez não tome conta da vida por completo.

Instigada sobre a universalidade da paixão amorosa, recorri a Josefina Lobato (1997) que em seu estudo atravessa as literaturas ditas ocidental e oriental, mostrando diferentes modalidades culturais de exercício da paixão amorosa. O último artigo de seu livro põe em questão o pretense regime de liberdades do amor romântico, permitindo que compreendamos mais o mandato do projeto individualista de sociedade, onde o casamento não aparece como aliança entre grupos, mas como projeto de um casal para si próprio. O casal se liberta da obrigação familiar, mas se subordina ao que o amor determina, paradoxalmente.

Sobre o enlace amoroso e seus percalços, cito o livro de Laura Kipnis (2006), *Contra o Amor*, que sem uma escrita canônica, ainda que bem fundamentada em autores tão distintos como Marx e Foucault, debate com fina argúcia a pretensamente inquestionável unanimidade do amor em nossos tempos. A autora analisa com humor as batalhas conjugais assistidas na vida doméstica em nossos dias, ajudando a questionar o papel do amor na contenção de desejos e na obstrução do projeto de se construir um novo modo de se viver.

O ímpeto por captar o espírito de nosso tempo no campo das relações amorosas me levou à leitura de uma modalidade de livro de auto-ajuda de larga vendagem: aquela que busca debater com o leitor de forma não acadêmica temas tão distintos como homossexualidade, amor eterno, casamento, fidelidade e apetite sexual.

Os autores mais característicos desse tipo de literatura no Brasil são hoje Regina Navarro Lins (1999) e José Ângelo Gaiarsa (2004), que se apóiam na teoria Reichiana, tanto para fazer suas críticas ao casamento tradicional e aos seus desdobramentos, quanto para propor novas modalidades de amor, seja em relações homo ou heteroafetivas. Apostam, assim, em boas relações, isentas da noção de perpetuidade e mais calcadas na vivência do prazer sexual e da amizade. É uma literatura que carece de um debate sobre o papel vigente do Patriarcado, o que despolitiza as diferentes propostas, tornando-as ingênuas, mas que de qualquer forma, por serem voltadas para um público das classes médias, têm seu mérito, pois acenam com sugestões avançadas para os setores que sentem esgotadas as possibilidades das uniões tradicionais. Acredito que o delito de Neide esteja intimamente ligado a modelos de amor e de família que ratificam o poder patriarcal e que acabaram por ser coadjuvantes dele.

A leitura dos livros descritos no parágrafo anterior teve como intento pensar na ressignificação do amor e da família, com a ajuda de publicações que debatam o papel de

ambos. Acredito nessa ressignificação como um meio de minar o solo que sedia crimes como o que foi praticado por ela. Por mais difícil que possa ser a mudança dos sentidos do amor e do casamento, entendo que a tarefa pouparia sofrimentos que são evitáveis.

Tendo em vista que o impacto aparente<sup>9</sup> do assassinato cometido por Neide se deu pela vítima ser uma menina, recorri a Philippe Ariés (1981), para compreender a infância como invenção moderna e as particularidades que deram materialidade ao seu surgimento. Em seu livro *História Social da Criança e da Família*, ele relata que durante a transição dos séculos XVII para o XVIII, foi sendo construído um período de ingenuidade e fragilidade para o ser humano, que em razão dessas duas características, passou a ser cuidado com maior zelo, como garantia de obtenção da felicidade futura.

No intuito de entender o percurso de mulheres que cometem assassinatos, busquei a tese publicada de Rosemary de Almeida (2001), *Mulheres que Matam*, realizada a partir de entrevistas com detentas e de pesquisa documental na cidade de Fortaleza. O crime é apontado pela pesquisadora com uma medida que dá visibilidade às demandas dessas mulheres, tornando públicos anseios e insatisfações com a sociedade instituída.

As leituras anteriormente citadas me deram condição para alimentar a discussão teórica que empreendi, na medida em que forneceram fundamentos para que eu entendesse a reedição constante do Caso da Fera da Penha como uma prática que revela a História em suas descontinuidades e rupturas, que a apresenta em sua não-linearidade, na sua ausência constitutiva de começo e de fim datadamente demarcados.

Ainda que a reedição da história da Fera da Penha possa cumprir papéis diferentes daqueles que a fizeram surgir como acontecimento no passado, como a contenção das mulheres e de suas insatisfações, a reapresentação dela continua inspirando cautela em razão do seu forte apelo moral também na atualidade. Por isso, examinar o ressurgimento da Fera da Penha, os sentidos discursivos contidos na reedição e as condições materiais que permitiram o programa televisivo e a crônica são também meus intuítos no presente trabalho.

---

<sup>9</sup> Digo aparente por acreditar que o impacto foi construído porque Neide atentou contra a família mononuclear, instituição tão cara ao Patriarcado naqueles dias quanto nos que hoje correm. Outras crianças já morreram em circunstâncias tão lamentáveis e horrendas quanto Tânia Maria e não mereceram tal destaque na mídia. Não se trata de minimizar o ocorrido à menina, mas de questionar o porquê da relevância de alguns homicídios e suas vítimas frente a outros, uma vez que entendo que as humanidades todas são feridas quando se fere ou se mata qualquer um dos seus integrantes.

Dividi a dissertação em quatro capítulos, que foram assim organizados:

- i. No primeiro, abordo a construção da Fera da Penha, tanto no livro Crimes que abalaram o Brasil quanto no Linha Direta Justiça.
- ii. No segundo, busco identificar nos conteúdos dos diferentes discursos jornalísticos, médicos e dos profissionais do Direito, as representações sociais para o crime.
- iii. No terceiro, empreendi uma discussão sobre a imprensa e sua relação com o sistema penal. Busquei também debater a agenda moral que a vem pautando. Construí a partir desses elementos, minha interpretação sobre a invenção Fera da Penha do ponto de vista dos aportes teóricos feministas.
- iv. No capítulo final analiso o amor, a vingança e a passionalidade como ingredientes que construíram a Fera da Penha nos textos midiáticos, pontuando minhas divergências a respeito do que foi teledramaturgicamente apresentado e escrito sobre esse caso criminal.

# CAPÍTULO I

## A CONSTRUÇÃO DA FERA

### 1.1 Etapas da construção

Durante a infância de Neide Maia Lopes, na década de quarenta do século XX, o Brasil vivia um período de transformações que viabilizavam o projeto de modernização conservadora do governo Vargas. No país foram implantados planos relativos à industrialização e urbanização, e, no mesmo período assistiu-se à difusão de novos meios de comunicação. As mudanças traziam, em seu bojo, efeitos colaterais que couberam ao patriarcado da época combater. Particularmente aquelas de cunho comportamental, que acompanhavam regimes de liberdades alcançados pelas mulheres de então, seja pelo acesso ao estudo, seja pelo exercício de atividade laboral. Não é à toa que, em 1940, vê-se todo um ordenamento dos profissionais ligados ao Direito e à justiça no sentido de “conter esse movimento de modo a discipliná-lo, com a condução e/ou recondução das mulheres ao confinamento do espaço doméstico para se dedicarem exclusivamente à maternidade, aos cuidados com os filhos/marido/casa, foi objeto de investimento do saber jurídico da época”. (MUNIZ, 2005, s.n.). No referido ano, o Código é lançado e se coloca como uma normativa legal de destaque para coibir avanços maiores por parte das mulheres na cena pública.

Em 1960, aos 22 anos, Neide Maia Lopes trabalhava como comerciária, namorava, lia bastante, não depilava as axilas, fumava, mostrava-se ativa e destemida frente aos namorados e circulava do trabalho para casa sozinha, conforme o *corpus* documental formado a partir de produtos midiáticos do conglomerado Globo. Essas descrições mostram uma jovem que passava ao largo do modelo de mulher ideal construído pelo saber jurídico brasileiro à época. Toda essa caracterização presente no livro CAB e no Linha Direta, se dispõe num *continuum* que culminará na construção da Fera da Penha. O roteiro foi concebido de modo a se pensar que uma predição se faria realidade, pois uma mulher pouco atenta às normas não poderia, para o pensamento patriarcal vigente, ter um destino decente: a profecia se cumpriria no assassinato de Tânia Maria, filha diletta de seu amante.

O desenrolar da vida de Neide foi abordado de maneiras distintas no CAB e no Linha Direta Justiça e ambos, de alguma forma, se comprometiam com uma predição, com uma certeza determinista não pronunciada, de que ela nascera estranha, crescera complicada e em

boa pessoa não se transformaria. Há etapas da vida de Neide abordadas no programa e no livro, outras somente em um deles. Porém, em ambos, observamos uma Neide lentamente se metamorfoseando em Fera da Penha. A seguir farei um resumo do que foi veiculado pela televisão e pelos escritos para que as distinções entre o LDJ e o CAB estejam mais próximas de quem lê a análise.

### 1.1.1 A Neide Menina

A Neide menina é descrita como uma criança triste no CAB. “Os pais não permitiam que ela brincasse com outras crianças. Além disso, era maltratada pelos avós. Levava uma vida monótona e guardava dolorosas lembranças da infância ...”. (BARROS, 2007, p.159). O autor comenta ainda que ela “sentia-se pouco atraente. Tinha o rosto marcado pela acne e o nariz adunco. Era introspectiva e sem muitas ambições na vida.” Além de todas as descrições que a tornavam um ser estranho ao ideal de infância inocente, alegre, ingênuo e puramente lúdico, próprio da Modernidade nesta etapa, a garota era portadora de uma outra qualidade que “a diferenciava das crianças de sua idade: Neyde era uma leitora voraz”. O conjunto de descrições até agora levantado a coloca como uma menina que se sentia pouco confortável entre os seus mais próximos e, também, consigo mesma.

### 1.1.2 A Neide Adolescente

Neide é descrita no CAB como alguém que driblava a insônia com “revistas de contos policiais e de mistério, como a X-9, Terror Verde, Emoção e Detetive.” O livro acrescentou que ela, nessa época, passou também a gostar das crônicas de Nelson Rodrigues. Sobre esse apreço pela leitura, há o seguinte comentário no citado livro: “Era a sua vingança contra um dia-a-dia medíocre”. A palavra vingança dá um acento ao gosto pela leitura, não cogitável comumente. Poderia se associar ao gosto pela leitura fatores como a curiosidade, o encanto por novas realidades, o interesse por narrativas sobre mistérios policiais. A palavra vingança vem associada ao fato de Neide ter um cotidiano medíocre ao qual, fica implícito, deveria ter se curvado sem procurar alternativas.

Devo frisar que em toda a narrativa do livro e que, nas próprias citações colhidas do diário de Neide, não há menção de que ela aspirasse a um cotidiano mais movimentado do

que aquele que vivenciava. Ou seja, tanto vingança quanto a mediocridade aventadas parecem ilações pouco fundamentadas para justificar os hábitos de leitura de Neide. O que me leva a considerar que de maneira forçosa, o autor quis caracterizá-la como vingativa até quando a situação não se prestava a esse tipo de associação.

### 1.1.3 A Neide Jovem

No LDJ, Neide é apresentada como uma jovem, que lendo até mais tarde, consumia muita luz, o que resultava em advertências orais por parte do pai, como pagador das contas de eletricidade. Em ambos os produtos LDJ e CAB, a leitura efetuada por Neide está associada a coisas não edificantes: vingança, gastos extras, desperdício e tentativa de fugir de um destino medíocre.

No LDJ, Neide é caracterizada como uma mulher que anda sozinha de trem, tendo a sua condição de trabalhadora mencionada uma única vez. Há imagens dela (da atriz que a interpretou) no trem portando jornal, e lendo concentradamente o mesmo, sem dar muita importância ao que se passava ao seu redor. Segundo o LDJ e o CAB, Neide teria conhecido o amante, Antonio Couto Araújo, em 1959, em um vagão de trem num percurso suburbano.

A descrição sobre a juventude de Neide é mais detalhada no CAB. Informa que ela trabalhava como conferente de escritório nas lojas Ducal. No livro há informação de que ela teve outros namorados e que de um, em especial, William, chegou a se defender com unhas e dentes, dado o ciúme do mesmo. Esse trecho escrito por Neide no seu diário e “colado” no CAB, ilustra o proceder de Neide:

Ele era muito ciumento; eu, além de ser geniosa, era muito teimosa, e todos os dias nós brigávamos (...). Infelizmente não pude suportar por mais tempo o seu ciúme doentio, e assim colocamos um ponto final no nosso namoro. (BARROS, 2007, p.163).

Além de sua conduta com o namorado, o livro a descreve como fumante, e como leitora que fazia “conjecturas filosóficas”. Ainda que este último comentário possa ser interpretado como uma sutil ironia, merece ser reproduzido aqui porque há um reconhecimento de que Neide pensava elaboradamente. Reconhecimento que se dará em outro momento do presente texto.

Neide também é descrita no livro como alguém que “não depilava as pernas, nem as axilas. E que gostava de assistir provas de ciclismo.” As descrições do livro e as imagens de

Neide no LDJ fumando, andando sozinha, virando noites sem dormir em meio a livros policiais são perfeitamente alinhadas a um perfil de mulher inadequada, em desordem com o projeto de mulheres voltadas para a família e para o lar. O espanto e o rechaço diante de sua singularidade também foram apresentados por meio de descrições injustificáveis de seu corpo e de seu cotidiano. As descrições minuciosas demonstram que o autor, enviesado pela agenda moral, não se calou frente a uma mínima discrepância do modelo de mulher por esta considerado ideal.

#### 1.1.4 A Neide Amante

No tocante aos sentimentos de Neide em relação a Antônio, o LDJ mostra uma mulher perturbada e descontrolada. Em um diálogo com Antônio quando ainda se encontravam às escondidas, ela lhe diz: “Eu vou te falar pela última vez, Antônio. Presta atenção. Ou você larga a sua mulher e vem comigo, ou eu mato toda a sua família”.

A sentimentalidade de Neide é explorada em outro ângulo no CAB. Ali chegam a reproduzir textos do diário dela embevecida com Antônio. “Foi com ele que encontrei todo o carinho, o afeto que não tive na infância” (p.164). Na mesma página há também a constatação de que Neide, em suas próprias palavras, oscilava entre uma ação vanguardista para o seu meio social, ao ter vida sexual fora do casamento: “Quando ele me fez aquela proposta, novamente, eu cedi, cedi porque gostava dele e pouco me importava o que poderia acontecer”, e o receio de que essa situação se tornasse pública para os seus pais: “E assim passamos a ser amantes, eu já não podia olhar direito para os meus pais, tinha medo que descobrissem alguma coisa; eles sempre tiveram confiança em mim e eu não queria decepcioná-los.”

Quando se lê os trechos escritos por Neide, observa-se que ela era constituída por discursos antagônicos, o da coragem emancipatória e o receio de uma moral rígida a lhe cobrar posturas. O que a torna distante de um sujeito cartesiano: racional, indivisível e consciente. Neide aqui aparece descentrada, portadora de facetas incoerentes.

O LDJ não deu margem ao conhecimento de nuances da moça. Neide foi apresentada monoliticamente como uma jovem voluntariosa, passional, pouco regrada e dissimulada. Em uma cena do casal Neide e Antônio, durante um dos seus encontros privados, precedida pelos acordes de um tango na trilha sonora, ela o interpela com uma pergunta: “Você teria coragem de me beijar se eu estivesse morta?”. Seguindo a pergunta, ela completa indagando se a

beijaria mesmo se fosse uma morte por lepra. O ar fatalista dessa pergunta e o clima passional que a antecede não guardam semelhança com nenhuma cena da Neide apresentada no livro. Ainda que também nele, ela fosse apresentada como leitora de Nelson Rodrigues, não se faz dela, levemente, mais uma personagem do grande elenco rodrigueano, por mais dramático que tenha sido o estilo da narrativa construída.

No LDJ, essa associação ao escritor e dramaturgo é automática. Em determinado momento, Rui Castro comenta “A história dela tinha os ingredientes típicos de uma história de um Nelson Rodrigues. Uma mulher que se apaixona por um homem casado, mantém com ele um caso durante algum tempo, depois é, digamos, dispensada por esse homem e se vinga na família desse homem.” A fala de Castro e de outros especialistas entremeando o roteiro não é gratuita, serve ao propósito de dar sentido às cenas feitas com personagens, ao enquadrá-los nesse ou naquele perfil emocional ou psicológico.

#### 1.1.5 A Neide Amiga de Nilza

A descoberta por Neide de que Antonio era casado, a mobiliza a visitar sua casa e família às escondidas deste. Em ambas as narrativas, do LDJ e do CAB, Neide se apresenta como Nilza<sup>10</sup>, já que a esposa de Antônio também assim se chamava. Nessas visitas, em meio a bate-papos cordiais, Neide descobre Tânia Maria como o afeto mais nutrido por Antônio. É a partir da etapa seguinte que veremos uma mudança mais radical entre os roteiros do CAB e do LDJ. Ambas as versões só irão se encontrar de novo na deflagração do assassinato de Tânia Maria.

#### 1.1.6 A Neide Grávida de Antônio

Essa etapa da vida de Neide é completamente omitida do LDJ. No livro, há uma importante revelação de Neide, extraída de seu diário, nunca mencionada no programa televisivo:

um mês depois da primeira visita a casa dele, fiz uma descoberta que, apesar da triste situação, me deixou feliz. E à noite, quando ele foi me esperar,

---

<sup>10</sup> No LDJ Neide se faz passar por uma fictícia Nilza que frequentou a mesma escola que a Nilza esposa. No CAB, Neide se faz passar por Nilza, uma ex-vizinha da esposa de Antônio.

contei que ia ser mãe, encontraria forças para contar tudo a meus pais e eles talvez me perdoassem e eu viveria unicamente para o meu filho. (p.169).

Neide continua o relato, dizendo que a notícia não recebeu boa acolhida, que Antonio propôs aborto e que brigaram a ponto de ela lhe dar um tapa e receber outro de volta. O autor do CAB continuou citando Neide nessa etapa do enredo. “Aos poucos, fui descobrindo que me sentia mal ao seu lado. Falei com ele francamente, que não gostava mais dele, que era melhor esquecermos o passado, que meus pais não ficariam sabendo quem era o pai de meu filho, que isso era a única coisa que eu podia fazer por ele”. (p.169). A resposta de Antônio a essa ponderação, segundo ela, foi a de ameaçá-la. Disse que o filho não poderia nascer e que se ela deixasse de falar com ele, escreveria uma carta anônima a sua família contando tudo.

#### 1.1.7 A Neide Vítima de um Aborto

O autor do CAB relata que Antônio, dois meses depois de fazer a ameaça a Neide, a abordou de forma carinhosa e apaixonada. Convidou-a, no dia seguinte, para um passeio a Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro. Neide saiu com ele certa de que este iria lhe apresentar um amigo, conforme Antônio havia combinado. Ambos subiram até um determinado apartamento na Rua Voluntários da Pátria, e somente ali, ela percebeu que se tratava de uma clínica médica. Há aqui uma descrição de Neide saindo do prédio cambaleante e com náuseas, horas mais tarde. Somente ao chegar em casa, com uma carona de Antônio, Neide veio a perceber o que acontecera a ela. Ela sofreu algumas dores e uma forte hemorragia que lhe deram a certeza de que um aborto tinha sido feito em seu corpo, sem o seu consentimento.

#### 1.1.8 A Neide Assassina: A construção do livro

No CAB, há um relato de Neide após o aborto em que ela diz que “Andava nervosa, sentia medo e, às vezes, tinha a impressão de que alguém me seguia. Quatro dias depois, encontrei com ele. Já não suportava a sua presença”. (p.171). O jornalista prossegue o texto dizendo que um mês após realizar um aborto em Neide, Antônio pergunta sobre a criança, fazendo-se de desentendido. Aqui abre-se mais uma fala de Neide no livro. Ela, naquele momento, percebe o quanto “ele não prestava” e diz ter sentido “vontade de matá-lo”. Essa cena tem como desfecho a ameaça de Antônio. Ela teria que ficar quieta, suportar a presença dele por muito tempo, pois, caso contrário, seus pais seriam notificados de sua conduta. Desde

então, o CAB aponta que Neide passou a alimentar um “forte desejo de vingança” contra Antônio. São narradas suas visitas à uma loja de armas, a compra de uma em particular e a sua desistência da mesma em nome de uma mais potente dias depois, dado o pouco alcance da primeira. A passagem de Neide pelo matadouro da Penha também é descrita. Quando ela visitava uma amiga em suas imediações, ela sempre observava o local, segundo o autor, “fermentando pensamentos de vingança contra o amante. Imaginava se os urubus também não podiam levar para longe despojos humanos”.( p.172 ). O desenrolar da compra da arma e da contínua observação desse logradouro, em particular, se dá com a ida a Piedade, bairro onde Tânia Maria estudava. Assim ela descreve aquele dia:

“Na manhã seguinte ao dia de São Pedro, saí de casa as 12 h, peguei a lotação e fui para Cascadura, saltei onde deveria, mas não sei o que aconteceu comigo, que peguei outra lotação e desci em Piedade. Andei muito, entrei numa confeitaria e telefonei para o colégio onde Taninha estudava.”

Neide, segundo o CAB, então se fez passar pela mãe de Tânia ao telefone. Disse estar doente e avisou que, por isso, uma amiga de nome Odete buscaria a filha à porta da escola. A diretora anuiu e desligou o telefone. Logo depois, Odete (Neide, na verdade) comparece, alta, loira, magra para levar Tânia conforme o combinado. A criança a reconhece em função das inúmeras visitas da moça à sua casa.

Neide passeia com a menina por horas nas imediações de Piedade. O livro relata que ela, no decorrer da caminhada, ligou para Nilza, mãe de Tânia e confirmou o seqüestro sem se identificar. Dali teria partido com a menina para a casa de uma amiga, no bairro da Penha. Sobre isso, Neide conta com suas palavras: “Fui parar na casa de uma ex-inquilina de minha avó, Zizélia, fiquei lá bastante tempo e a sensação de medo não me abandonou.” (p.180). Ela e a garota aguardaram Zizelia chegar para entrarem em seu apartamento. Ao adentrarem no domicílio Tânia Maria quis olhar o conjunto habitacional pela janela, Neide então pediu um banquinho a amiga, para que a menina pudesse fazê-lo. A amiga o fez com relutância. Neide teria mentido sobre a identidade da criança a Zizélia. Ainda na residência desta, consta no CAB, Neide teria lhe pedido uma tesoura e cortado uma mecha dos cabelos da menina também a contragosto da amiga. Neide alimentou ali a menina com leite, recusando a janta que Zizélia ofereceu junto ao marido que tinha chegado em casa momentos antes da refeição. Neide se despediu da amiga e seguiu com Tânia perambulando por várias ruas. Comprou pipoca para a garota e logo depois entrou em um armazém para comprar álcool.

Após um breve momento sentada em um banco de pracinha, Neide se encaminhou com Tânia, no escuro da noite, para os fundos do matadouro da Penha. O autor do livro narra:

Ao chegar ali, empurrou a menina como se quisesse que ela andasse na sua frente. Taninha caiu de lado na grama e se sujou de barro. Sofreu uma lesão na coluna. Começou a chorar. Neide apanhou o revólver Taurus, calibre 32, na bolsa. Apontou para a cabeça da filha do amante e atirou. Depois, despejou a garrafa de álcool sobre a menina ainda viva. Apanhou uma caixa de fósforos Fiat Lux na bolsa. Acendeu um palito e jogou sobre ela. Largou a garrafa vazia e a caixa de fósforos perto do corpo. Fugiu. (p. 181).

Alternadamente às descrições desses fatos, são construídas narrativas sobre a caçada à menina e à sua seqüestradora tanto pelos policiais quanto pela imprensa da época, mais particularmente pelo jornalista Saulo Gomes, profissional que será citado em outros momentos do trabalho.

#### 1.1.9 A Neide Assassina : A construção do LDJ

Após seguidas visitas à residência de Nilza, sem o conhecimento de Antônio, Neide decide comunicar a ele que sabe de seu estado civil. Pede que ele desista do casamento e se junte a ela. As imagens mostradas são de uma Neide que se transtorna diante de uma situação frustrante: “Eu vou falar pela última vez, Antonio. Presta atenção. Ou você larga a sua mulher e vem viver comigo ou eu mato toda a sua família.” Ela conclui a ameaça dizendo que não queria ser mais amante dele. As cenas que dão conseqüência à ameaça são as da compra da arma, do telefonema que Neide dá a escola dizendo ser a mãe da menina, do seqüestro da mesma, de sua visita à amiga Zizélia. Também no LDJ, Neide corta uma mecha do cabelo da menina e embrulha em papel, frente à estranheza da amiga para tal ato. Há o comentário do promotor, em meio à narrativa, de que o cabelo seria uma prova para Antonio do seqüestro perpetrado por Neide, para intimidá-lo. É dito que Neide percorreu naquele dia cerca de 12 km com a menina em um período de seis horas. Após despedir-se da amiga e partir da casa desta, Neide prossegue a caminhada junto a Tânia. No trajeto, compra álcool em um armazém. Leva a menina no meio da noite, aos solavancos, ao matadouro da Penha. A menina grita. Neide dispara o revólver e atea fogo no corpo. Foge em seguida.

A caçada policial e da imprensa já ocorriam também paralelamente ao seqüestro e assassinato de Tânia Maria. Isso é mostrado na teledramaturgia. Quando Tânia foi

assassinada, já havia a suspeita de que o seqüestro - até então o crime era esse- tivesse sido perpetrado por Neide.

#### 1.1.10 A Neide Fera da Penha: No livro

O livro nos relata que quando chegou em casa, policiais já a aguardavam na entrada do prédio em que residia. Estavam à sua procura por suspeita de seqüestro. Até então não se falava em assassinato. Neide negou o seqüestro, mas mesmo assim foi detida. Consta na narrativa que ao pedir para entrar em casa, antes de se encaminhar para a delegacia, acabou deixando sua bolsa à vista e os policiais ali encontraram um revólver. “Ao ser interrogada, Neide, sempre muito tranqüila, negou a acusação do seqüestro. Fazia pose para os fotógrafos e ria alto. Depois mudou o tom e afirmou que uma mulher de nome Vilma lhe havia pedido para seqüestrar a criança.”

Após essa declaração Neide, ainda teria afirmado que Vilma era a noiva de um amante de Nilza, a mãe da menina seqüestrada. Disse também que Nilza sabia quem era o seqüestrador. O CAB afirma que Neide caiu em várias contradições. Quando o corpo de Tânia é encontrado no matadouro da Penha, os policiais a levam da delegacia ao local onde o mesmo se encontrava. O comentário é que a reação de Neide foi violenta. Pediu que a tirasse dali: “...me tira daqui, pelo amor de Deus que eu conto tudo na delegacia”(p. 186). Neide confessa que o corpo era o da menina procurada e volta para a 24ª DP.

Neide ali volta a negar o assassinato. “Os policiais decidiram usar um estratagema para dobrá-la: deixaram-na de pé durante todo o interrogatório e a proibiram de fumar” (p. 186). A moça só confessou o crime após 12 horas de inquérito. Contribuiu para isso, a insistência do repórter Saulo Gomes, em saber dos fatos, depois de pedir permissão ao delegado para entrevistá-la. Neide respondeu às perguntas feitas por ele ao vivo pela Radio Continental: “Eu não vou dizer nada. Agora, sabe de uma coisa? Sabe de uma coisa? Eu queria matar a família toda, infelizmente eu não tive tempo.”(p. 186). Houve uma comoção popular a partir daí. Consta que ela só não foi apedrejada porque a policia calculou essa possibilidade e enganou os populares ao retirarem-na da delegacia. Os jornais imediatamente estampam manchetes cunhando-a de Fera da Penha. O autor do CAB relata que Neide chorou a noite toda quando de sua transferência da delegacia para a Penitenciária Lemos de Brito. O pai de Neide teve medo de que Neide fosse linchada. “Diariamente, encontrava despachos de macumba na porta de sua casa: velas pretas e vermelhas, galinhas mortas e bonecas com o

nome da filha espetadas com agulhas.” (p. 187). No livro há apenas uma citação do diário de Neide, a respeito de Tânia Maria após ter sido assassinada: “(...) Às vezes, blasfemo contra Deus, mas isso acontece quando me sinto desesperada. Em minhas preces peço a Deus por Taninha, e que ela, onde está, possa proteger todas as crianças.” Um pouco antes desse trecho, o autor mencionou a condição de leitora voraz mantida por Neide no presídio e citou as conquistas que ela obteve no cárcere graças ao seu bom comportamento, “cuidava da própria chave da cela e tinha um televisor portátil”. Acrescentou que ela “gostava de costurar roupas de crianças e de cuidar de uma boneca, que recebeu de presente, como se fosse a própria filha”. O desfecho do livro se dá com a informação de que Neide obteve liberdade condicional após 15 anos de reclusão e que nunca se casou, tampouco teve filhos. Ainda, segundo o relato, ela trabalhou em um escritório de advocacia no Centro do Rio de Janeiro e, que aos 67 anos morava sozinha no Bairro do Campinho, subúrbio da cidade.

#### 1.1.11 A Neide Fera da Penha: No LDJ

Na teledramaturgia, quando Neide chega em casa após o assassinato de Tânia Maria, os policiais a aguardavam à porta. Neide negou saber de tudo o que eles perguntaram sobre o paradeiro da menina. Um policial, dentro da residência de Neide, indagou sobre a bolsa e sobre a arma contida nela. Pergunta se ambas são dela. O interrogatório prosseguiu na delegacia, ela negou saber do desaparecimento de Tânia novamente. Surge a notícia de que um corpo fora achado no Matadouro da Penha. Os investigadores e jornalistas a levam até esse local. Neide não suportando a situação, pede que a tirem do local, dizendo que na delegacia contaria tudo sobre a morte da menina. Ela, no entanto, negou por mais de 12 horas o crime, segundo Domingos Meirelles, apresentador do programa. A simulação é interrompida pelo repórter Saulo Gomes, que intervém rememorando a atuação que teve como jornalista que cobriu o crime em 1960. Ele relatou que à época conseguiu a entrevista com Neide, após solicitação à autoridade policial, que há horas persistia pela confissão sem obtê-la. A cena com atores prosseguiu.

Neide a princípio se recusa a responder qualquer coisa a Saulo Gomes (agora moço e personagem do LDJ) sobre a morte de Tânia Maria, apesar da insistência dele. Logo depois reage e afirma “Mas sabe de uma coisa? Eu só não matei a família toda porque não deu tempo”. Ela prossegue dizendo que queria ficar com Antônio. “Ele não terminou o casamento dele. Eu pedi várias vezes, falei que não queria ser amante”. A partir daí ela relata detalhes do

seqüestro e do assassinato da menina. As falas ressentidas transcritas do DVD em nenhum momento foram citadas no livro. Nele, como já foi dito, Neide buscava se desvencilhar de Antônio após o aborto sem sucesso, uma vez que ele insistia em prosseguir o “caso” com ela.

O apresentador Domingos Meirelles comenta sobre a retirada dela da delegacia para a penitenciária Lemos de Brito. Ele afirma que a saída de Neide dessa unidade prisional só acontecerá para comparecer ao primeiro julgamento, onde é condenada quatro meses após o crime. Um juiz comenta que durante o julgamento tomou todos os cuidados para que Neide não fosse linchada. A narradora informa que Neide foi condenada a 33 anos de prisão e que a defesa tentou alegar que ela era portadora de insanidade mental, argumento não aceito. O psicanalista conclui a afirmação anterior afirmando que, fora da paixão, Neide não tinha nenhum distúrbio. Imagens do local onde Tânia Maria foi morta são mostradas na atualidade, uma praça foi erguida ali. Populares falam que pessoas acorrem ao local em busca de graças e outros tantos para pagar promessas.

Em 1964, Dominhos Meirelles narra, Neide tem sua sentença confirmada. O promotor da época exalta o brilhantismo do então juiz ao ratificar a sentença anteriormente dada à ré. A narradora informa que Neide cumpriu 15 anos de prisão, e que tratava uma boneca como se fosse sua filha dentro do cárcere. Sobre Antônio e Nilza, ela conta que refizeram o casamento e que tiveram mais dois filhos e dois netos. Eles não quiseram ser entrevistados. Ela acrescenta, por último, que a produção do LDJ tentou por dois meses fazer contato com Neide, mas que ela se recusou a falar com eles. O desfecho do episódio é feito com a afirmação de que hoje ela vive só, pouco conversa e que tem como único entretenimento assistir à televisão.

De distintas maneiras, livro e programa televisivo abordam as condutas e procedimentos de Neide no decorrer do romance até o desenlace do crime. Antônio, no entanto, é poupado de comentários mais minuciosos. No LDJ é mostrado como um homem *bon vivant* que namorava fora do casamento, utilizando-se de um automóvel emprestado para passear com Neide pelas ruas suburbanas do Rio de Janeiro. No CAB é citado em sua faceta mais vil, sem que se teça um comentário contundente sobre o crime que cometeu contra Neide, que realizado de maneira premeditada, deu fim à sua gravidez. Em ambos os veículos não existe uma crítica à maneira como ele se aproximou de Neide, omitindo e mentindo sobre o próprio casamento e, particularmente no livro, sequer se fala do perfil ameaçador que ele foi tomando contra Neide, depois de ter perpetrado o aborto. A agenda moral que permeia livro e programa serviu para enquadrar Neide no desvio, o mesmo não acontecendo ao amante.

O esforço de sintetizar ambas as narrativas, a literária e televisiva ou teledramatúrgica, serviu para apontar significativas diferenças em ambas as construções de Neide como Fera da Penha. No quadro a seguir, disporei os elementos que considero mais relevantes para diferenciar ambas as abordagens:

### QUADRO I

<b>PERÍODO DA VIDA DE NEIDE</b>	<b>NEIDE NO CAB</b>	<b>NEIDE NO LDJ</b>
<b>Infância</b>	<i>Infância infeliz, triste. Neide é uma leitora assídua</i>	<i>Não faz menção.</i>
<b>Adolescência</b>	<i>Driblava o cotidiano com leituras. “Era a sua vingança”.<sup>11</sup></i>	<i>Não faz menção.</i>
<b>Juventude</b>	<i>Neide lia assiduamente, fumava, assistia a corridas de ciclismo, não depilava axilas nem pernas. Fazia “conjecturas filosóficas”. Era trabalhadora do comércio nas casas Ducal, no Rio de Janeiro.</i>	<i>Menciona-se uma vez que ela trabalha. É apresentada com alguém que desperdiça luz no lar, que fuma, que lê até mais tarde sob as advertências do pai.</i>
<b>Neide-Amante</b>	<i>Apaixonada e iludida. O depoimento dela no diário a faz parecer autônoma por se contrapor aos pais e à moral vigente.</i>	<i>Mulher fatal. Obcecada pela conquista do objeto de amor.</i>
<b>Neide -amiga de Nilza</b>	<i>Investiu em conhecer a intimidade e o cotidiano da família.</i>	<i>Investiu em conhecer a intimidade e o cotidiano da família</i>
<b>Neide grávida e vítima de um abortamento feito por Antônio</b>	<i>O livro descreve a surpresa da gravidez para Neide, sua vontade de maternar e a má acolhida da notícia por Antônio. Alguém “que fermentava pensamentos” após ter sofrido o aborto. Apenas suportava a presença de Antônio diante de suas ameaças contra ela.</i>	<i>Não faz menção</i>
<b>Neide assassina</b>	<i>Neide comprou a arma, seqüestrou Tânia após uma súbita mudança do percurso que fazia naquele dia e após horas de caminhada a matou.</i>	<i>Não suportando ver que Antônio não se separaria de Nilza, Neide, aos poucos, desenvolve sua investida assassina contra Tânia.</i>
<b>Neide-Fera da Penha</b>	<i>Neide afirmou que Vilma, noiva de um amante de Nilza, a mãe da menina seqüestrada, a teria pedido para levar a menina da escola. Houve várias</i>	<i>Neide negou participação no desaparecimento da menina, após longo interrogatório. Sob privações, confessou o crime e disse que se pudesse o teria</i>

<sup>11</sup> Todas as citações do quadro não são da autoria de Neide e sim do autor do livro.

	<p><i>contradições no seu depoimento. Confessou o assassinato após longo interrogatório sob privações. Disse que se pudesse o estenderia ao restante da família. Foi condenada a 33 anos e cumpriu 15 anos de reclusão. Seu pai tentou protegê-la do linchamento público, após a confissão. Foi uma detenta que “sempre teve bom comportamento”. Após o cumprimento da pena, ela trabalhou em escritório de advocacia.</i></p>	<p><i>estendido a toda a família. É mostrado um forte clamor popular contra ela. Neide, por fim, é mostrada dentro da cela, cantando com uma boneca nas mãos.</i></p>
--	--	---

## 1.2 A verdade televisiva

As diferenças entre o livro e o episódio que entrou pelos lares pelas antenas de televisão se tornam mais preocupantes em razão da seguinte realidade:

O telespectador brasileiro é um dos maiores consumidores de televisão do mundo. Ele gastou diariamente em 2004 quatro horas, 53 minutos e 22 segundos assistindo a televisão aberta. Esse número vem aumentando a cada ano. Em 2003, o consumo médio individual de tv ficou em quatro horas, 47 minutos e 29 segundos. Há quatro anos a média era bem menor: quatro horas, 37 minutos e 15 segundos. (PEREIRA JUNIOR, 2005)

Além das horas em frente à TV, o Brasil também é campeão em número de televisores<sup>12</sup>. Por outro lado, o número de leitores no Brasil é dramaticamente inferior ao de telespectadores, já que a estarrecedora percentagem de “61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com os livros<sup>13</sup>”. Pode-se concluir, portanto, que a versão do Caso da Fera da Penha veiculou para a grande massa hoje telespectadora “a verdade” teledramaturgicamente apresentada sobre o crime.

Longe de querer atingir uma verdade indiscutível, impassível de questionamentos, busco analisar a diferença do que foi escrito no livro e mostrado pela televisão no LDJ. Ambas as versões apresentadas no quadro anterior transformam Neide em Fera da Penha, embora com significativas mudanças de roteiro. A versão do LDJ indubitavelmente é a que ficou como “verdade” para os brasileiros. A Neide apresentada pela TV é uma mulher

<sup>12</sup> Em nosso país 162,9 milhões de pessoas vivem em domicílios com televisão colorida, esse valor perfaz 32,3% a mais do que os 123,2 milhões que estão em domicílio com rede coletora de esgoto ou fossa séptica. Ver site do PNUD nas referências bibliográficas.

<sup>13</sup> Informação contida no jornal virtual Brasil Agora da Radiobrás, edição de 02/06/2004, baseado em pesquisa da Câmara Brasileira do Livro. Ver no site da RADIOBRÁS nas referências bibliográficas.

estereotipada, uma caricatura, por outro lado, a Neide do livro é um personagem humano. Contudo, o acesso à sua versão humanizada ficou restrito aos leitores.

Como foi dito, a Neide apresentada na trama televisiva sequer teve infância ou adolescência. Não houve no roteiro do LDJ páginas elucidativas para essas etapas de sua vida. Tal como nos episódios semanais do Linha Direta (LD), o passado do criminoso ou “foragido é sempre uma incógnita. Os únicos acontecimentos anteriores de sua vida a serem mostrados são os antecedentes criminais que contribuem para construir o terreno do crime”.(MENDONÇA, 2002, p.86). Ela, como foi espoliada do seu passado, já se apresenta nas primeiras cenas do programa e, bem pouco antes de conhecer Antônio, como uma mulher sem sorriso, de paixões inflamadas, leitora voraz, filha desobediente, namorada audaciosa.

Por outro lado, no CAB, Neide é apresentada com um passado de bons e maus momentos, dentro de uma família em que vivia o bem estar e a mal-querença, mas que tinha papel de destaque em sua vida.

Ao contrário do que foi mostrado no LDJ, onde o pai se apresenta como repressor ou como elemento passivo diante da polícia e onde sequer sua mãe aparece, no livro há uma preocupação deste de preservá-la dos ataques de populares, há uma conduta responsiva por parte dele frente às ameaças à filha. Apesar de ter sido um mesmo repórter que investigou sobre o passado de Neide para ambas as produções, quem leu o CAB conseguiu enxergá-la em detalhes desconsiderados pelo programa televisivo. O telespectador do LDJ, por outro lado, foi privado de acesso às facetas de Neide em seu cotidiano familiar e de trabalhadora.

No CAB, vemos Neide tendo acesso a diferentes discursos, constantes nos livros policiais, nas colunas de Nelson Rodrigues, na moral suburbana, no gosto pelo ciclismo, nos namoros conflituosos dos quais ela sabia se defender. É um sujeito vive a incoerência, que tem humanidade. É uma Neide que se construiu a partir de uma infância, que não nasceu adulta, tampouco vilã. Neide no LDJ, é monolítica, sem matizes, sem nuances. É uma amante desequilibrada, uma assassina cruel, uma sentenciada louca. Não que o livro não tenha sido estigmatizador, mas pelo menos, em alguma medida, ele deu voz à ela por meio das citações do seu diário. A afirmação de que Neide lia e que logo após traçava conjecturas filosóficas, e a descrição de seu corpo não depilado já são tentativas dispostas no CAB de colocá-la à margem de um projeto de mulher conveniente para o projeto patriarcal da época. O leitor comum é instado a percebê-la como desviante da norma, em ínfimos detalhes, como o de dizer que fazia da leitura um hábito por vingança contra seu cotidiano monótono. Em ambas

as produções, Neide é desenhada como anormal. É como se o preâmbulo dos escritos fosse profético, anunciando que de Neide não se podia esperar um desfecho de “sucesso” dentro do estabelecido pela ordem. O Linha Direta Justiça construiu o enredo de forma a dar ao telespectador indícios inquestionáveis de que aquela escrita jornalística do passado e a pesquisa sobre o caso feita no presente eram, as duas, transparentes. O roteiro do LDJ eivado de sensacionalismo e as imagens veiculadas não deixavam muitas alternativas ao espectador quanto ao futuro dela, Neide era apenas uma mulher desequilibrada e vingativa a ponto de se tornar assassina.

O equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento de que a verdade é sempre produzida vão estar sempre presentes lado a lado, na constituição do discurso jornalístico. O lugar de **explicador** dos fatos, pretendido pelo jornalismo, só poderá ser ocupado (como é) na medida em que o leitor aceite como verdade a **informação** que está recebendo. (MENDONÇA, 2002, p.28, grifos do autor)

O fato de Neide ter procedimentos e aspecto corporal (como consta no CAB) dissonantes do que se considerava próprios para uma “moça de família” a colocaria em uma situação à margem da ordem antes mesmo do crime. No relato oferecido ao público televisivo, poderia-se dizer que ela era propensa ao crime, e o crime veio simplesmente a confirmar essa suposta predisposição natural.

### ***1.3 Construída na anomalia e para a abjeção***

Bassanezi caracteriza as “moças de família” como aquelas que, na década de 50, mostravam recato em público, obediência aos pais, um comportamento evasivo às aproximações físicas dos rapazes. Tinham como aspiração chegar ao casamento e nutriam o sonho de se casarem. Ao perpetrar o assassinato de Tânia Maria nos anos sessenta do século passado, Neide consolida um modelo de mulher desviante que tinha que ser definido como fera ou monstro, para efeito de controle social, particularmente das mulheres. O fato de o programa LDJ e do livro CAB levarem a seus espectadores e leitores o mesmo tipo de abjeção à pessoa dela, mesmo passados quarenta e três anos do crime, faz com que pensemos que há solo em toda a vida social para que programas e livros cumpram os seu papéis de controle dentro de uma agenda moral.

Michel Foucault (1990) cita três tipos de anormais que serviram para atemorizar “*de forma obsesiva a las gentes de finales del siglo XIX*” (p.85): são os monstros humanos, os indivíduos a corrigir e os onanistas. Pela descrição dessa tipologia, Neide seria considerada uma mulher a ser corrigida, caso não tivesse cometido o crime. Depois do crime, especialmente na versão do LDJ, em que Neide não tem um passado que poderia explicá-la ou situá-la melhor ao telespectador, ela cai numa zona de abjeção própria dos monstros. Eram considerados monstros, naquele momento, os seres metade homem, metade besta, as individualidades duplas (os siameses, por exemplo) ou hermafroditas. Mesmo que o monstro seja um campo de aparição circunscrito ao âmbito jurídico-biológico para Foucault e ainda que Neide não tenha apresentado nenhuma anomalia corpórea, ela, pelo fato de ser mulher, atentando contra a natureza amorosa e maternal atribuída às mulheres, foi remetida à condição de monstro humano pelo senso comum jornalístico.

A pesquisa de Ruth Sabat ao analisar filmes infantis e suas pedagogias colabora para essa compreensão. Ao citar Jeffrey Cohen (2000), ela diz que em sua obra, o autor “propõe um método para compreender diferentes culturas a partir dos monstros produzidos por elas mesmas”. Para tanto, Cohen constrói as seguintes teses:

- i. O monstro, seu corpo, é pura cultura;
- ii. O monstro sempre escapa, ele é inapreensível por completo;
- iii. O monstro é o arauto da crise de categorias, pois não permite sua própria definição clara;
- iv. O monstro mora nos portões da diferença, ao mesmo tempo em que é colocado distante, sua origem está no Dentro;
- v. O monstro polígia as fronteiras do possível, e desse modo adverte sobre os riscos de ultrapassar tais limites;
- vi. O monstro é realmente uma espécie de desejo, pois a advertência sobre os riscos estimula o desejo de visitar a abjeção;
- vii. O monstro está situado no limiar... do tornar-se, nos deixa o tempo todo na fronteira entre o normal e o anormal.

As sete teses apresentadas mostram que aqueles que se colocam contra a ordem moral hegemônica, contra costumes consolidados no decorrer dos tempos, contra a

racionalidade científica entre outras possibilidades de não adesão ao estabelecido, são colocados à margem, são estigmatizados como monstros. Neide poderia ser inscrita em algumas dessas teses por suas singularidades não aceitas pela cultura. Em razão disso, foi vista como monstro ou como fera. E quanto mais destituída de sua humanidade, mais espetáculo e mais sensacionalismo eram produzidos a fim de que os telespectadores se identificassem com a vítima e seus familiares, sem que fosse propiciada a escuta à narrativa dela. A criação de mais um monstro diante do que é considerado estranho, bizarro, repreensível é uma prática cultural que se repete por todo o planeta, segundo Cohen (2000), e no caso de Neide não foi diferente.

O programa ao construir a reedição do caso Fera da Penha utilizou-se de um apresentador, de uma narradora em *off*, da fala de especialistas, populares e testemunhas, de cenas dos subúrbios onde se passou a trama, além da teledramaturgia para explicar ou auxiliar na exposição da narrativa. Kleber Mendonça chama a estes acessórios do roteiro teledramatúrgico de “marcas da verdade”. Principalmente os dois primeiros, que guiaram com suas palavras o curso do programa dando-lhe mais credibilidade a medida que as imagens do subúrbio apareciam e os depoimentos de populares dali eram proferidos. “Sua onipresença converte-se no amálgama que garante a fusão dos níveis de dramaturgia e jornalismo, e transforma os esquetes-reportagens em documentário”(MENDONÇA, p. 71): Não houve chance em toda a narrativa televisiva de se encontrar humanidade em Neide. Toda a produção do episódio foi feita para provocar empatia com a vítima e com sua família. Isso fica mais evidente ainda quando vemos o contraste construído entre a menina Tânia Maria e Neide. Esse contraste era particularmente expressado por uma animação apresentada entre cenas de maior tensão: Tânia Maria girando com asas em torno de si mesma ao som de uma música sacra cantada por um coro de vozes femininas paralelamente às cenas onde se desenrola seu assassinato por uma Neide perturbada e carregada de ira em sua transição para fera. Como na descrição do martírio de Santa Maria Goretti, “o perfil do assassino é fundamental, uma vez que ele é seu inverso e complemento, pois não haveria santidade em Goretti se não houvesse o demoníaco em Alexandre. (RODRIGUES, p. 174)”

Assim como as santas mostram modelos de mulher caríssimos à Igreja Católica em suas pedagogias do feminino cristão, Neide, muito meticulosamente, foi transformada em Fera da Penha em contraposição à pureza da menina que vitimou. Didaticamente ela foi mostrada ao grupo massivo de telespectadores do LDJ como ser abjeto. Embora no CAB o cuidado com o texto tenha sido maior, com menos peso sensacionalista e com um acento

psicologizante, este efeito também se deu como se pode ver no comentário absurdo de que Neide, na adolescência, seria uma leitora voraz para se vingar de sua vida medíocre. Tanto em nossos dias como em 1960, Neide foi transformada em Fera da Penha, numa demonstração flagrante de como o patriarcado opera instituindo mitos de longa duração em benefício de seu projeto de perpetuação.

## CAPÍTULO II

### DISCURSOS COMPETENTES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Esta etapa do trabalho examinará cinco modalidades de depoimentos de diferentes pessoas que se posicionaram sobre o crime no LDJ, no CAB ou em *chats* relacionados a eles. Após cada registro de fala foram redigidos comentários sobre os pronunciamentos. Busquei identificar também as representações sociais contidas nos conteúdos das falas ao final do capítulo. Os registros foram divididos nos seguintes itens:

2.2) Registro das falas de jornalistas, de um médico e de um promotor do direito após a gravação do LDJ.

2.3) Registro escrito da fala do repórter que escreveu no CAB a crônica sobre o crime da Fera da Penha, Marcelo Farias de Barros. Esse registro foi colhido do *chat* sobre o lançamento do livro.

Os componentes das duas modalidades anteriores, denominei-os de portadores dos discursos competentes.

2.4) Registro da gravação da fala de Alice Borges, atriz que interpretou Neide/Fera da Penha contido nos Extras do DVD Linha Direta Justiça.

2.5) Registro da fala de Cinara, amiga da família de Tânia Maria, gravada do LDJ.

2.6) Registro de diferentes trechos a respeito de Neide na crônica do CAB, escrita por Marcelo Farias de Barros.

É importante destacar que tanto os especialistas, quanto os populares consultados no programa, tiveram suas falas ou depoimentos entremeados à narrativa teledramatúrgica do LDJ- um pouco de novela (teledramaturgia), uma fala de especialista, novela novamente e assim por diante, como é habitual nesse gênero pseudo-documental.

Em algumas situações, as falas foram usadas para anteceder fatos dramatizados ou para explicá-los. De forma diferente do acontecido com a crônica-reportagem do livro, em nenhum momento, a versão de que Neide teria engravidado ou sofrido aborto é mencionada no LDJ.

No programa LDJ doze pessoas comentaram o crime e deram suas opiniões sobre questões relativas a ele. Somente os comentários que forneciam dados de relevância para a dissertação foram degravados e aqui transcritos, conforme o gráfico a seguir:

Nome:	Apresentado no programa como:	Depoimento citado e analisado na Dissertação:
1. Antonio Vicente	Promotor do Caso	SIM
2. Cínara	Amiga da família	SIM
3. José Louzeiro	Jornalista e escritor	NÃO
4. Sérgio Cabral	Jornalista e escritor	SIM
5. Wilson Chebabi	Psicanalista e perito	SIM
6. João Francisco	Testemunha	NÃO
7. Newton Doreste	Juiz	NÃO
8. Saulo Gomes	Jornalista	SIM
9. Carlos Francisco	Morador da Penha	NÃO
10. Arnaldo Niskier	Professor e escritor	SIM
11. Rui Castro	Jornalista e escritor	SIM
12. Tânia Maria Lemos	Tem seu nome inspirado na menina Tânia Maria da qual teria recebido graça.	NÃO

Aos que foram apresentados por suas ocupações ou profissões no LDJ, dei às suas falas o adjetivo de especialista. A razão para isso está no fato de que, em minha avaliação, eles foram consultados pelo programa como portadores de fala mais qualificada para comentar o crime. É importante notar que nenhuma das duas mulheres que prestaram seus depoimentos, poderiam ser consideradas especialistas. Em reduzido número, apenas duas, seus depoimentos quando não estiveram alinhados aos dos homens especialistas, serviram para apenas para ilustrar fatos relativos aos desdobramentos do crime. É razoável crer que os especialistas soubessem dos conteúdos de gravidez e aborto apresentados por Neide em seu diário, por dois motivos: porque viveram aquele momento histórico (e o aborto foi noticiado ainda que sem alardes) e porque estiveram ao lado da produção da Globo, que teve acesso a eles por meio de pesquisa jornalística, ainda que não os tenha levado ao ar no LDJ.

### **2.1. Falas competentes**

Antes de proceder à discussão sobre o que especialistas disseram ao programa e à entrevista contida no DVD sobre o mesmo, é importante definir aquilo que entendo por especialista. Especialista ou portador do discurso competente é aquela pessoa indicada ou

eleita para falar sobre determinado assunto em razão de seu domínio técnico, já que em uma sociedade capitalista, hierarquizada, a propriedade do saber é conferida e oficializada academicamente, ou seja, em espaços letrados. “O discurso competente é um discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.” (CHAUÍ, 1981, p.07)

Partindo da idéia de que também pessoas comuns poderiam ter se posicionado sobre o assunto (ressaltadamente mais mulheres não alinhadas com o viés estigmatizador do programa, uma vez que o crime se deu pelas mãos de uma delas) questiono o emprego quase exclusivo de especialistas sobre o assunto. Esse questionamento se acirra quando percebo que todos sem exceção são homens, dotados de posicionamentos muito semelhantes, sem pontos significativos de discordância, o que dá a eles *status* de autoridades indiscutíveis . O procedimento adotado para a realização do programa, nesse tocante em especial, é bastante distante de um projeto de mídia pluralista, que reflete os diferentes interesses e pontos de vista na sociedade.

## **2.2 Fala dos especialistas**

### 2.2.1 Quanto à assassina Neide:

#### **Arnaldo Niskier, no LDJ:**

*Ela foi uma criminosa, eu diria, única também. Ela não cometeu um desses crimes capitulados que existem por aí, ela cometeu um crime estritamente passional.*

Embora no Capítulo 4 venha a fazer mais detalhadamente uma discussão sobre passionalidade retirando essa palavra do contexto estritamente amoroso ou da conjugalidade, remetendo-a a atos de convicção política, cabe aqui um comentário: parte significativa dos profissionais que atuam no Direito e na Justiça não dá crédito à existência de crimes essencialmente passionais em um contexto de conjugalidade. Isso acontece porque a citada parcela defende que um crime passional vem sempre acompanhado de interesses financeiros ou que “em todo crime passional há um componente econômico” (ELUF, 2004, p. 200). Essa perspectiva é reducionista, pois apaga ou desconsidera que o chamado crime passional,

majoritariamente cometido por homens, é um crime de manutenção da hierarquia, de eliminação daquela que deveria ser submissa e acatadora do lugar de sujeição que lhe foi destinado no patriarcado. Ainda que o crime venha acompanhado de interesses financeiros, esse fator é coadjuvante do intento de eliminar. A denominação de passional retira a carga política do crime, como também, seu caráter misógino. A fala de Niskier é permeada desse discurso esvaziado de conteúdo político ( o que não quer dizer ingênuo) que se refere aos crimes praticados por um dos cônjuges, namorados ou amantes. É um depoimento que sequer tangencia os cenários de horror vividos por Neide em razão da violência de Antônio.

É preciso ressaltar que Neide, em seu diário, demonstrou não ter mais paixão nem vontade de encontrar-se com Antônio depois que o aborto foi cometido. Este fato desconfigura o assassinato que perpetrou como uma vingança de mulher apaixonada contra o abandono ou a rejeição do amante. Ao desconsiderarem o aborto nela efetuado, Niskier e os demais especialistas que falaram sobre o crime, cumpriram o papel de manter Antônio incólume até nossos dias.

#### **Rui Castro , no LDJ:**

*A história dela tinha os ingredientes típicos de uma história de um Nelson Rodrigues. Uma mulher que se apaixona por um homem casado, mantém com ele um caso durante algum tempo, depois é, digamos, dispensada por esse homem e se vinga na família desse homem.*

Neide, para este outro jornalista, deixa de ser uma singularidade para ser mais uma personagem típica das encontradas na prosa suburbana de Nelson Rodrigues.

Ela aparece como único agente ativo da relação porque “se apaixona e mantém” caso com um homem casado. Parece que Antônio foi o seduzido e não o sedutor na construção dessa fala. O termo “dispensada” aparece com uma conotação semelhante ao “rejeitada”, visto em outros depoimentos. São ambos termos que sugerem uma desumanização da relação entre os amantes e remetem as mulheres a uma situação de objetos descartáveis. As palavras de Rui Castro, na forma como foram ditas, conotam que Neide foi apropriada privadamente até quando foi conveniente para Antônio, e que isso é plenamente aceitável. Na opinião de Castro, a ruptura não foi fruto de um acordo entre os amantes, mas do abandono por uma das partes. A vingança é tida como o motivo do crime, mas dotada de um novo elemento: ela quis atingir a família de Antônio. No entanto, a leitura do CAB revela, nos trechos do diário, o

contrário: Neide tentou “dispensar” Antônio por não suportar seus maus tratos e foi mal sucedida.

### 2.2.2 Quanto ao caráter do crime:

#### **Antonio Vicente da Costa , no LDJ:**

*Um ato de vingança contra, obviamente, o homem que segundo ela, a havia rejeitado. E como eu disse ao júri ela quis matá-lo em vida, ela não quis exterminá-lo.*

Aqui, novamente, a imagem da vingança aparece como resposta ao abandono e à rejeição.

Guillaumin (1978) afirma que “Nas relações de classe de sexo, é exatamente o que somos, vacas, cadeiras, objetos. Não metaforicamente, como nós tentamos sugerir e crer (quando nos falamos das trocas de mulheres ou de reapropriações do nosso corpo...), mas banalmente.” (p.28). Rejeitar mulheres da forma como se fala comumente é o mesmo que colocá-las como itens de um rol de compras, como mercadorias dispostas em prateleiras para serem adquiridas ou repelidas por eventuais consumidores.

#### **Wilson Chebabi , no LDJ:**

*1)O raciocínio dela foi:*

*O que está impedindo que esse homem se case comigo é a filha que tem. Ele usava isso como pretexto ou argumento para não ceder às demandas dela. Então, qual a solução? É ir na menina.*

Aqui, Neide matou para, em seguida poder contrair matrimônio com Antônio. Não há uma vingança por ele a ter abandonado. Neide matou para ver solucionada a sua relação instável, um assassinato instrumental. De acordo com o CAB, após o crime que Antônio perpetrara a fim de que ela tivesse a gravidez interrompida, Neide não quis manter mais o relacionamento com ele. Esse fato torna a avaliação do perito policial e psicanalista vazia de sentido.

*2) Matando a criança ela realizaria o desejo dela que seria casar com ele. Mas ao mesmo tempo que ela fantasiava isso, claro que ela se sentia mal. A forma dela se punir, foi cometer um crime que a condenaria.*

Neide, nessa visão, sofre um conflito que a atormenta. Deseja algo que não pode ser alcançado por seu “eu”, a não ser, é claro, que ele seja severamente punido por isso. Como uma espécie de equacionamento ruim, ela realiza, em ato, sua fantasia, pagando alto preço por essa concretização. Ao mesmo tempo, no trecho o psicanalista quer evidenciar que ela é interpelada pelo discurso civilizatório, pelo mal estar que ele ocasiona diante dos desejos manifestos e pela culpa que gera em quem transgredir o que devia estar contido ou interdito.

Tal argumento, no entanto, circunscreve a problemática dos atores ao território da intimidade dos mesmos, desconsiderando a estrutura perversa de gênero em que o romance se desenrolou.

*3. Fora da paixão ela não tinha nenhum distúrbio.*

Chebabi parece sintonizado com a psiquiatria que vê o paciente, mas não consegue ouvi-lo.

Afinado com a acusação, ele não dispôs à sua frente os elementos que poderiam caracterizá-la longe do distúrbio. Se não encontrou uma doença para rotulá-la, tampouco quis aprofundar as perturbadoras e violentas posições em que ela se viu colocada na figura de amante e que desencadearam um conjunto de situações que a levaram ao crime.

### 2.2.3 Fala do especialista em relação à condição de amante:

**Sérgio Cabral , no LDJ:**

*Ter amante não era uma coisa muito aceita não. E ser amante era uma coisa muito mal vista (...) Aquela mulher é amante de fulano (...) pegava muito mal na sociedade suburbana.*

Antônio com certeza foi mais bem visto e aceito do que Neide. Não praticou delito algum, apenas teve uma amante, o que lhe acarretou alguma crítica. Reconstituiu o lar tempos

depois da filha morta. É importante frisar que Neide tornou-se amante sem sabê-lo conforme informações do CAB e do próprio LDJ.

#### 2.2.4 Fala dos especialistas em relação à Neide na condição de suspeita de um crime

##### **Saulo Gomes , no LDJ:**

*Uma resistência impressionante, fria, tranqüila, negando, negando. Até o momento em que eu pedi ao delegado a chance de entrevistá-la, de fazer uma entrevista.*

Neide não mostrou pavor nem choro na delegacia, o que ratificou um perfil anômalo para uma mulher em situação de inquérito, onde se via pressionada e onde se esperaria desespero e desequilíbrio emocional.

##### **Saulo repete no programa LDJ as palavras de Neide à sua indagação sobre o crime:**

*Por que você está me perguntando tanto? Eu não vou dizer nada. Agora sabe de uma coisa? (...) Eu ia matar a família toda, infelizmente não tive tempo.*

Ao citar a frase em que ela se indis põe com a família de Antônio, o jornalista traz a público o conteúdo mais forte para a construção de sua abjeção. A resposta dela não tem espaço para os esperados arrependimento e remorso. A impactante frase a coloca numa zona de apartação, de indisposição a qualquer escuta sensível aos seus sentimentos e razões.

##### **Saulo Gomes – jornalista no Chat LDJ, respondendo ao internauta Roger:**

Roger fala para Saulo:

*Saulo, você teve algum contato ou entrevistou Neyde depois que ela saiu da prisão? Se sim, como ela reagiu ao caso após tantos anos?*

Saulo Gomes *fala* para Roger:

*Roger, ela quase me bateu quando fui a Bangu, ela estava tricotando e me disse alguns palavrões.*

O depoimento de Saulo leva a crer que mesmo presa, Neide não se corrigia. Ao tricotar e proferir simultaneamente xingamentos, Neide mais uma vez aparece como alguém monstruoso em sua natureza.

**Antônio Vicente da Costa , no LDJ:**

*Me lembro da sentença do saudoso, do imortal juiz que presidiu o júri Carlos Luis Bandeira Stampa. Em síntese, ele diz as dimensões da personalidade da acusada, as dimensões cruéis de seu gesto, me conferem, me impõem a dimensão da pena. Aplico-lhe a pena máxima. E assim foi.*

É importante perceber que Neide aqui tem a sua personalidade avaliada pelo seu único crime e por sua trajetória antes dele. É como se ela estivesse fixada nesse episódio. A vida pregressa dela facilitou a abjeção, por mais que isso não tenha sido dito explicitamente.

É instigante pensar, dada a repercussão do caso, que as “dimensões cruéis de seu gesto” foram bem maiores que a morte e o sentimento de luto, desencadeados na família e na população. Elas desencadearam todo um arsenal de profissionais do Direito, do Jornalismo e da Medicina para enquadrá-la, ontem e mesmo em nossos dias, no desvio.

### **2.3 Fala dos especialistas que escreveram o CAB em um chat de perguntas coordenado por Domingos Meirelles, apresentador do LDJ.**

**O internauta Victor pergunta:**

Vitor *fala* para Meirelles:

*Até que ponto os casos relatados são fiéis aos acontecimentos e onde entra a licença poética?*

Meirelles *fala* para Vitor:

*Eu acho que o trabalho dos dois revisita, com um certo distanciamento, fatos que sensibilizaram o Brasil. Mas a vantagem do livro é que eles tiveram acesso a tudo o que foi dito e escrito, ao processo. Com o distanciamento que só o tempo é capaz de permitir, eles conseguiram reproduzir uma obra literária fantástica! O repórter escreve no calor do momento, mas os dois, tanto o Marcelo quanto o Aquino, eles revisitam essas histórias décadas depois, é como se fossem arqueólogos, para tentar reconstituir uma história sem paixões. É o grande mérito do livro!*

O apresentador acredita na imparcialidade e na ausência de paixão como fatores fundamentais para se “reconstituir” uma história. É como se a história estivesse espalhada em pedaços ou fragmentos nos museus, cartórios e fóruns e os repórteres a trouxessem depois de coladas as partes, ao presente. Entende que a reconstituição feita é um exercício liberto de quaisquer interesses e de subjetividades, isto é, sem compromisso com uma agenda de propósitos morais. Para Meirelles não houve interpretação, houve resgate do que estava encoberto, desalinhado ou fragmentado.

#### **O internauta Ivrréis pergunta sobre Neide, sua sentença e sua pena:**

Marcelo Faria de Barros responde para Ivrréis: *Ela cumpriu pena, se não me engano foram 15 anos, mas foi beneficiada, começou a trabalhar em um escritório de advocacia e hoje mora em um bairro próximo onde morava o pai da menina. Ela nunca se casou. Na época, saiu da cidade quando soube que estávamos atrás dela. O pai da menina se entendeu com a mulher, teve mais duas filhas e tem um cemitério em Inhaúma que dizem que a menina faz milagre. Essa mulher é bem inteligente e o promotor da época disse que ela quis matar o amante em vida, por isso matou a menina. Ela tem 67 anos.*

A inteligência, nesta fala, assume o aspecto de qualidade condenável em lugar de mérito louvável. A frase em que ela é mencionada se perde entre as demais como se estivesse escapado da boca do jornalista.

### **A respeito do destino de Neide após o crime, Marcelo responde à platéia:**

Marcelo Faria de Barros fala para a platéia: *Em relação à Fera da Penha, o período em que ela ficou presa, ela escreveu um diário. Nele, ela explica várias coisas e está o segredo de porque ela cometeu o crime e citamos isso no programa, fizemos o roteiro com base nisso. No livro, há trechos deste diário.*

Somada à incoerência frente às razões que teriam levado Neide ao crime (ver citação anterior), há uma falta à verdade aqui. O segredo<sup>14</sup> que diz o porquê ela cometeu o crime não foi revelado no LDJ. De fato, o uso do termo segredo parece então bastante oportuno. No dicionário Aurélio, ele possui dois significados que justificam a situação de inverdade aqui apresentada: “aquilo que não pode ser revelado” e “aquilo que não se divulga”.

### **2.4 Fala da atriz Alice Borges, que interpretou Neide, na faixa de “Extras” no DVD do LDJ, a respeito de sua personagem:**

*Não estamos diante de uma ficção, de uma obra literária. É uma tragédia do cotidiano. Foi difícil, ela pega uma criança de quatro anos, dá um tiro e bota fogo. O pessoal da geração dos 30 a 40 anos tem medo da Fera da Penha... era o bicho-papão da época. No meu caso, eu não tinha como sentir orgulho por essa mulher... eu tive uma rejeição, eu tive um julgamento. Hesitei no primeiro convite.(...)*

A atriz partiu da rejeição e do julgamento para interpretar a Fera da Penha. Assim, Neide foi apresentada monoliticamente, sem suas contradições, suas iras, acertos, idiossincrasias; sem sua humanidade. Alice não conseguiu atuar como Neide. Ela foi apenas a Fera da Penha que a mídia construiu no passado e que reeditou no presente, e esta fala o demonstrou.

---

<sup>14</sup>E que só pode ser entendido como o aborto forçado que sofreu.

## **2.5 Fala de Cínara da Silva, no LDJ**

*Porque ele, né? Ele foi só uma aventura. Porque ele nunca gostou dela nem se apaixonou. Porque a pessoa quando se apaixonou, abandona, né? Vai embora. Pois é, depois ele não quis saber mais dela, ela aí começou a perseguir.*

Neide, mais uma vez aparece como “rejeitada”. Antônio como quem “dispensou” sem qualquer vínculo afetivo. Cínara cumpriu um papel alinhado ao dos especialistas. Cínara, no papel de amiga da família, usou da mesma sintaxe utilizada pelos homens ao se referirem às mulheres em geral e a Neide, em particular. A sintaxe do descarte, do abandono e a da dispensação. Ele poderia, segundo ela, ter dispensado inclusive a esposa para viver uma paixão, caso esta existisse. Estamos dentro do paradigma do consumo e do descarte das mulheres e os homens comandam essa ordem relacional.

## **2.6 Conteúdos do CAB. Textos escritos por Marcelo Faria de Barros, autor do livro CAB.**

### 2.6.1 Neide quando criança:

*Era introspectiva e sem muitas ambições na vida. (p.159)*

Ainda que ter ambições pareça algo a ser perseguido em um meio adulto, competitivo e mais hodierno, o autor não se furtou a caracterizá-la como despreziosa. Se ela era uma menina introspectiva, mais difícil fica qualificá-la nesses termos. A caracterização pareceu descabida e sem fundamento. O sentido aí impresso foi o de desqualificar Neide.

### 2.6.2. Neide amante de Antônio:

*Com a maior naturalidade, Neide se justificou: “ A Jane não pôde vir porque sua avó teve um derrame, por isso vim em seu lugar” (p.167)*

Aqui, o autor fala sobre uma mentira que Neide teria proferido para freqüentar pela primeira vez a casa de Antônio, às escondidas dele. Ela disse à Nilza, sua esposa, que seu intuito era de ir até aquela residência acompanhada de Jane, amiga que tinha em comum com a dona da casa. Essa foi a senha para ser bem recebida por mais que Nilza não se lembrasse quem seria Jane. O esperado num contexto como esse é que Neide tentasse se portar de maneira natural, pois a situação era bastante delicada. Ao dizer que ela o fez “com maior naturalidade”, o apelo é outro. Há um excesso que insinua desvio em relação ao que para ele seria normal.

### 2.6.3 Neide como Fera da Penha:

*Ao ser interrogada, Neide, sempre muito tranqüila, negou a acusação do seqüestro. Fazia pose para os fotógrafos e ria alto. (p. 185)*

A partir do trecho anterior, a Neide acuada e temerosa dá lugar a uma mulher dissimulada e exibicionista.

De novo, ela é caracterizada como tranqüila quando a situação exigiria uma tensão. O exibicionismo somado à calma acabam por figurar como elementos de rechaço por ela e como fator que colabora para a caracterização da Fera da Penha.

*A “Fera da Penha” foi condenada a 33 anos de prisão: 30 anos por homicídio triplamente qualificado e três por seqüestro. (p. 188)*

Na penúltima página do texto composto por vinte e sete páginas, Marcelo finalmente menciona a alcunha Fera da Penha. Ele se refere à Neide pelo nome que lhe cunharam no passado. Algo que não acontecera antes em sua narrativa. O texto foi caminhando lentamente até curvar-se, finalmente, à velha caricatura de mulher monstruosa.

### **2.7 A construção da Fera da Penha, em síntese**

Ao pensarmos em Representações Sociais somos levados a ver como as pessoas percebem em seus cotidianos determinada situação, evento, objeto, comunidade ou mesmo

um crime. Os conteúdos citados sobre o assassinato da criança e sobre Neide não variaram muito entre as diferentes falas colhidas para análise nos tópicos anteriores. Em síntese, ela foi mostrada como uma mulher que se portou vingativamente diante do abandono de Antônio. Sobre ela, mencionou-se, também, seu comportamento frio, calculista, tranqüilo, estranhamente natural pouco antes do crime e principalmente após seu desenlace. Caracterizações absolutamente compatíveis com os arquivos da memória popular em suas manifestações mais prosaicas sobre o caso. Entendo que as “representações sociais que constroem o ‘outro’ como aberração têm conseqüências para a prática. Elas permitem que esse ‘outro’ seja mal-tratado e discriminado”. (JOFFE, 1994, p.318). Neide, assim, teve no LDJ, mais particularmente que no CAB, uma nova condenação ao seu feito, mesmo depois de haver pagado sua pena.

O meu intento a seguir será o de discorrer sobre a reedição do caso Fera da Penha, as problematizações que levantei a partir dos diferentes depoimentos apresentados quarenta e três anos após o crime, além de empreender uma análise sobre os *mass media* e seus profissionais na atualidade e no Caso Fera da Penha, em particular.

## **CAPÍTULO III**

### **O CASO FERA DA PENHA COMO REITERAÇÃO PATRIARCAL**

Antes de proceder à análise que situa a reedição do Caso Fera da Penha como uma reiteração patriarcal, citarei uma digressão que fiz no decorrer do trabalho que me serviu para organizar a percepção que tenho de gênero e de sexo e que pautará todo o trabalho.

#### ***3.1 Memorial de uma digressão***

Ontem à noite, dia 12 de junho de 2008, desliguei o computador e parei para pensar nos meus mundos, particularmente, no microcosmos que é a minha vizinhança. Havia acabado de reler meus resumos sobre os escritos de Carole Pateman, Teresa Di Lauretis e Joan Scott a fim de costurar um tecido de idéias com as imagens e pensamentos que elas me proporcionaram para me situar nos Estudos Feministas e de Gênero com o intuito de desenvolver o Capítulo III de minha dissertação. Sim, sou agora uma costureira de idéias. Medir, cortar, alinhar, passar tudo para a máquina de costura, que é o computador ...

Naquele vai-e-vem de pensamentos, de digressões que se costuma fazer para dar conta do trabalho, lembrei que a vizinha do primeiro andar teve neném essa semana. Levei o primeiro semestre inteiro vendo sua barriga crescer dia após dia em nossas coincidentes subidas e descidas no elevador. Não quis saber o sexo em nenhum dos encontros, inspirada por um texto de Berenice Bento (2003). À tarde tinha ouvido um chorinho e um entra-e-sai de gente visitando o apartamento que não me deixaram dúvidas quanto ao nascimento do(a) ex-habitante daquela barriga pequenina.

No próximo fim de semana vou fazer a minha visita, pensei. Saber do parto, da saúde dela e, por último, do sexo da criança. Vou perguntar isso por último, se ela deixar. Quero adivinhar, após adiar ao máximo a pergunta, se houver condições. Quero saber da cor do cabelo ou da falta dele, se ela amamentou sem dificuldades, do peso da criança etc. Mas acho que não vai ter jeito. Nossos corpos são (porque assim foram construídos) sexuados, ela certamente me apontará o sexo, pelo nome da criança ou por outra menção qualquer. O sexo nos define mais que qualquer outro órgão ou categoria. O fato de um adulto ter o nariz

arrebitado ou adunco pode fazer muita diferença em sua vida, mas seu corpo não é nasalizado. Vinculados às genitálias há um acervo de informações, de papéis, de normas a serem cumpridas. Quais serão destinadas a esse novo ser da vizinhança? Quais ele assumirá para si? A diferença fundante construída entre os humanos é a de gênero, que vem a ser os distintos papéis, hierarquizados, a serem desempenhados em sociedade. O gênero está colado àquela marca genital que o bebê traz. Ele “é a organização social da diferença sexual”. (SCOTT, 1994, p.13).

Os bebês podem ter diferentes marcas sexuais: vulva, pênis ou ambos. Mas “ambos” não pode ser. A lógica binária pede que se regre, que se corrija, aqueles que nasceram com a marca “ambos”. Hermafroditas, portanto, estariam errados, necessitando de correções cirúrgicas.

Em nosso momento histórico, no país em que vivo, de acordo com a marca genital que possui, a criança do primeiro andar receberá de presente macacões azuis ou rosas, lacinhos ou camisetinhas do time do pai. Salvo exceções que acabam por ser merecedoras de elogios e/ou debates.

Exercícios de previsão são muito chatos. Não sou profeta, mas os discursos estão aí a nos interpelar cotidianamente. As pessoas são produzidas por eles, elas se tornam femininas ou viris de acordo com a assimilação que façam deles.

Pensando melhor, esse novo ser pode vir a se insurgir contra tudo o que está posto. A experiência que o constituirá no decorrer dos anos pode ser totalmente contrária ao investimento empregado para engendrá-lo conforme seu sexo. Afinal, “não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”. (SCOTT, 1998, 304).

Todavia, é tudo tão difícil. A contra-hegemonia é tão pontual e tão cercada de constrangimento e punição. Parece pessimista e pouco alentador afirmar que o gênero se sofisticou em nuances, criando mais e mais sexo, resultando em mais hierarquia?

Joan Scott afirma também que “gênero é o saber que estabelece significado para as diferenças corporais” (1994, p.13) e acredito que esse movimento se maximiza com os saberes médicos. Exemplo disso é o investimento contemporâneo em cirurgias plásticas com ou sem aplicação de próteses, em ingestão de hormônios, dietas e ginásticas moldando corpos padronizados: mais femininos para mulheres e outros mais viris para homens, a despeito da

diversidade de que ambos possam apresentar em termos de contornos de acordo com a raça, metabolismo e composições genéticas.

É importante notar que mesmo com a flexibilização da intolerância frente a algumas escorregadelas ou deslizos frente aos papéis: moças hoje adiam casamento ou não casam, insurgem-se aqui e ali contra a injunção da maternidade, rapazes cozinham e fazem a faxina de suas repúblicas estudantis; a norma e suas sanções controlam o grau de adesão a papéis não prescritos a cada sexo.

Assim sendo, o desvio mais acentuado nos desempenhos de papéis, será revertido em chacota ou apartação social. Dessa forma, uma moça não poderá estar em posições de comando, ser eloqüente em suas posições, arrojada em seus projetos, sob risco de ser questionada em sua feminilidade e aptidão para ser namorada ou esposa. Um moço não poderá exercer funções de cuidador repetidas vezes sem receber olhares desconfiados e fofocas quanto a sua virilidade. Ainda que os corpos escapem (LOURO, 2003), os guardiães da heteronormatividade tratarão de reconduzi-los a seus locais pretensamente corretos ou naturais. Parece uma lógica mecânica, mas o binarismo é assim mesmo, “cada um com seu cada qual”, ou seja, mulheres servem para umas finalidades e homens para outras, com todo um discurso que evoca a natureza para justificar o que foi construído culturalmente.

A cultura pode engendrar esculpindo a cinzel a criatura recém-chegada à vizinhança ou não. Pode ser que os discursos mais subversivos da cultura sejam aqueles mais acessados por ela. Seja qual for o caminho que percorrerá, nasceu em plena vigência do patriarcado. Anuindo ou rompendo com o binarismo que impõe procedimentos demarcados para meninos e meninas, moços e moças, homens e mulheres, ela terá os olhos do mundo voltados para si a vida toda, pois de um corpo sexuado exige-se o cumprimento de regras muito definidas para a manutenção de uma ordem social hierarquizada, em benefício dos homens. Gênero é uma categoria relacional, mas de relação hierárquica em benefício da classe dos homens.

Em plena primeira década do século XXI, essa desconhecida criança viverá o poder paterno-conjugal. Ainda verá o poder de pensadores como Locke, Rousseau e Kant a inspirar o pensamento de membros de sua família, educadores e educadoras, de operadores da mídia e de tantos outros produtores de discursos, no sentido de questionar a capacidade das mulheres em conduzir a vida em sociedade. Poderá ver sua mãe e outras mulheres com a firme convicção de que são indivíduos livres, detentoras de seus corpos ou simplesmente deparar-se com a realidade de que seus pares (homens) detêm seus corpos (PATEMAN, 1994) e o

produto de seus corpos (GUILLAUMIN,1978) apesar de todo o senso comum dizer que o patriarcado é figura do passado ou em franca decrepitude. Poderá ver seu pai ou outros homens dando mostras entre si do seu grau de adesão ao projeto androcêntrico em que distintas masculinidades são confrontadas frente ao poder hegemônico de uma, num exercício cruel e fundamentalmente usurpador do feminino. Essa criança perceberá, ou não, que para manter todo esse volume de papéis em ordem com os corpos, ou seja, mulheres frágeis, dóceis, cuidadoras, maternais, sentimentais, cordatas e vaidosas, por um lado, e homens fortes, enérgicos, destemidos, racionais e guerreiros por outro, um arsenal de tecnologias é produzido todos os dias. Bonecas Barbies em diferentes versões para as meninas mostrarão as formas consideradas adequadas aos seus corpos no futuro. Acessórios para a boneca não faltarão: penteadeiras, toucadores, espelhos, roupas *sexies*, motos cor de rosa. Aos meninos verá como presentes tanques de guerra, bolas de futebol, jogos agressivos, entre tantos outros, para formar adultos destemidos, conquistadores e desprovidos de sentimento amoroso. Obviamente que os artefatos que possibilitam a construção de gênero são distintos de acordo com a classe social das crianças, seu local de moradia, sua etnia, sua raça etc. Porém, o capitalismo trata de massificar seus produtos e nos rincões mais pobres, mais distantes, vemos circular os brinquedos infantis em versões mais populares. Brincar quando possível, quando os pais podem comprar uma infância (demorada ou não) ou o arremedo dela é uma prática que engendra, que constitui o gênero, pois este “como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”. (LAURETIS, 1994: 208).

Todo esse quadro parece aterrorizante para quem apenas começa a habitar o planeta, mas é assim que se vive aqui, entre o terror das estruturas de gênero e a naturalização das mesmas por meio de diferentes discursos, sejam eles estatais, religiosos, familiares, científicos ou midiáticos.

Por um outro lado, esse(a) recém-nascido(a) vem ao mundo em um momento onde alguns movimentos se colocam internacionalmente para debater e lutar contra os códigos vigentes com uma velocidade e uma capacidade de penetração nos mais diferentes cantos da Terra nunca dantes vista ou pelo menos historicizada. Por um fator chamado globalização ou mundialização, poderá se ver inserido(a) em um planeta onde anarquistas, feministas, anarcopunks, gays, lésbicas, movimentos de distintas negritudes, entre tantos outros reivindicam o direito de viverem sendo respeitados em suas diferenças raciais, culturais,

religiosas e de orientação sexual, por aqueles seres humanos considerados referência, quais sejam, brancos, heterossexuais, de origem européia e cristãos.

Se viver em graus menores de assujeitamento ao mundo que hoje encontramos dado, verá a si e aos outros como seres em constantes mutações, onde a fixidez identitária só se faz admissível quando é requerida para lutas sociais, pois ela em si mesma só pode existir como instrumento de controle e como ilusão de unidade e coerência incabíveis aos percursos humanos.

Alguns anos se passarão até que eu perceba como foi se construindo essa nova pessoa, hoje minha vizinha. Lembro agora das centenas de alunos e alunas que tive no decorrer de duas décadas de magistério público.

Que discursos por mim proferidos influenciaram suas maneiras de ver a si mesmas e aos demais viventes humanos? Como enxergam a alteridade? Desconstruíram a idéia de que somos produtos de uma essência imutável e primeva ou o tempo os fez cair no discurso fácil do determinismo biológico? Determinismo este que é usado para explicar a diversidade humana em aspectos tão diversos como suas formas de viver, amar, pensar a vida, fazer arte e mesmo praticar crimes?

Uma boa ilusão para se continuar vivendo é essa: a de que influenciemos o pensar daqueles que passam por nossa vida no sentido de vê-los mais abertos a conviver com as distintas formas de ser e de estar no mundo. A ilusão de que as pessoas podem contestar e reverter a opressão representada pelas tecnologias e discursos que as formatam para a servidão. Quem sabe minha nova vizinha ou novo vizinho possa ser mais que o morador do andar de baixo? Possa ser um(a) aliado(a) para as lutas que hoje nutrem subalternos e subalternas dos mais variados coletivos?

### **3.2 Neide, Uma Subjetividade Inadmissível**

A construção da Fera da Penha em ambas as produções LDJ e CAB se deu por uma indisposição com Neide Maia Lopes que vai além do horror frente a seu crime. Entendo que o crime perpetrado por ela foi construído nas narrativas midiáticas como a continuação inescapável e nefasta de uma história de vida que se processava em medida considerável fora da ordem, da ordem do discurso. Neide não tinha sido adequadamente uma “moça de

família”, como já foi dito anteriormente. Ela era uma trabalhadora comerciária, relativamente autônoma, que ia de trem todos os dias do subúrbio para o Centro do Rio até o seu emprego. Aparentemente, não se tratava de uma moça que confinada ao lar esperava o casamento ou, pelo menos, qualquer casamento. O Linha Direta Justiça, já citado, descreve-a como leitora assídua de Nelson Rodrigues e de suspenses policiais. Fato que possivelmente a levava a pensar em assuntos destoantes daqueles próprios às moças que liam revistas destinadas a formar mentalidades para o lar e para o matrimônio. Publicações essas, portadoras de conteúdos próprios de uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994) onde se ensinava como uma moça de boa formação devia ou não apresentar-se socialmente.

Neide teve vários namorados, como é relatado no CAB, o que não era uma referência considerada boa na década de sessenta. Os melhores casamentos ainda eram garantidos pelo resguardo, medida recomendada para as moças casadoiras. Ela pareceu não valorizar essas medidas nem mesmo ao redigir seu diário em cárcere. Tampouco em seus escritos se autodescreveu, para agradar futuros leitores, como uma pessoa passiva ao redigir sobre suas reações (dentadas e unhas) contra o ciúme de William, seu ex-namorado.

Fatores como os citados até aqui apontam para o distanciamento dela dos discursos centrais que definem o ideal de mulher como passiva, caseira, meiga e subordinada. Ao mesmo tempo é possível captá-la assujeitada aos dispositivos amoroso e da sexualidade<sup>15</sup>, ao vê-la se apaixonar por um Antônio inexistente, um homem que era mero resultado de projeções amorosas que realçavam os elementos valorativos que teria encontrado nele.

O relato a seguir contido no CAB narra parte da jornada de Neide exatamente no dia em que conheceu Antônio. Aqui se destaca um reconhecimento, ainda que estranhado, do redator à figura de Neide, dada a expectativa para as mulheres da época:

Desembarcou e imediatamente acendeu um cigarro da marca LS, de invólucro lilás. Deu uma longa tragada e soltou fumaça para o alto fazendo círculos. Naquela época, fumar em público era um ato de ousadia para uma mulher. (BARROS, 2007, p. 161)

Neide, em suas próprias palavras no diário e nas alheias, mostrava-se como uma singularidade. Como mais uma subjetividade possível entre os humanos, particularmente

---

<sup>15</sup> O primeiro dispositivo atua mostrando que a vida só tem sentido se estiver nutrida por trocas afetivas e realização amorosa. Segundo Navarro-Swain, o amor para as mulheres representa “necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário”(2006, s.n) ou seja, repercute em um assujeitamento que as torna quase que exclusivamente as cuidadoras, engendrando-as ainda mais, em detrimento dos homens se direcionarem em sentido diferente. O dispositivo da sexualidade, segundo Foucault, “suscitou um de seus princípios internos mais essenciais: o desejo do sexo”(1993,p.146) que pode ser expresso acedendo-se a ele, descobrindo-o, liberando-o. O dispositivo sexual assim perpassa a vida contemporânea como uma injunção que, ao não ser cumprida, torna as pessoas incompreensíveis, não dotadas de inteligibilidade.

entre as demais mulheres. Poderia ser dito sobre ela: moça emancipada, um sujeito incoerente, ou nada disso, apenas vê-la e respeitá-la da forma em que se constituiu. Neide, porém, nasceu em um período em que a família composta por um pai, mãe e filhos rigidamente cumpridores de seus papéis representava a concretização de um projeto burguês para o país.

Um projeto concebido durante a República Velha, que visava o fomento de famílias organizadas, higiênicas (ou não promíscuas), portadoras de um patrimônio moral que levasse o Brasil a um destino de Ordem e Progresso. Nesse projeto não cabiam moças evasivas ao controle familiar e nem as que vivessem fora de um vínculo paternal, maternal ou filial, tal como aborda Claudia Maia (2007). Essa autora relata em seu estudo as condições que forjaram a invenção das solteironas, denunciando o clima aterrorizante que foi se construindo para aquela mulher que se constituísse desvinculada da família considerada instrumental aos interesses da elite.

A maneira singular de ser e de viver da moça Neide chocava com o que estava estabelecido ideologicamente para o país e para as mulheres. Além disso, Neide era uma moça pobre, mais facilmente tornada um anti-paradigma por uma propaganda contra a emancipação feminina. Ao deslizar (o que não significa evadir-se) do projeto hegemônico de família, contenedor das mulheres, Neide apresentou indiretamente razões para que os operadores da imprensa (uma fratria) se alçassem à construção da Fera da Penha, no passado e mesmo em nossos dias. As condições para o aparecimento de um ser abjeto (meio mulher-meio fera) de grande projeção estavam dadas naqueles anos sessenta. Era preciso breçar o avanço das mulheres, aproveitar, para isso, a grande capilaridade dos jornais e rádios populares e usar de um Sistema Judiciário comprometido com os interesses de uma elite burguesa e seu projeto disciplinador. Embora os jornalistas tenham tido acesso à vida pregressa dessa moça, publicaram o que era conveniente à sua abjeção e omitiram o que a humanizava.

Exemplo disso é o contraste apresentado entre Neide e Nilza, a mãe de Tânia Maria, que tornou evidente a inadequação da primeira ao mundo regrado e disciplinado da conjugalidade preconizada na época, principalmente para as famílias suburbanas. Nilza, mais do que Neide, constituiu-se e foi constituída para o casamento.

Nesses termos, o livro CAB, refere-se a ela: “Era uma moça suburbana sem muitos sonhos: queria apenas ter uma casa, marido e filhos para cuidar” (p. 156). Para quem tem o entendimento da identidade como algo fixo, Neide jamais teria condições morais ou perfil

para ser uma mulher casada, nos moldes assumidos como corretos pelo Estado brasileiro à época, nem que ela assim o quisesse. Ela não possuía os atributos morais que tornavam Nilza aceita socialmente. O seu jeito de viver não conferia uma inscrição identitária de esposa e de boa mãe e a percepção desse fato possivelmente a fez estender sua indignação à família de Antônio e ao conjunto aparentemente ajustado que ela emanava em sua comunidade.

Acredito que tanto o Linha Direta quanto o CAB assumiram esse pressuposto, essa “falta” de atributos, para compor Neide em nossos dias. E o fato de ter assassinado uma criança, mais do que afastá-la tão somente do projeto de mulher respeitável construído para seus tempos de mocidade, foi o elemento que desencadeou o processo de sua desumanização nas publicações jornalísticas da década de sessenta e nas produções em análise aqui, resguardando as diferenças de abordagem entre o Linha Direta e o CAB. Trabalho com a idéia de que essas duas produções, quase meio século após o crime, reproduziram o estigma em vigor quando da deflagração deste.

Houve uma reedição do pânico e da desumanização instaurados pela imprensa à época contra a pessoa de Neide. Erwing Goffman, explica as repercussões dessa ação orquestrada:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisto, fazemos vários tipos de discriminação, através das quais efetivamente e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças”(GOFFMAN, 2006, p. 15)

É como se Neide jamais pudesse se reinventar dentro e após o cárcere, reconstituir-se em novas experiências. Como se o crime fosse o resultado de uma natureza que a precedia e que seria imutável ao longo da vida. O crime não foi julgado, ela foi julgada como pessoa, como fera, como monstro. Neide teve sua identidade fixada ao momento delituoso de sua vida.

De Lauretis (1992) explica que a experiência serve “para designar o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais” (p. 228). Ela, assim, procurou definir o termo experiência mais exatamente como um “complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior...” (p. 228). Neide claramente poderia ter outra história publicizada

depois de tudo o que passou e após mais de duas décadas de cumprida a sua pena. Uma vez que sabemos, inclusive, que ela voltou a trabalhar, segundo o próprio CAB.

Adianto que reeditar a Fera da Penha (ao invés de contar uma história compromissada com a humanidade da portadora dessa alcunha) foi cristalizar Neide em um episódio de sua vida, a fim de torná-lo exemplar, uma vez que esse expediente leva o telespectador a pensar que moças que exibem comportamentos como o dela são potenciais assassinas. O crime serviu para confirmar essa profecia e tornar a abjeção legítima a cada vez que Neide fosse tratada desumanamente. A omissão generalizada no programa LDJ quanto aos fatos da gravidez de Neide, do desejo de maternar a criança em que pesassem as dificuldades que teria, de sua determinação de terminar o relacionamento com Antônio mesmo grávida, e do aborto que este provocou são dados que apontam para a vigência de uma severa agenda moral norteando a condução do programa. Isso se torna mais estarrecedor quando sabemos que Marcelo Faria de Barros deu crédito a Neide quanto aos fatos do aborto. O caráter político da agenda moral torna-se mais evidente diante da escolha de não ir para a televisão aquilo que pôde figurar no livro.

O homicídio cometido por Neide fez com que se velassem injustiças cometidas contra ela. Por exemplo, o interrogatório a que ela foi submetida à base de tortura<sup>16</sup> (ainda que essa palavra à época não repercutisse como hoje), não foi considerado como procedimento policial extremado, nem pelo CAB, nem pelo LDJ. No livro, Marcelo Barros (2007) ainda comenta, sem qualquer criticidade:

Os policiais decidiram usar um estratagema para dobrá-la: deixaram-na de pé durante todo o interrogatório e a proibiram de fumar, um verdadeiro suplício para aquela fumante compulsiva, que chegava a esvaziar dois maços de cigarro por dia. Neide permaneceu irredutível durante toda a madrugada e o início da manhã seguinte. (BARROS, 2007, p.186)

O Linha Direta foi ainda mais evasivo nesse tocante, naturalizando o procedimento aversivo dos inquiridores de Neide na delegacia, tendo em vista que editou o seguinte depoimento no corpo do episódio: “Ela ficou em pé na delegacia sendo interrogada e proibida inclusive de fumar. Nem água deixaram ela tomar<sup>17</sup>”.

---

<sup>16</sup> Aqui há um esquecimento do tipo ideológico (ORLANDI, p.35), fala-se das privações durante o interrogatório de Neide, mas a palavra tortura não é mencionada.

<sup>17</sup> Depoimento dado pelo radialista Saulo Gomes ao Linha Direta. Ele, inclusive, diz ter sido o responsável por colher a confissão de Neide. Ela teria se esquivado de fazer a confissão à polícia e o fez para ele em uma entrevista ao vivo.

Essa afirmativa foi reiterada pelo *chat* vinculado ao Linha Direta sem que isso suscitasse qualquer constrangimento dos internautas com relação à prática da tortura.

A medida que a figura da Fera era erguida, apagava-se Neide lentamente do cenário, fazendo com que a última fosse ignorada em suas necessidades humanas mais básicas como beber água e sentar-se durante um depoimento de 12 horas de duração.

Consecutivamente ao empreendimento de estigmatizar Neide, as tramas do CAB e do LDJ mostraram o casal Antonio e Nilza quase como que inatingível aos abalos mais aterradores. Em ambos, Antônio foi poupado de quaisquer críticas. No livro, onde o assassinato do filho de Neide, ainda sendo gerado, é tornado público, não se faz nenhum comentário desabonador de sua conduta violenta. Detecta-se aí um silêncio conivente para com ele por parte de ambas as produções.

Ainda assim, após todo o trauma ocasionado pela perda da criança, pelo inquérito e julgamento de Neide, o lar de Antônio e Nilza se refez. O mesmo epílogo foi conveniente aos dois produtos, ainda que suas narrativas tenham sido distintas.

Quase cinco décadas após a deflagração do crime, ele novamente ficou identificado como um ato vingativo de alvo limitado (atingir Antônio), produto de uma mente doentia e torpe, alçada à categoria de “única” em seu feito cruel. Há que se ressaltar que o silenciamento quanto ao diário de Neide no LDJ reproduz o estigma com mais vigor que no CAB, pois não possibilita ao espectador uma visão de Neide em seu percurso mais prosaico e em seu drama cotidiano pouco antes de perpetrar o assassinato de Tânia Maria.

### ***3.3 A produção midiática em nossos dias – Agenda Setting e Framing: O caso Fera da Penha como agenda moral.***

Um emaranhado de acontecimentos são contemporâneos à veiculação do CAB e do LDJ, eles permitem uma avaliação mais detalhada de ambos e do momento histórico em que foram concebidos. Essa teia de fatos nos mostra que a reedição da Fera da Penha, da maneira em que foi realizada, pouco analítica e estigmatizadora, não é um fato isolado, desconectado de outros aspectos da realidade brasileira. Há toda uma superestrutura atuando para que às mulheres e outros grupos ameaçados pela ordem patriarcal, sejam negados avanços em diferentes aspectos, o que os sujeita a violências de toda ordem. Exemplos para isso são:

- i. A entrada em pauta do PL 1763/07, em 2007, na Comissão de Seguridade Social e Família e a retirada do mesmo no referido ano, por ação contrária dos movimentos sociais. O projeto propunha a concessão de um salário mínimo por mês, durante dezoito anos de vida, à mulher que registrasse e criasse uma criança concebida em estupro, desde que esse fosse devidamente comprovado e reconhecido em processo judicial. O debate sobre o mesmo ficou adiado para 2008.
- ii. O cerco representado por distintos segmentos do Congresso Nacional a discussões relativas à legalização do aborto bem como a vê-lo como uma questão de saúde pública durante todo o ano de 2007, posicionamento este do Ministro da Saúde, que naquele momento entendeu que um plebiscito seria necessário para se decidir mudanças na atual legislação. A discussão sobre o plebiscito diante das forças antagônicas não foi adiante.
- iii. A resistência, também, de diferentes setores do Congresso Nacional e da sociedade, destacadamente os religiosos cristãos, à parceria civil de casais gays, lésbicos, transexuais entre tantos outros possíveis. Em que pese a Constituição garantir que todas as pessoas são iguais perante a lei, a afetividade e o erotismo fora da heterossexualidade não são passíveis de reconhecimento em sua plenitude pelo Estado brasileiro.
- iv. A investida da Igreja Católica Apostólica Romana (Vaticano), na figura do Papa Bento XXIII contra a homossexualidade e o aborto. Sobre este último, a Campanha da Fraternidade no presente ano tem como tema "Fraternidade e Defesa da Vida" e como lema "Escolhe, pois, a Vida".
- v. A insistência de alguns setores em rebaixar o poder da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) em punir agressores de mulheres. Cogita-se a possibilidade da retirada da queixa apresentada contra os mesmos perante os juízes, o que fragilizaria a lei em sua pujança protetiva às mulheres. A matéria foi tramitada no STJ durante o mês de junho de 2008.
- vi. As denúncias no ano de 2007 do encarceramento negligente de meninas que cometeram delitos em celas destinadas a homens, havendo a desconsideração do Estado para os estupros e as privações por elas sofridas.

Há que se mencionar também o enorme e exaustivo destaque dado pelas emissoras de rádio e televisão, além da imprensa escrita, a crimes perpetrados ou supostamente praticados por mulheres.

Tomam também muito espaço no noticiário aqueles crimes onde mulheres de origem popular abandonam, arremessam ou atiram filhos recém-nascidos em terrenos baldios, na rua ou mesmo em locais em que a chance de sobrevivência é limitada, como dentro das águas de rios ou lagos.

As coberturas da mídia usam de um discurso sensacionalista, que revela conteúdos misóginos, carregados de uma visão essencializada das mulheres: maternais por natureza e se assim não se apresentam, passam a figurar no quadro das anomalias desumanizadoras. Coberturas midiáticas, feitas dessa maneira, colaboram para a ratificação da heteronormatividade e seus desdobramentos: casamento, o cuidado dos doentes, dos idosos e dos mais frágeis, além da maternidade, como as únicas maneiras de se estar no mundo, uma vez nascida no sexo feminino.

As matérias são conduzidas de forma a pensarmos que as posições de casada e mãe garantem às mulheres segurança para si e para seus filhos, colocando-os a uma distância considerável do perigo. Como se a família e o lar fossem blindados às situações de violência, quando se sabe que eles são espaços privilegiados de realização dela. A pedagogia encampada por diferentes programas de TV (dentre eles o LDJ) e pelo noticiário policial, em geral, dissemina uma moral burguesa que ratifica violentamente um modelo de família destinado a todos, a despeito das variedades de arranjos que elas podem apresentar. Um exemplo de emprego do discurso da família como célula-*mater* e ninho protetor é aquele utilizado a favor de (ou contra) adolescentes pobres que cometem delitos. O psicologismo sempre usa da expressão “não teve pai, não teve mãe, a rua tratou de educar”, como se família fosse garantia de bons tratos e de dignidade, ignorando que ela está dentro da estrutura rígida e intolerante à diferença que é o patriarcado.

Somando-se a citada teia de acontecimentos que dão mostra de que não vivemos uma etapa de arrefecimento do regime patriarcal, temos que nos ater ao tribunal midiático em que foram transformadas as coberturas de crimes. Fato que demanda um cuidado maior por parte de quem pesquisa nas áreas de comunicação e disciplinas afins com o tema. Situamo-nos hoje em um momento particular naquilo que diz respeito à punição de quem foi colocado contra a

lei. Isso porque a imprensa toma para si o papel do judiciário e aparta de forma estigmatizada quem comete transgressões a lei.

A crítica à imprensa deve ir além. Marília Budó (2006) questiona a objetividade pretendida pelos jornalistas e pelos veículos de imprensa quando eles se portam atendendo a interesses claramente subjetivos. A partir de suas leituras de Herman e Chomsky (2003) ela afirma que “o jornalismo possui um papel de definir quais são os fatos que repercutirão na mídia, e quais não serão conhecidos.” (p.8). E que quando “se trata de notícias sobre crimes, o senso comum jornalístico é preponderante ao definir a forma de abordagem do fato.” (p.8).

Ainda que todo o senso comum possa ter um núcleo de bom senso, definitivamente, aqui, no tocante à imprensa que lida com matérias criminais, o bom senso não é feminista e é altamente parcial com delinquentes de estratos pobres da população.

O sensacionalismo empregado em matérias onde as mulheres perpetram crimes, colabora para exacerbar a desigualdade de gênero, instilando a idéia de que mulheres quando matam são muito mais eficientes e cruéis que os homens, dando assim condições para que a misoginia grasse em diferentes formulações. Dentre elas, a de que as mulheres devem ser vigiadas em seus hábitos e atitudes e controladas em seu acesso a informação e ao conhecimento para não darem chance ao Demônio, pois mulher boa é mulher burra e a prova disso é que mulher que andou na linha, o trem pegou<sup>18</sup>.

Se “o conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem em suas cabeças, e sim algo que constroem juntas” (SPINK & FREZZA, 2004:27), pode-se imaginar como os ditados populares misóginos são reconfirmados quando fazem um intertexto com programas que não promovem o debate e a discussão como o “Linha Direta Justiça” ou ainda com livros da qualidade do “Crimes que Abalaram o Brasil”. Na verdade, a produção jornalística policial, especialmente no nosso país, parece ser criada para provar e reafirmar a estereotipia misógina.

Quando as falas de especialistas das áreas de Direito, Jornalismo e Medicina vão a público, por meio de um programa como o LDJ, elas cumprem apenas o papel de validar os estereótipos vigentes.

Afinal quem está opinando são pessoas que “sabem”, que podem falar. E ainda que não tenham perfil para fomentar o sensacionalismo, têm oratória competente para revigorar uma moral conveniente aos setores dominantes, aumentando o poder de pressão deles frente a possíveis contraposições dos setores dominados.

---

<sup>18</sup> Ditados populares.

Mesmo que os sentidos sejam construídos socialmente, na dinâmica entre as pessoas frente aos fenômenos que assistem e às situações que vivem (SPINK & MEDRADO, 2000), tomo como difícil a possibilidade de elas virem a construir representações politicamente avançadas sobre criminalidade e sistema penal, tendo acesso somente às informações fornecidas por uma agenda midiática, na qual os saberes são fundados na repressão, apartação e no senso comum mais reacionário.

Dentro desse quadro, onde certos saberes validam e valorizam a notícia, é importante, então, ressaltar que além de influenciar nossas representações sociais a respeito do que vemos no cotidiano:

“Os mais recentes estudos sobre o agendamento têm concluído que a mídia não tem apenas o poder de nos oferecer o leque de assuntos pelos quais iremos nos preocupar e conversar. Além de estabelecer esta agenda interpessoal, os meios de comunicação também teriam o poder de nos dizer como devemos pensar os temas existentes na agenda da mídia.” (COLLING, 2001, p. 94).

Assim, torna-se cada vez mais importante o debate público sobre a mídia, sobre os conteúdos que transmite e sobre as vozes que ela considera dignas de veicular em detrimento de tantas outras. O pensamento dissidente sobre os meios de comunicação em geral, continuará se dando através dos movimentos sociais, pois da grande mídia em si não virá o avanço. Seus dirigentes, ainda que concorram entre si, são bastante alinhados ideologicamente, conduzindo seus veículos de mídia sem debate, sem contraposição, a exemplo do LDJ e do CAB. O contraponto, caso apareça em programas como esses, virá para figurar no campo do exotismo (MENDONÇA, 2001), do inusitado, do politicamente correto.

Feitos dessa maneira, livro e programa fornecem um viés único para as pessoas pensarem. Chama-se a essa estratégia de *framing* ou enquadramento. Colling afirma que:

“o *framing* passa a ser uma ferramenta empregada por aqueles que têm o poder de transmitir o seu jeito de pensar para os demais. O *framing*, de um modo geral, é como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda”(Idem, p.95).

Em suma, é nesse contexto que a Fera da Penha foi reeditada como produção midiática. Em um período de reformas neoliberais, de ascenso de grupos religiosos contra o avanço de novas conquistas para as mulheres e outros grupos sociais, e num momento de firme postura dos grandes grupos midiáticos em reforçar via *framing* um sistema penal que se encontra em total descrédito quanto às suas possibilidades de humanização e pacificação da

sociedade. Todo esse quadro deve ser interpretado como uma agenda moralizadora, apesar de apresentar-se como uma luta contra a impunidade.

### **3.4 Produções jornalísticas, produções alinhadas ao sistema penal**

As imagens e o roteiro do Linha Direta, além da crônica sobre a Fera da Penha no CAB, foram levadas aos telespectadores e aos leitores como resultado de pesquisas realizadas por Wilson Faria e Marcelo Faria de Barros. A pesquisa jornalística foi tida como a linha mestra para tecer as narrativas. O problema é que foi efetuada sob a convicção de que fontes como os autos do processo e antigos jornais são neutras e de que o trabalho de investigação e de futura redação sobre eles também o devam ser. As propaladas crenças da neutralidade do jornalismo e da constituição dos autos de um processo constituem discursos. Discursos que se alocam numa mesma formação discursiva: aquela que preconiza a ciência como construto objetivo e neutro e que louva o distanciamento entre sujeito e objeto, para a obtenção de resultados confiáveis. Ao pensarmos na categoria gênero, nos préstimos que a categoria tem apresentado, inclusive para a Historiografia das Mulheres, para trazer visibilidade a seus feitos, lutas e mesmo para seus atos vis, vemos que esse tipo de epistemologia que sustenta a ciência hegemônica e o fazer jornalístico não serviu e não serve para enxergarmos o percurso das mulheres na posição de sujeitos seja em seus erros, acertos e ou em suas mazelas. Há um descompasso entre a pesquisa feminista e a investigação jornalística. Por essa razão, é possível concluir que o silenciamento do programa LDJ a respeito do que Neide revelou no seu chamado diário não foi infundado nem casual, mas uma ocultação interessada e ideologicamente comprometida com um projeto moralizador.

Neide é uma personagem arraigada em signos da subalternidade: trabalhadora, suburbana, amante, assassina de uma criança. Ao ter nascido mulher, Neide já trouxe consigo o primeiro signo de inferioridade. A implantação das expectativas de gênero difundidas na forma de diferentes discursos somada a tal signo, deveriam tê-la tornado passiva, acomodada e recolhida frente aos seus insucessos. Apesar de todo o empenho da cultura gendrada, a Neide construída nos jornais da década de sessenta, no Linha Direta e no CAB, mesmo constituída por qualidades que a situavam como subalterna, insurgia-se; daí sua singularidade.

Considero a insistência dos *mass media* em revisitar seu delito como advinda exatamente do fato de que ela não se rendeu facilmente, de que ela não se dobrou à

insatisfação. Sua rebeldia a tornou passível de ser transformada em personagem de uma cena trágica e exemplar. Ainda que isso tenha exigido dos jornalistas tanto a deliberada ocultação dos atenuantes da sua ação criminosa, como também a desconsideração às ações criminosas de tortura cometidas pela polícia e pelo seu amante : a primeira por tortura, o segundo por assassinato. Para realizar a agenda moralizadora, jornalistas e editores do programa LDJ e do livro CAB desconsideraram fatos importantes do diário, que situavam que Neide não matou Tânia por paixão, a fim de conquistar o amante. Aos realizadores do LDJ e do CAB, em amplíssima maioria homens, como consta nos créditos das duas produções, interessaram apenas as fontes que poderiam depreciar Neide, transformá-la em ícone da abjeção, para que a agenda moral por eles encampada pudesse efetivamente cumprir seus propósitos normatizadores.

É importante considerar que o fazer da imprensa em suas práticas sensacionalistas, preconceituosas, intolerantes e socialmente apartadoras, não está dissociado de doutrinas penais que hoje disputam espaço nas esferas de Estado. A tarefa de apresentar Neide como exemplo de insurgência e de não-adequação das mulheres a diferentes normativas se constitui ação que vai de encontro, por exemplo, ao Movimento Lei e Ordem, que se caracteriza por tornar a figura do infrator estigmatizada e daninha ao convívio social, o que configura um projeto de justiça desumano e cruel. O referido movimento tem papel importante na atualidade, exercendo influência significativa na elaboração das leis penais na década de 1990 (BUDÓ,2006).

As formas como são conduzidos o LD e o LDJ – Fera da Penha, em particular, deixam patentes o efeito de ambos em “marcar” aqueles que delinquem em nome do bem estar e da calma públicos.

Acredito que o fato da delinqüente em questão ser mulher não altera posturas, ao contrário, exacerba-se aqui a vigilância e o temor frente ao descumprimento da norma, buscando à maneira de uma pedagogia coercitiva o recolhimento das que cogitarem também infringir.

Programa televisivo e livro acabam, dessa forma, revitalizando ou relegitimando um sistema penal desumano, apartador e falido nos seus fins como atividade estatal. Os dois colaboram com a praticidade neoliberal ao trabalhar para separar os “justos” dos “injustos”.

Concebendo o mundo pelas lentes do Darwinismo Social onde uns poucos são mais aptos a viver (graças à herança, aos estudos de nível, à proteção familiar), os *mass media* e os

setores mais atrasados da sociedade brasileira promovem o isolamento e o banimento daqueles que ameaçam um estilo de vida baseado em concorrência e *status quo*. Se uma ordem assim é assustadora para os homens que delinqüem, para as mulheres na mesma condição é ainda pior, em razão de ocuparem um lugar hierarquicamente inferior em uma sociedade gendrada.

### **3.5 A Vingança como Manchete Conveniente**

Considerando os trechos de suas memórias inseridos no CAB, é perceptível o acúmulo gradativo de indignação vivenciado por Neide: de se ver amante sem saber que Antonio era casado, de ter sua gravidez interrompida, sem que o quisesse, de ter que se manter encontrando com ele após o aborto à sua revelia, ou seja, um somatório de espoliações. De alguma forma, ainda que inaceitável, o crime de Neide parece restaurar a sua integridade, ainda que de forma vil, violenta e cruel. Em algum momento entre a construção do assassinato e sua efetivação, Neide parece ter feito o intento de se equiparar em *status* a Antônio. Ela recobrou-se da posição de assujeitada, de ser meramente apropriável para o descarte futuro. Tal como Antônio, ela pode definir as cartas de um jogo que só ele manipulava e vencida. Ela cessou entre o planejamento do assassinato e a concretização do mesmo a tributação que rendia a ele. (SEGATO, 2005). Rompeu definitivamente com a usurpação a qual ele procedia e com o mecanismo que o tornava viril frente aos seus pares.

O cinema contemporâneo vem mostrando narrativas de mulheres que se solidarizam umas com as outras para dar respostas a atos de violência de toda ordem por parte de homens com diferentes papéis em suas vidas. Filmes como *Volver* de Pedro Almodóvar (2006), *Lady Vingança* de Chan Wook Park (2005) e *Menina Má.Com* de David Slade (2005) mostram a disposição das mulheres de atuarem juntas, mesmo que seja por meio da eliminação de seus algozes, para a resolução ou amenização de suas mazelas: violência sexual perpetrada por padrasto, tratamento ludibrioso por companheiro e pedofilia virtual. Ainda que as mulheres venham sistematicamente recorrendo ao Estado, para garantir políticas públicas que as contemplem em suas demandas por segurança, emprego, creche, entre outras tantas, é evidente como ele se “*alía com la cruzada simbólica de los grupos mas conservadores (...)* Ello ha despertado una conciencia coletiva entre las mujeres que há contribuído a la politizacion de sus necesidades comunes”(DAVIS & FAITH, 1994, p.131). Contudo, esse

despertar não necessariamente constrói políticas estatais como observamos nos filmes citados. Em sororidade, avós, mães, amigas, vizinhas e tias se juntam e estabelecem novos códigos de conduta para resolver os vilipêndios cotidianos, sendo que o Estado passa longe desse esforço. Possivelmente porque *“los intereses del Estado de mantener la hegemonia de los roles basados sobre gênero, La imagen de La mujer como desviada está dando paso a La imagen de La mujer como amenaza política”*(idem, ibidem).

Neide não passou por uma experiência de sororidade, tal como foi mostrado nas produções cinematográficas citadas, (em que pese a polêmica que os filmes possam suscitar por mostrar a justiça à revelia do Estado por elas praticada), ela esteve só e aparentemente sem confidentes na trajetória que a levou ao crime. O fato de Neide não liquidar o seu algoz, inclusive a diferenciou dos casos abordados pelos filmes anteriormente mencionados. Interpreto que o ato dela foi político e solitário, almejando atingir a família na qualidade de sustentáculo que mantinha Antônio apto a conquistas despreocupadas e para as usurpações delas decorrentes. Mesmo sem ter inteira consciência disso, com seu ato, talvez ela quisesse eliminar a estrutura que dava a ele conforto e vigor na cena privada, para impedir que na vida pública continuasse perpetrando vilanias sem se abalar e sem ser reconhecido publicamente como um usurpador.

Não era de se esperar que o conglomerado Globo tivesse esse tipo de leitura do crime, mas é plausível pensar em produções, livros ou programas televisivos, que fornecessem um mínimo de questionamento sobre as condutas de Antônio, quase cinquenta anos depois do crime ter sido perpetrado. O que se verifica, no entanto, é que a agenda moral particularmente hoje abraçada pela Editora Globo e pela Rede Globo de TV não acompanhou quaisquer debates democráticos efetuados nesse longo período. Nesse sentido, necessário se faz discutir o jornalismo como uma prática social. Essa prática não se faz independentemente de fatores econômicos, culturais ou ideológicos. Os jornalistas estão inseridos em uma cultura androcêntrica, capitalista, produtora e reprodutora de desigualdades, como as de gênero, raça e de classe social.

A grande imprensa é veículo de opressão e de reafirmação das desigualdades, ou melhor, de mais construção delas. Sendo agente, também, de silenciamento de discursos sediciosos naquilo que possuem de mais desestabilizador, a exemplo do acontecido a Neide. Ao jornalismo, particularmente o feito pelo LDJ e o CAB, interessa o escândalo e a indignação do leitor e espectador, sem que se promova qualquer debate sobre papéis sociais opressores quando eles são funcionais à manutenção da sociedade em suas desigualdades.

A esses veículos de mídia não importa convencer telespectadores e leitores a se subordinarem às leis, por questionáveis que elas sejam, como faziam as crônicas morais do século XIX, espalhadas em folhetins na França<sup>19</sup>. Concordando com Kleber Mendonça (2001), acredito que esse tipo de jornalismo faz com que seus consumidores se identifiquem com a vítima e seus familiares, sem que tenham acesso às narrativas do criminoso. Além disso, o fazer dos jornalistas, como categoria profissional no tocante ao caso Fera da Penha, remete a análise ao comportamento de fratria para entender a lealdade para com Antônio. A prática desses profissionais guarda semelhança com o modelo que Rita Segato (2005) adotou para explicar a relação que os estupradores mantêm tanto com os homens quanto com suas vítimas. A autora coloca que um estuprador dirige suas mensagens em dois eixos convergentes:

No eixo vertical, ele fala, sim, à vítima, e seu discurso adquire um aspecto punitivo e o agressor, um perfil de moralizador, de campeão da moral social porque, nesse imaginário compartilhado, o destino da mulher é ser contida, censurada, disciplinada, reduzida, pelo gesto violento de quem reencarna, por meio desse ato, a função soberana. (SEGATO, 2005, s.n.)

No eixo horizontal, o estuprador se dirige aos demais homens que compõem a fratria.

A partir do modelo exposto, entendo que os homens da imprensa (particularmente eles), nesses anos todos, tenham concordado e se identificado com o procedimento de Antonio para com Neide. Eles se calaram frente às mazelas vividas por ela, dos maus tratos do amante ao aborto forçado. O desempenho no eixo vertical, mais visível, que representa a hierarquia de gênero foi cumprido a contento por Antônio. Assim como os estupradores procedem, ele submeteu Neide. Acuou-a, retirou dela aquilo que a empoderava, inclusive o filho por nascer, para se manter no domínio. O que leva a interpretar, em consonância ao que já foi dito, que Antonio “deu satisfação” a seus pares jornalistas e aos leitores homens, provando-se viril na relação de supremacia e domínio estabelecida para si no eixo horizontal. Ele reeditou sua masculinidade frente aos iguais. Esse seria um dever que cabe a todo homem frente às irmandades viris, a dos jornalistas foi a eleita para essa abordagem, mas a dos operadores do Direito poderia ser uma outra a se examinar no futuro.

Se os textos da imprensa foram aniquiladores de Neide, há de se supor que havia nela elementos que desequilibravam a ordem androcêntrica instituída ontem e hoje. Ordem expressa no ideal de casamento indestrutível, de esposas frágeis perante a vida pública, de

---

<sup>19</sup> Sobre o assunto é interessante ler Crônicas Morais: Uma comparação entre o Linha Direta e os panfletos da Europa no séc. XIX de Kleber Mendonça.

amantes silenciosas e cientes de sua necessária discrição, sob risco de uma maledicência pública. A idéia de que a imprensa se aliou a Antônio no passado e que assim também o faz hoje se fundamenta, inclusive, na disparidade entre os conteúdos do LDJ e do CAB, expressa na omissão do LDJ do aborto informado por Neide em seu diário de cárcere. Essa informação não chegou a milhões de telespectadores, apesar do repórter e produtor de reportagem do LDJ, Marcelo Faria de Barros dizer o contrário. A sonegação de dados no programa televisivo não sugere mero esquecimento, mas a adoção de uma pedagogia do estigma e da abjeção à Neide e às suas condutas quando o produto se destinou a um público massivo, menos propenso ao debate. O projeto pedagógico passou até pela interpretação da atriz que, rejeitando Neide, construiu a Fera da Penha de forma maniqueísta, tendo mesmo pensado em recusar o papel que lhe fora ofertado. Ao que parece, ela não teve acesso às falas de Neide em seu diário, vindo a compor a personagem a partir dos sentimentos mais corriqueiros sobre o caso.

Entende-se que a instauração de um regime de verdade aqui se fez pela repetição da versão de que o crime seria de vingança de Neide contra o ex-amante. Isso impede que se enxergue, nesse homicídio, seu teor político. A postura de Neide de não se dobrar (mesmo sob tortura) à polícia e aos repórteres na delegacia (e mesmo no cárcere) foi insuportável ao regime de conduta imposto no passado e em andamento até hoje, resguardadas algumas mudanças. Contê-la, silenciá-la, recolocá-la na hierarquia, torná-la abjeta foram medidas necessárias para puni-la exemplarmente, a fim de que as fratrias não se tornassem vulneráveis (no passado e agora) a uma onda de mulheres que contestassem maus tratos, vilipêndios, abusos entre tantas outras possibilidades. Justificar o crime como um ato de vingança retira o caráter político e público do crime, jogando-o numa esfera privada de repercussão pública bastante conveniente ao patriarcado. Esse parecer fica mais claro quando não observamos *nos chats* quaisquer menções a Antônio e à sua conduta e a seus atos imorais e ilegais. Tanto é assim, que a preocupação dos internautas se deu apenas em relação a Neide e a seus procedimentos durante o crime. Eles não se dispuseram a perguntar sobre Antônio e sobre a convivência social para com ele em seus atos vis. A conduta dele, seu ar de *bon vivant*, que usufruía do tributo de duas mulheres, não foi questionada. A grade de usurpação manteve-se intocável.

### **3.6 A mídia: facilitando a arrecadação de tributos**

Apesar do grande empenho do LDJ e do CAB em salvar Antonio de um julgamento mais severo por parte de seus telespectadores e leitores, a figura dele não passa incólume a um olhar mais detalhado e crítico. Sob um viés feminista, Antônio se constituiu como usurpador. Ele vivia seu cotidiano graças aos tributos percebidos de Neide no papel de amante e nos de Nilza na função de esposa. As relações conjugais entre homens e mulheres se dão mediante tributação, Antônio não se constituiu exceção ao recebê-la.

Era assim que ele se fazia homem e que se diferenciava em poder, estando acima de ambas<sup>20</sup>. É me inspirando no modelo de Rita Segato, novamente, que o vejo como um agressor buscando “ocupar um lugar na irmandade viril e até mesmo adquirir uma posição destacada em uma fratria que somente reconhece uma linguagem hierárquica e uma organização piramidal.” (2005, p. 9).

Relaciono o comportamento de todos os jornalistas que cobriram o caso tanto quando este se deflagrou, como em nossos dias, como o de portadores de uma solidariedade de gênero com Antônio. Ainda que o modelo apresentado por Rita Segato aborde aspectos do gênero na deflagração do estupro, entendo que ele pode ser adequado às solidariedades de gênero em categorias profissionais, movimentos sociais etc.

A mesma autora (2003) enfatiza a existência do que chama estupro alegórico<sup>21</sup> (ou simbólico), categoria que, de fato, poderia servir de base à sua também elaborada visão de violência moral como estratégia permanente de manutenção das hierarquias de gênero e tantas outras vigentes na sociedade. Como exemplo de estupro simbólico, a autora cita a vivência das trabalhadoras em prostituição londrinas. Entre elas, o descumprimento do acordo pelo cliente é considerado um estupro, mesmo não havendo nenhuma agressão física. Trata-se de violação de contrato, fato que tem um peso elevado para elas.

As ações recentemente empreendidas pelos repórteres de aprisionar Neide em um cárcere midiático tantos anos depois, fazendo-a lembrar as alcunhas dadas à época do crime; apropriando-se de seu diário de forma leviana e descuidada; reconstruindo imagens invasivas dela e de sua intimidade com Antônio são também reiteradas violações, atos vis,

---

<sup>20</sup> Segato (2003, p.101) afirma que “el poder es siempre, por naturaleza y por la propia ingeniería que lo constituye, una usurpación, un robo de plenitud y autonomía, una expropiación.” In, La célula violenta que Lacan no vio.

<sup>21</sup> Ver mais detalhes sobre o estupro alegórico em La estructura de género y el mandato de violación. (pp. 21 a 53).

desconsiderados pelo senso comum. A violência contra ela, fica claro, não cessou com o cumprimento de sua sentença.

Neide, em nossos dias, vem sendo repaginada para ser vista como ameaça para um homem, para uma família e para um projeto de sociedade. Projeto no qual as mulheres precisam continuar exercendo os papéis de mãe, administradoras do lar, de cuidadoras dos doentes e dos mais frágeis, e servindo seus corpos à expropriação masculina a título de tributo para se manterem na conjugalidade. Sinteticamente, essa condição pode ser vista assim:

Em condições sócio-politicamente "normais" na ordem de *status*, nós, as mulheres, somos as entregadoras do tributo; eles, os receptores e beneficiários. E a estrutura que os relaciona estabelece uma ordem simbólica marcada pela desigualdade que se encontra presente e organiza todas as outras cenas da vida social regidas pela assimetria de uma lei de *status*. (SEGATO, 2005, s.n.).

É necessário comentar o contraste que a citação acima provoca se confrontarmos Neide e Nilza, esposa de Antônio. Neide, pelo teor de suas palavras, cessou o tributo na medida em que se viu lesada, ameaçada e violentada por Antônio. Nilza reconstituiu o lar, deu-lhe mais filhas, não cessou o processo de tributação mesmo após o forte trauma e exposição pública. Inevitavelmente a reconstituição do lar e da paternidade passa pela exação de Nilza, no seu papel de pilar da moral familiar. O incrível é que esse desnudamento da relação que Antônio tinha com ambas não foi feito sequer no livro, o que mostra que a produção tomou como alvo somente Neide. O círculo de usurpação manteve-se intacto pela omissão da mídia diante desta realidade. O fato de inscrever a esposa e a amante neste círculo foi absolutamente naturalizado pelo CAB e pelo LDJ. Não mereceu nem páginas nem cenas.

### **3.7 O crime, a cena e a sociedade**

É importante que o crime de Neide seja visto em sua dimensão coletiva. Ela não cometeu um ato criminoso fundado exclusivamente na sua pessoa, tampouco na sua carga genética ou em sua propensão ao mal, como poderia supor uma criminologia de cunho determinista biológico. Um crime não é um ato construído individualmente, ele é forjado em uma cena povoada de personagens, que é a sociedade. Ainda que na hora do homicídio apenas vítima e assassino estejam materialmente presentes, a cena é repleta de personagens invisíveis que num passado ou mesmo no presente conformaram ao último sua ação violenta.

Além dos personagens que habitaram a cena do crime praticado por Neide, dentre eles, Antônio, Nilza, Tânia Maria e sua irmã menor, havia um cenário onde outros elementos estavam inscritos. Nele se articulavam maquinalmente:

- i. um projeto de heterossexualidade compulsória e uma monogamia forçada para ambos os sexos (ainda que para os homens ela seja bem menos imperativa), visando a construção de famílias disciplinadas e harmônicas;
- ii. um dispositivo sexual que atua de maneira atroz contra a grande massa das mulheres, obrigando-as a se fazerem sempre disponíveis, atraentes e apropriáveis pelos homens. Seus corpos são acessados, suas mentes não;
- iii. uma construção incessante de diferenciação entre os sexos pela ação das ciências biológicas e das culturas androcêntricas;
- iv. um dispositivo amoroso que serve, entre outras coisas, para camuflar com sonhos os componentes anteriormente citados.

Esse cenário mostra que Neide assassinou uma criança em um mundo que não é um Jardim de Infância, onde até o exercício de amar se faz sob coerção.

A insatisfação dela com a situação de se fazer amante à sua revelia, somada aos abusos sofridos no decorrer da relação, tem uma dimensão que precisa ser retomada na esfera política, principalmente no que diz respeito às idealizações contidas no amor, no casamento e na família, que obscurecem juntos o mandato patriarcal e seus interesses.

A Neide mostrada em distintos jornais e na escrita de Marcelo no CAB proferiu a fala: “eu ia matar a família toda, infelizmente não tive tempo” deu um caráter mais nítido a sua angústia. O repórter Saulo Gomes a repetiu no LDJ, dizendo que a obteve em entrevista com Neide na delegacia. Independentemente dos fatos obtidos na confissão, que sabemos feita sob tortura, a repetição dessa fala emblemática do crime por ambos os veículos, LDJ e CAB, deixa à mostra a marca subliminar que a agenda moral que os pautou quis imprimir ao crime: de atentado a família, embora nas duas produções se tenha feito todo um discurso de apelo à infância e à evidente fragilidade da criança.

As fratrias de ontem e de hoje captaram os sentidos do assassinato promovido por Neide, ainda que tenham destinado as suas páginas à comoção por Tânia Maria. Neide matou a menina Tânia para retomar-se como pessoa, para recobrar-se e livrar-se de Antônio maculando sua inteireza, desestabilizando-o no lar e na sociedade, tornando-o um incapaz.

A contundência da última fala citada, adicionada aos demais depoimentos dela no livro dão conta da falta de lugar que ela experimentou num mundo onde ser amante era uma transgressão grave e ter um amante como Antônio, uma temeridade. É como se todas as liberdades que ela usufruía mesmo na condição de trabalhadora, mesmo naqueles vigiados anos sessenta, fossem trocadas por uma rotina pavorosa de ameaças, de desgaste emocional e sem compensações emocionais. Sobre isso ela declara em seu diário a respeito dos encontros que ainda tinham após o aborto, onde ele ameaçava contar à família dela o caso amoroso que mantinha : “ Abri a porta do carro e ia descer quando ele me puxou e disse que eu ficasse quieta porque teria que suportar a presença dele por muito tempo (...)Continuamos a nos encontrar. Ele ao meu lado não passava de um estranho.” (BARROS, 2007,p.171).

Na investida de desconstruir a Fera da Penha, busquei acessar Neide pelos trechos que ela escreveu e que foram transcritos no CAB. Foram poucos os selecionados pelo repórter, mas suficientes para ter uma interpretação distante do longo projeto de estigmatização que ela vem sofrendo. Ainda que tivesse tentado obter no Rio de Janeiro o prontuário com os autos do processo e o diário de Neide, não fui bem sucedida em localizar ambos.

Nos trechos de seu diário reproduzidos no CAB, fica claro que Neide se encantou por Antônio, apaixonou-se por ele e decepcionou-se ao vê-lo mentir sobre seu casamento. Uma vez grávida, chegou a optar por ter o filho e não ver mais Antônio. Este, após o aborto, forçou-a a novos encontros, que segundo ela só aconteceram porque temia que ele a denunciasse aos pais. Em Neide, o dispositivo amoroso foi sistematicamente arrefecido, a ponto de ela não querer mais ver o amante , e de encontrá-lo só por ameaça. Busco nesse raciocínio, confirmar um pensamento anterior, de que Neide buscou se reconstituir como sujeito por meio do crime, buscou “*ún algo más, una agencia libre, un deseo otro que no es el de la submisión*” (SEGATO,2003,p.145), configurando-se acima da expurgação e da alocação subalterna que o sistema de *status* e hierarquia masculinos impuseram a ela e impõem às demais mulheres.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS EVIDÊNCIAS E DO DISSENSO**

O presente capítulo busca analisar as representações sociais dadas ao crime de Neide, no intuito de debater o papel político das mesmas na construção da Fera da Penha. Toda a análise parte da premissa de que a construção da Fera da Penha só tem sentido a partir de algumas percepções bastante corriqueiras: de que o assassinato se deu por um desejo vingativo, de que houve uma frustração de Neide diante do amor mal sucedido, de que a passionalidade a regeu no caminho para o homicídio.

#### **4.1 Sobre o crime passional**

O Vocabulário Jurídico de Plácido e Silva (1999) define que “crime passional é o que se faz, por uma exaltação ou irreflexão, conseqüente de um desmedido amor à mulher ou de contrariedade a desejos insopitados”. Desta forma, tal como foi abordado por Luiza Eluf no capítulo II, a definição aqui também diz respeito a um crime perpetrado por homens majoritariamente.

No Código Penal que vigeu entre 1880 e 1840, a idéia do crime passional como ato perpetrado sob o impulso de súbita emoção já se fazia presente, tendo em vista a sua inspiração ser fortemente influenciada pelo surgimento da psicologia como disciplina científica. (CORREA, 1981). Os agentes desses crimes, homens em sua maioria, em geral, eram absolvidos.

Nas defesas destes criminosos coube, pois, um papel fundamental às correntes da medicina mental que conferiam aos estados emocionais e passionais o *status* de uma verdadeira obsessão, equiparando-os a uma espécie de loucura, que poderia atingir momentaneamente indivíduos sãos. (ENGEL, p.167).

Debates calorosos se deram na vigência do referido código. A idéia de Enrico Ferri de que crimes passionais eram imbuídos de sentimentos úteis à sociedade não foi bem recebida por todos os profissionais do Direito de então. Para Ferri, “o amor, a honra, o ideal político e religioso, eram paixões úteis a vida coletiva” (CORREA, p.16), o que fundamentou fora do Brasil a defesa de crimes políticos. Aqui, a importância de Ferri, “será sempre

atribuída apenas ao aspecto de sua obra que permitia defender os assassinos de mulheres” (idem, *ibidem*).

Na vigência do Código Penal de 1940, aparece a figura da legítima defesa da honra, em que o assassino passional é tido como um homem que sofreu percalços que o levaram a delinquir em razão da indisciplina de uma esposa ou amante (a honra do homem nesta concepção estava contida no corpo imaculado das mulheres) o que não resultava em absolvição, mas em redução significativa da pena. As modificações gradativas deste Código Penal, que ainda vige, tiveram na legítima defesa da honra um dos mais fortes alvos dos feminismos desde o século passado, tendo em vista o pressuposto machista que o envida e que serviu para atenuar e até absolver assassinos de inúmeras mulheres no país.

A exposição dos códigos anteriores teve por fim dar peso histórico ao termo insopitável usado no dicionário de Direito. Sopitar significa, entre outros sinônimos, adormecer, debilitar e efeminar. Como já foi relatado, há operadores do Direito que afirmam que crimes passionais por si só não existem, uma vez que costumam estar conjugados a interesses outros, econômicos em geral. Tomando a definição do Dicionário Jurídico e do Dicionário Aurélio como referências, desenvolvo o raciocínio de que, se os desejos insopitados são aqueles que não se dobram, que não adormecem, que não se tornam femininos, eles são, partindo de um esquema binário, os desejos viris. Rígidos, sem complacência, eles não se debilitam, seja sob a alegação de mal estar mental, seja por defesa da honra. Se a relação entre homens e mulheres se dá pela apropriação dos corpos delas por eles, já que “as mulheres não podem decidir por elas, pois não se pertencem”, como disse criticamente Colette Guillaumin (1978), temos uma prática derivada dessa premissa: os homens matam porque não aceitam perder o que tomaram para si (os bens e/ou as mulheres). Ao afirmar que Neide matou para recobrar-se como pessoa, entendo que o seu ato, por hediondo que seja, tinha o efeito de resgatar o que efetivamente era seu, isto é, sua autonomia e agência; situação distinta da apresentada pelos homicidas passionais.

Ao fazer a leitura de trechos de seu diário e ao examinar o crédito que o autor do CAB deu a eles, vejo que o crime, embora não tenha sido passional, foi movido por desejo insopitado, o que contrasta com a idéia de que as mulheres têm certa frouxidão diante de seus intentos. Recuso a interpretação desse anseio como produto de uma paixão amorosa frustrada, mas vejo-o como um calculado compromisso de auto resgate, não de essência, mas de uma Neide firme, não necessariamente boa, justa, altruísta, mas determinada em sua trajetória carregada de incoerências.

Ela mostrou envergadura em seu projeto de extinguir a família na figura de um dos seus membros, ao comprar a arma meticulosamente, ao vislumbrar a possibilidade de realizar o crime no matadouro, ao escolher a criança como vítima, num mundo em que o direito à infância forja consensos de proteção (e uma imensidão de práticas nem sempre benévolas), pois era do núcleo familiar que Antônio extraía *status* e poder para existir a despeito do sofrimento que a ela infligiu. Acredito que alguns outros crimes perpetrados por mulheres apresentem a mesma característica. A passionalidade é a percepção mais fácil de se ter de um crime que partiu de um dos parceiros de uma história amorosa ou presumidamente amorosa, mas que gostaria de ver questionada neste crime, em particular, e em outros perpetrados por mulheres. Em se tratando de uma homicida, acredito que alguns elementos em sua trajetória de delito mereçam ser conhecidos. Se as mulheres não se apropriam, não estabelecem o vínculo de propriedade como fundamento de suas existências, de onde e de quais sentimentos emergiriam seus desejos de matar?

Rosemary de Almeida (2001) afirma que:

A mulher não foi construída para práticas viris, como matar alguém, mas para comportamentos de mansidão, próprios da mulher pura, mãe dona de casa, o espaço doméstico dos bons valores e costumes. Quando ela comete um assassinato é da ordem do não explicável, do invisível, do indizível. (p. 83).

E é exatamente essa ordem do não explicável que suscita questões a respeito dos homicídios contra parceiros e ex-parceiros. Em um outro momento, a autora declara que “A violência pode não levar a mudanças estruturais, mas produz sinais de que a mulher está questionando essas estruturas, pela violência” (idem, p. 90), o que converge com os três filmes citados anteriormente, onde mulheres buscavam justiça, diante da desconfiança, da distância e da ausência do Estado para intervir a favor delas. Situação que em alguma medida se assemelha à de Neide. É muito difícil pensar que ela após o aborto teria acolhida em uma delegacia para denunciar o ex-amante que o efetuou. O Estado e suas repartições são e zelam pelo androcentrismo, traçam ações e políticas baseadas nos interesses dos homens, dessa forma é impossível imaginar que ameaças e denúncias aos membros da fratria resultem em receptividade e provimento de justiça. As respostas das mulheres a essa ordem autoritária não é a acolhida e não raro para as que se insurgem são construídos o banimento e a abjeção.

A retirada brutal da vida de Tânia Maria por Neide, que dista dos procedimentos adotados pelas protagonistas dos filmes mencionados, que mataram os homens perpetradores do crime, pode ser vista a partir dos significados que uma criança tem para uma família e para

o casamento, de consolidá-los. Em entrevista concedida ao Jornal Zero Hora em março de 2008, a historiadora Mary Del Priore comenta que nos dias atuais essa idéia vem sendo modificada: “Os casais preferem investir neles mesmos, os filhos não são mais o objetivo do casamento”. Ela complementa a idéia com um questionamento: “Família sempre foi a mantenedora de sangue, valores, tradições e um nome. Qual a função de uma família de dois? Celebrar o momento ou a fugacidade da vida? Ainda não sabemos”. Se hoje em dia a existência de um casal sem filhos é pauta para os casais, no momento em que Neide viveu não era assim, muito menos em um contexto suburbano. É preciso frisar também que os valores e tradições a serem mantidos pelas famílias mononucleares, heterossexuais e monogâmicas, ainda que reverenciados, estavam e estão ligados a ordem patriarcal. Se o alvo de Neide ao atingir Tânia Maria foi a família, é passível entender, ainda que lastimando, que a sua restauração passava tanto por revelar os falsos pilares que sustentavam a moral de Antônio, quanto também por quebrar a estrutura que lhe dava suporte para aventuras das quais saía incólume.

#### ***4.2 Sobre o amor que aqui se fala***

Como os crimes passionais estão diretamente associados a situações de amor, entendo que deva ser discutido o papel desse sentimento nas relações contemporâneas. Ainda que discorde de uma passionalidade amorosa no caso aqui em análise, acredito que Neide nutriu-se, em determinado momento, de um amor por Antônio, o que faz com que nos indaguemos sobre o papel desse sentimento em nossos tempos e também sobre suas possibilidades.

A união conjugal considerada socialmente aprovável na década de sessenta era assim formatada: heterossexual, formadora de prole, monogâmica e sustentada por um elo considerado amoroso.

A condição de amante não era uma posição socialmente tolerada e como já foi dito antes, era fortemente condenada, marginal. Estar num romance como amante desqualificava a mulher.

O ideal de amor que movia as moças era massivamente o romântico, particularmente em meios urbanos onde farta literatura o propagandeava e onde o cinema, particularmente o estadunidense, trazia em suas telas as benesses da escolha amorosa.

Era esse o amor de uma nova ordem afetiva construída lentamente no decorrer de cinco séculos nos países europeus, que era assimilado, ainda que com resistências, em nossas fronteiras.

#### 4.2.1 O amor vivido por Neide

Neide, em suas palavras, enxergou em Antônio a acolhida emocional que não vira em sua própria infância. Como uma heroína romântica, ela foi audaciosa, rompendo com os valores de seu núcleo familiar, já que tinha com ele intimidades inimagináveis para uma moça de família.

Antonio fez com que ela sonhasse: “Em meus sonhos construí um castelo de ilusões em frágeis montanhas de areia, e o mesmo caiu por terra com o mais leve vento que soprava...” (BARROS, p.166). É importante destacar que a narrativa de Neide sobre si própria oscila entre, por um lado, um ímpeto amoroso acima do admissível (mesmo para o projeto individualista de amor inaugurado naquela segunda metade do século) para a sua realidade de moça suburbana e, pelo outro, entre um enorme zelo com a família, especialmente, quando surge a gravidez e o aborto.

O amor romântico inaugura um período onde os casamentos são feitos quase que à revelia da família, onde “declarar independência emocional dos pais é um meio de ao mesmo tempo começar a modificar a narrativa do eu e fazer uma defesa dos próprios direitos” (GIDDENS, p. 122) e Neide viveu um sentimento assim, ainda que sem contrair matrimônio.

No mencionado período, às jovens brasileiras já era concedido o direito de escolher seus parceiros e futuros cônjuges sob determinadas condições, obviamente “o rapaz honesto e trabalhador, capaz de manter a família com conforto” (DEL PRIORE, p. 290) era o partido mais aprovado. Ao escolher seu par amoroso com pouquíssimas referências sobre o mesmo e, com um grau de entrega não acatável pela moral vigente, Neide passou para o estatuto das mulheres passíveis de um futuro trágico.

O clima de terror para quem fugisse às condutas consideradas corretas era persistente e para fortalecer a norma na mente das moças “milhares de histórias tristes, nas revistas e nos filmes, inspiradas na ‘vida real’, encarregavam-se de bombardear as pretensões de quem quisesse fugir à norma” (DEL PRIORE, p. 291).

Neide, assim, vivia um amor corajoso e desafiador por um homem que ela creditava dar o afeto que em idade tenra parte de sua família tinha lhe negado, conforme trecho do seu diário citado no Capítulo I.

A sua relação com o amor não difere da inspiração romântica vivida por inúmeras moças de sua época, talvez tenha sido mais ousada que o recomendável, já que a paixão era adereço malquisto, pois o “amor verdadeiro e digno era feito de juízo”. (DEL PRIORE, p. 291). Neide, no entanto, deixou-se envolver, encontrou características no homem amado que ele provou não possuir, construiu para ele qualidades que considerava relevantes, mas essas são características do amor do qual falamos.

Anteriormente, afirmei que ela foi formada por discursos muito distintos. O discurso do amor foi um dentre tantos. Como leitora assídua da coluna “A vida como ela é ...” de Nelson Rodrigues, no *Jornal Última Hora*, ela era interpelada por assuntos como família, casamento, honradez feminina e outros temas caros ao autor. Nelson Rodrigues recorrentemente abordava “um tema que palpitava naquela época; a modernização e as mudanças de comportamento decorrentes da vida urbana”, segundo os estudos de Beatriz Zechlinski (2007, p. 409) sobre sua obra. Ambos os fatores provocavam desconfianças sobre a fidelidade das mulheres casadas, consideradas as portadoras da honra da família. As histórias não circulavam em torno de uma traição concreta, mas de sua possibilidade, “suscitando a leitura da coluna diária.” (idem, ibidem). Em suas análises sobre os textos de Rodrigues, essa autora afirma que neles “havia uma visão conservadora das relações de gênero” (p. 425), que se manifestava em um período tenso, onde as condutas privadas e públicas do velho e do moderno Brasil (ou de suas mais importantes cidades) se confrontavam num período imediatamente anterior à revolução sexual, ocorrida entre as décadas de 60 e 70.

Merece destaque a menção de que, ao mesmo tempo em que o cronista é atacado em seu conservadorismo, há quem o reconheça também como alguém que realçava e dava voz às insatisfações femininas tão silenciadas pelo discurso hegemônico (BOFF, 1991).

Ainda que Neide não tenha sido a esposa infiel, ela quebrava com algumas normas consideradas importantes para os chamados “valores da família”, mesmo que sem os desejos avassaladores com os quais Nelson Rodrigues costumava dotar suas personagens. Por ser, ao mesmo tempo romântica e ao mesmo tempo vanguarda, ela se deixou seduzir. Esse quadro sentimental deixa proposta a idéia de que o seu desejo pela parceria amorosa com Antônio foi tão grande que ampliou a ação usurpadora dele. Muitos poderiam dizer que o amor faz dessas

coisas mesmo, que as mulheres sempre se perdem no amor, cometem desvios, que isso acontece aqui ou em qualquer lugar do mundo. Complementariam seus comentários, dizendo que homens também são afetados pelo mesmo sentimento ainda que com intensidade menos duradoura. Acrescento que as mulheres vivem sob a égide do dispositivo amoroso, o que modifica o quadro. O dispositivo não é episódico, atravessa a vida em inúmeras cenas do cotidiano, fator não constitutivo da formação do gênero masculino. Afirmando também que a atuação do amor varia de cultura para cultura.

#### 4.2.2 O amor pensado por diferentes autores

Acredito como Jurandir Costa (1998) que “a crença na universalidade do sentimento romântico é do tipo das crenças opcionais, não das crenças necessárias.” (p.15) e que “afirmar que o amor é universal e natural é apenas uma forma de maximizar seu teor de idealização” (p.16). A idealização nada tem de reprovável, mas é fato que a parcela dos seres humanos que ama, só o faz porque inventou o amor. O compositor brasileiro Cazuza dizia que “o nosso amor a gente inventa pra se distrair e quando acaba a gente pensa que ele nunca existiu”. Sem entender que os milhões ou bilhões de inventores do amor pensam de forma tão calculista o sentimento tal como o compositor sugeriu, prefiro acreditar que, em geral, eles partilham de uma crença comum e que a seguem laboriosamente (ou até militantemente) em busca da obtenção de satisfação e sentido para a vida. Entendo como plausível viver amores mesmo sabendo que eles são inventos, afinal viver é inventar, mas não sei até que ponto podemos dar conta desse engenho num mundo individualista, onde os projetos pessoais intimidam a esperada entrega mútua. A inspiração em Costa dá lugar agora à autora Josefina Lobato (1997). Juntar o amor e o casamento baseados no desejo e na escolha é um dispositivo recente na humanidade, sendo uma particularidade do mundo ocidental. Tal evento fez com “que a brecha entre amor e casamento, mantida pelo amor cortês dos trovadores e pelo amor-paixão de Tristão e Isolda<sup>22</sup>” (LOBATO, p.141) pudesse ser ultrapassada.

Mesmo que isso tenha representado um avanço, a escolha de parceiros não parece ter sido a chave para relações pouco tempestuosas. O casamento realizado por amor e alardeado como “instrumento de liberação dos constrangimentos impostos por sistemas matrimoniais

---

<sup>22</sup> Segundo a autora, no romance bretão (séc. XII), a paixão de Tristão por Isolda é proibida. A moça era prometida ao tio dele, que por sua vez considerava o sobrinho como um filho. Ao beberem por engano o filtro mágico, o casal se apaixona e do ato pecaminoso de seu adultério muitas desgraças se colocam até a morte de ambos. Diferentemente do amor cortês, onde os jovens rapazes apaixonados arriscavam sua vida pela dama, aqui ambos morrem juntos em nome do amor.

mais hierárquicos e rígidos, é apreendido como um dos indutores da subjugação feminina”. (LOBATO, p.18). Colette Guillaumin (1978) não ratifica que o sonho do casamento, para ela apropriação privada do corpo das mulheres, reverta-se em liberdade. Ao desnudar as relações entre homens e mulheres em sua desigualdade, ela aponta duas relações que justificam a opressão entre classes de sexo: a primeira, de ordem material, que diz respeito ao poder que os homens exercem sobre as mulheres. A segunda, de cunho ideológico, afirma que a natureza é a legitimadora dessa relação desigual. Denominando a relação entre homens e mulheres de sexagem, oriunda de termos como escravidão ou servidão, ela menciona que a apropriação por sexagem se dá de distintas formas, como exemplos: pela apropriação do tempo das mulheres, dos produtos de seus corpos (prole) e pela obrigação sexual. No tocante ao afeto na relação, ela é enfática ao dar a ele um caráter cosmético para tornar mais viável uma relação que é violenta:

E todos os meios são bons quando se trata de nos ajudar a cultivar essa fantasia e de nos fazer engolir sem reagir essa relação, para fazê-la que passe com doçura e tentar nos impedir de ver claro. Até mesmo as histórias. Desde a paixão até a ternura, desde o silêncio prudente até a mentira característica, de todas as formas, flores, decorações, sempre disponíveis para coroar a frente do gado nos dias de festa ou de férias.<sup>23</sup> (GUILLAUMIN, 1978, p.28).

Depois de todas as críticas ao regime de opressão, trazido pela instituição “casamento por amor”, feitas na década de 70, 80 e 90 por feministas como Betty Friedan e Colette Guillaumin, somente hoje assistimos a um movimento diferente no tocante a aspiração pelo casamento. Não em função das críticas de insatisfação com a vida matrimonial, tecidas por Friedan, muito menos em função do papel do casamento como uma apropriação, analisado por Guillaumin. Quanto mais se fala de amor, mais ele se associa a medo da conjugalidade, à “falta de oxigênio da vida a dois”, ao descrédito no amor vitalício, a um evento tido como aposta arriscada, entre outros perigos constitutivos de um mundo acirradamente competitivo onde o sentimento entra na cena esvaecido pela necessidade das pessoas de competirem, de se projetarem socialmente, de viverem hedonisticamente.

A história de amor de Neide começou quando o amor romântico inaugurava sua trajetória nos casamentos brasileiros. Nada nos garante que o êxito amoroso entre Antonio e ela pudesse produzir satisfação duradoura. Jurandir Costa, ao tentar sintetizar as formulações de Bauman, afirma que o ideal do amor é a fixação, “sem rotina, dívida ou obrigação, ele não se fixa, não se realiza. Daí a antinomia da paixão amorosa: se não se fixa, não se realiza; se se

---

<sup>23</sup> Tradução livre de Lucie Delannoy. Departamento de Letras, UnB.

fixa, termina por morrer”. O que faz com que pensemos que de alguma maneira esse amor vive com dias contados.

Aqui trato de um amor que não se fixou. Não foi longo, não culminou em matrimônio, não gerou prole, ainda que pareça ter gerado sentimento materno quando da gravidez. Amor que resultou em uma relação violenta cujo desfecho trágico foi representado socialmente como um crime tido como passional e vingativo. Amores mal sucedidos, por si só, geram páginas e páginas de romance e de jornais. Os mal sucedidos e imiscuídos de atos bárbaros outras tantas. Um quadro desses propicia condições bem favoráveis para construção da comoção popular, ainda mais quando as motivações que a constituem são normatizadoras. Pouco interessou aos setores dominantes da imprensa e do Direito se as motivações que levaram Neide ao crime eram de fato relacionadas à frustração no amor. Com ou sem essa motivação real, essa impressão seria veiculada. O que interessava era a inculcação moral a ser imposta e construir uma história de passionalidade recheada de detalhes escabrosos e também de abjeções para impactar emocionalmente os telespectadores e leitores, mantendo-os cativos do (pretense) bem-estar próprio da ordem moral conjugal.

### **4.3 A vingança**

A vingança é um ato fortemente combatido pela moral cristã. Na bíblia está relatado que ao apresentarem a Jesus uma mulher adúltera para apedrejamento, Ele assim se pronunciou “Quem de vocês não tiver pecado, atire a primeira pedra” (Jô 8,7). Na interpretação feita por alguns segmentos cristãos, Jesus, ao salvar a vida daquela mulher, deu exemplo de humanidade para o povo que testemunhou essa passagem. Baseado nesse versículo, o cristianismo exerce forte influência na contenção do sentimento de vingança por parte de seus fiéis. O Poder Judiciário, por sua vez, articula-se de forma a impedir o sentimento de vingança dos cidadãos aviltados, centrando a resposta vingativa como uma prerrogativa de seu aparato. Para Girard (1990, p.28) “é o sistema judiciário que afasta a ameaça da vingança. Ele não a suprime, mas limita-a efetivamente a uma represália única, cujo exercício é confiado a uma autoridade soberana e especializada em seu domínio.” Dessa forma, “as decisões da autoridade judiciária afirmam-se sempre como a última palavra da vingança.” (idem, ibidem). O espírito da justiça seria aquele usado para evitar o que em língua inglesa se coloca nos seguintes termos “fazer justiça com as próprias mãos”, ainda que em

diferentes grupos humanos isso ainda se faça. Como o crime de Neide foi representado socialmente como sendo passional e vingativo, cabem aqui algumas considerações.

Os crimes passionais têm recebido mais estudos quando perpetrados por homens que quando por mulheres. Luíza Eluf traça uma caracterização dos homens que os cometem e que assim pode ser sintetizada: são egoístas, possessivos, ciumentos e passam por sentimentos de rejeição. Em seu livro, *A Paixão no Banco dos Réus*, ela analisa majoritariamente o percurso passional de homens, onde crimes de grande repercussão da atualidade e do passado são repassados ao leitor sob um viés antipatriarcal. Já foi citada, anteriormente, a sua descrença no tocante a passionalidade se constituir em uma motivação única para homicídios entre casais. Ela ressalta o papel de bens materiais na cena dos assassinatos, mormente quando praticados por maridos ou ex-maridos, sem, no entanto, colocar o crime como uma resposta violenta dos homens à contestação das mulheres à usurpação e à apropriação territorializada de seus corpos.

Interpretando todo o conjunto de textos lidos e imagens vistas sobre o assassinato perpetrado por Neide, percebi uma articulação de fatos que suscitam outras apreensões do crime, que não se afinam com a idéia de vingança e passionalidade. Ao ver repetidas as afirmações que teria matado a família se pudesse e não só a menina, ela atingiu frontalmente o Estado. Diante da constatação de que “a família (...) constitui meio para o Estado alcançar finalidade maior: a ordem pública” (CERNICCHIARO, 1969, p.5), a ameaça proferida por Neide contra a família de Antônio foi vista como muito mais grave que o crime em si.

Classificar o crime como passional, vingativo, retira o seu caráter público e ao mesmo tempo reduz o potencial efeito político do acontecido. O crime produziu uma equiparação momentânea de *status* entre Neide e Antônio. Ela mostrou-se capaz de decidir algo sobre a vida dele, sem a ajuda de ninguém, à revelia do Estado, figura que muito dificilmente a auxiliaria caso tivesse feito a denúncia sobre o aborto por ele cometido. Se filhos consolidam a família, Tânia Maria foi o alvo selecionado para a desestabilização da força de Antônio perante a instituição. De alguma forma, o domínio, a pose de Antônio, a sua habilidade em ir e vir do lar para a alcova, o seu perfil de homem sedutor, galã e bastante seguro de si foi arranhado quando tornou sua família vulnerável a ataques. Além disso, ele ficou em dívida com o simbolismo da ordem falocêntrica, pois foi incapaz de zelar pela segurança da filha, de um corpo que era um território seu. (SEGATO, 2005) O papel de macho provedor e protetor deteriorou-se até se desmontar publicamente, ainda que isso não tenha sido explorado pelas produções das Organizações Globo nem pelas publicações da

década de sessenta. O ato de Neide suplantou a vingança, politicamente foi mais elaborado, ainda que isso dificilmente possa ser admitido pelos profissionais do Direito e pelo senso comum em geral.

Recorri algumas vezes ao estudo de Girard (1998) sobre a vingança e a vítima substituta, buscando entender melhor o crime perpetrado por Neide. O autor destaca que para vingar um determinado crime, grupos pertencentes a sociedades primitivas sem Estado e sem Poder Judiciário, elegiam para morrer não o perpetrador deste, mas uma vítima substituta, a fim de virem interrompidas as ondas de violência entre os seus diferentes membros. Não entendo que Tânia Maria possa ser vista como uma vítima substituta, até porque não entendo o crime como vingativo. O ataque a Tânia Maria representou a forma encontrada para dissolver a família de Antônio, expondo-o socialmente.

O fato de o crime ter merecido tanto destaque, tantas versões, tantos comentários, tantas teses jurídicas a serem defendidas sobre a melhor sentença (houve juízes que chegaram a defender a pena de morte para casos da mesma natureza), conota que ele teve no passado e tem em nossos dias dimensões bem mais amplas do que o homicídio de uma criança.

As tais dimensões, ao meu entender, foram construídas sob o medo de que a modernização pela qual o país passava representasse um avanço e um ascenso das mulheres a funções que questionassem senão a ordem patriarcal de então, pelo menos os lugares de pouco prestígio e autoridade que ocupavam na cena brasileira. Era preciso haver uma mulher de conduta reprovável e um crime para que a punição exemplar se fizesse, a fim de que as mulheres mais ousadas, mais reivindicadoras e mais críticas se calassem frente as suas insatisfações. Havia todo um solo para que o crime surgisse como acontecimento. O aparecimento de Neide foi a oportunidade imperdível para que o terror médico, jurídico e jornalístico se espalhasse em nome da conservação dos costumes. Mantê-la como mulher vingativa, passional, como uma fera indócil foi o recurso mais coerente usado pelos setores dominantes (com amparo da imprensa, dos profissionais do Direito e da medicina) para que a população consumidora de notícias não enxergasse a política contenedora das mulheres que estava em andamento. A conveniência de ontem, não deixa de ser a de hoje, pois as mulheres brasileiras ainda vivem sob a opressão dos homens com decisivo apoio do Estado e da mídia para isso. Daí a necessidade de reeditar a Fera da Penha, de atualizar um estigma.

Silenciar Neide e transformá-la exemplarmente em um ser abjeto para milhões de telespectadores e leitores (ainda que o livro tenha sido mais receptivo à fala dela) foi o

instrumento intimidador encontrado para barrar tanto uma identificação possível com seu sentimento e busca de justiça, quanto para permitir uma percepção humanizada de sua vida, de seus propósitos e indignações justificadas.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA DESFECHO

Faço as considerações que finalizam esse trabalho, movida pelo impacto e apreensão diante do depoimento de uma mãe social de um abrigo de crianças e adolescentes de Brasília. Essa mãe substituta, tendo sido abusada sexualmente quando adolescente, disse recomendar, em nossos dias, às meninas abrigadas, que ferissem a genitália de seus possíveis agressores tal como ela fez. O argumento para tal procedimento é o de que não existe justiça para abuso e que tampouco aparece, depois de consumada a violência, quem defenda as meninas. Ficamos silenciosas eu e as demais mulheres que juntas ouvimos seu relato.

Não acredito que a mãe citada nasceu biologicamente violenta. O determinismo biológico como argamassa para formar um criminoso parece uma acepção em descrédito até nas disciplinas do Direito que tanto reverenciaram Cesare Lombroso, cientista do século XIX, embora se mostre vivo, paradoxalmente, nos discursos jornalísticos (BUDÓ, 2006). A mãe social a que me referi, como muitas outras mulheres, sabe da sua fragilidade perante o Estado, seus familiares, seus vizinhos, o que a difere é que reagiu sozinha sem contar com ele. Intuo que quando o cinema de distintas localidades passa a registrar enredos que falam desse mecanismo, de uma política de auto resgate e de autodefesa é porque ele está difundido com uma incidência merecedora de atenção em todo o planeta.

A justiça dos homens e a justiça de Deus parecem ser equivocadas, enviesadas, cúmplices dos agressores ou lentas demais, enquanto freqüentes são o abuso, a privação, a usurpação feitas pelos corpos machos que seguem mutilando corações, mentes, úteros, seios.

Antes de ter acesso ao CAB, interessei-me pelo sensacionalismo do LDJ na sua abordagem pouco questionadora do lugar de Antonio como amante casado, mostrada por seus efeitos especiais, pelo uso exclusivo de especialistas homens na construção do episódio. A teledramaturgia servia naquele episódio para isentar Antônio e para culpabilizar Neide, para torná-la um exemplo de destruidora de lares.

A leitura do CAB me fez perceber melhor o silenciamento de Neide no programa televisivo. Serviu para que eu pudesse detectar os nítidos contrastes existentes entre as produções a ponto de eu querer dissertar sobre elas.

Na tarefa dissertativa, não busquei a versão verdadeira do crime em suas nuances, tarefa que, como disse, é inviável para a História que empreendo. Inquietei-me, no entanto,

com a clara censura às revelações de Neide quanto ao romance que viveu e que a levaram ao crime, por isso investi em leituras que me fizessem entender o jornalismo, suas pautas, sua relação com o sistema penal e com as demandas conjunturais hoje colocadas em diferentes instituições, como o parlamento, por exemplo. Antes do trabalho se iniciar, estava atenta aos ouvidos moucos da imprensa tão denunciados pelos setores oprimidos da sociedade. Agora em sua conclusão, estou mais preocupada com as vozes por ela cerceadas. Parece que a pauta midiática não só não se presta a ouvir quem comete crimes, mas impede que essas pessoas se pronunciem, apontando para elas a cadeia como local no qual devem ingressar para que a ordem social em toda a sua tirania se restabeleça sem que seja questionada em seu despotismo. O fato de Neide ter sido procurada pela produção do LDJ para falar do seu crime e ter se recusado a isso, não desfaz a opinião de que a adoção do silenciamento seria mantida. A fala dela apareceria cortada e editada. E em contraste com o programa LDJ apareceria com uma desfaçatez, bastante conveniente com toda a narrativa sensacionalista por ele desenvolvida.

Uma outra questão merecedora de debate é o papel da investigação em programas televisivos como o LDJ. Se o jornalista Marcelo Faria de Barros investigou sobre a Fera da Penha tanto para o programa televisivo quanto para o CAB, era de se esperar que ambos tivessem o mesmo conteúdo divulgado. O jornalista, inclusive, tinha a certeza que isso aconteceu segundo afirmações no *chat*. Como a abordagem do LDJ foi omissa quanto aos aspectos da vida de Neide antes do crime, particularmente, no episódio relativo ao aborto, vemos que o poder do jornalista investigativo é pequeno. Ele pode até ter tido acesso a informações importantes, mas elas só serão veiculadas massivamente se forem do interesse dos segmentos que traçam a agenda moral da emissora nesse e em outros programas. Os pormenores da vida de Neide, fatos que a humanizavam, que a tornavam um ser mais compreensível em suas idiossincrasias não serviam para ser noticiados a um público de massas, mas serviram a um livro com reduzido número de leitores, se comparado ao de telespectadores. O que aponta que em temas relativos à moral, aos costumes, à propaganda da norma e das sanções a seu descumprimento, existe um rígido controle de informação repassado à massa.

Programas como o LDJ causam indignação não só pelos conteúdos opressivos de gênero que o constituem. Ele é em si é uma propaganda do cárcere. Se os governos se gabam de hidrelétricas, de hospitais, de escolas e seus papéis sociais, existem o LDJ e o LD para mostrarem o destino sinistro de quem transgride. Como se fosse possível, depois de serem

confinadas em cadeias fétidas, mal geridas, cruéis em seu cotidiano, violentas em suas relações interpessoais, as pessoas retomarem suas vidas em sociedade.

Cárcere atua somente no banimento de infratores da cena pública. O conjunto de motivações que os constrói permanece intacto aqui fora e paradoxalmente, dentro das unidades prisionais. Cárceres são apatia e reprimenda, nada têm a ver com a edificação das pessoas e a ressignificação humanizada de suas trajetórias. A prisão é reflexo de uma sociedade hierarquizada e reproduz hierarquias em seu interior, forjando mais seres para serem alvo de abjeção (se ainda não tiverem sido) sem quaisquer possibilidades de escuta e de novas interpretações de suas narrativas. A propaganda pelo cárcere é sobretudo uma propaganda de segregação, na qual as mulheres acabam sendo as banidas mais facilmente esquecidas para quem ficou de fora.

Não acredito que o Caso Fera da Penha tenha sido reeditado de forma leviana, gratuitamente. A reedição da forma em que foi realizada está inserida dentro de uma agenda moral perfeitamente sintonizada com um arco de acontecimentos que freiam o avanço das mulheres e as reduzem a corpos reprodutores, erotizados e disciplinados.

Pode-se pensar que essa afirmativa está carregada de exageros e que as mulheres fazem o que bem entendem com seus corpos em nossos dias. Há quem afirme que as antenas de TV estão aí para mostrar a milhões de telespectadores que não há repressão nem moralismo na projeção das imagens de seus corpos.

Porém, não deixa de ser alarmante que o entretenimento voltado para o público masculino adulto na televisão brasileira hoje seja comumente garantido pela presença das chamadas Mulheres Melancia, Jaca, Mamão e Morango entre outras tantas. Elas todas deixam de ser chamadas por seus nomes em função de atributos físicos que se assemelham a frutas. Trata-se de um reducionismo fetichista sem disfarces, valorizador do corpo e não da pessoa em sua integridade. A agenda moral para se consolidar cotidianamente necessita de modelos de Nossas Senhoras Aparecidas e do aparecimento de feras e frutas, para consolidar os lugares de aceitação, de abjeção e de rejeição (após o desfrute), respectivamente.

A lógica pode não parecer maniqueísta, binária, polarizada para quem assiste a esses modelos um após os outros, mas eles se subdividem, as santas sempre de um lado, as demais do outro. As santas para o casamento, as demais para a apropriação coletiva ou para o desterro caso se atrevam a fluir no espaço público com a desenvoltura que é esperada para os homens.

A negação da plasticidade dos corpos é um imperativo para que tudo fique no lugar conveniente a uma sociedade estruturada em uma abscissa fraternal e em uma ordenada comandada pelos homens em seu ápice. Numa engrenagem que pode construir infinitas Nilzas, Tânicas Marias e Neides em benefício de Antônio que as possuem como valores na contabilidade.

Nessa engrenagem, um contingente massivo de corpos vulvovaginados é tratado como um cabide de expectativas para dar conta da usurpação: exercer erotismo, cuidar do lar, aceitar a posição inferior que ocupam, cegar-se diante da usurpação, tolerar piadas degradantes, almejar casamento, casar e priorizar esse projeto em detrimento de outros, ceder aos planos do cônjuge abrindo mão dos próprios, manter discricção quando não interessa ao companheiro evidenciar-se como um troféu que ele alcançou, exhibir-se quando interessa a ele mostrar-se bem acompanhado, cuidar da prole, da família, dos doentes e moribundos. Aos corpos dotados de pênis, o cabide pesa com outras determinações: competir, garantir o espaço público como seus, dar mostra da apropriação dos corpos vulvovaginados com o uso da violência simbólica ou física, esquivar-se de vínculos afetuosos, usar do amor como tática de controle.

Os corpos sexuais são corpos destinados a papéis preestabelecidos que os empobrecem. Há um conjunto de biopolíticas buscando higienizá-los, reconfirmá-los na matriz binária dos gêneros (cirurgias, hormônios, depilações, pornografia), a fim de que homens e mulheres se tornem pares sem que se tornem cúmplices de quaisquer projetos emancipadores, posto que, nessa clausura de papéis em que se encapsulam, o eventual transbordamento é vigiado e punido.

Retomar a figura de Neide como uma vilã abjeta e desumanizada está em consonância com todo esse enformar de corpos para papéis ajustados às normas que garantem a longevidade patriarcal e a ordem social. Neide poderia ter sido apenas uma amante cordata, quieta, sendo usurpada durante anos a fio. O deslocamento radicalizado de sua apropriação por Antônio pelas vias de um crime promoveu o aparecimento de dois discursos: o da frustração amorosa facilmente inteligível pela sociedade e o da abjeção, conveniente para que outras interpretações não se fizessem do caso.

Todo o peso do patriarcado na figura de seus especialistas, de suas instituições, de suas apartações faz com que eu acesse no imaginário um mundo sem homens nem mulheres.

Implodir sexo e gênero vem sendo uma bandeira de inúmeros grupos que se sentem amarrados a um destino binário pelas tramas do patriarcado hodierno e suas renovadas tecnologias. O caso aqui analisado me reforça essa possibilidade como um alento à sobrevivência das distintas humanidades, que poderão ir processando suas mudanças de acordo com seus tempos de luta e negociação, embora saiba que tal avanço não se fará sem dor. A linguagem, por exemplo, é uma grande via de mudanças, uma vez que cria realidades opressivas: do uso de pronomes masculinos abarcando mulheres como seres figurativos aos xingamentos que, em geral, remetem os ofendidos a uma condição feminizada (tida como inferior). Quando percebemos toda nossa cognição construída no binário, no sentido de hierarquizar pólos e pessoas, e pior, de naturalizar inferioridades ou passá-las como despercebidas, vemos que a tarefa de implosão é grandiosa, acaba por ultrapassar as questões relativas a sexo e gênero e, mesmo assim ela continua atraente.

Isso porque, repensar o gênero como primeira cena hierárquica não se faz de forma conseqüente sem que se repense outras desigualdades como as de raça, de classe social entre outras tantas.

Construí toda a dissertação pensando que o amor talvez seja o estado emocional onde as pessoas não permitam que as diferenças forjem desigualdades, abusos ou violência.

Algo assim nunca vi, fui construída por uma cultura que rima amor com dor nas suas variadas expressões, onde amar permite invasões como o ciúme e a posse até entre os amantes mais questionadores.

Acredito que esse trabalho ainda traga outros frutos. Gostaria de pensar mais sobre o papel das mulheres nos campos do Direito e do Jornalismo, tendo em vista que não atuaram nas produções aqui em exame (e se atuaram podem ter sido ocultadas ou silenciadas) e aprofundar mais meu conhecimento sobre a atuação e formação acadêmica de promotores, homens, que trabalharam em crimes perpetrados por mulheres.

Ao fazer todas as considerações anteriores, não deixei de sentir certo desconforto. Aquele de quem sabe estar nadando contra a maré ou contra o espírito hegemônico do próprio tempo. Reclamo insistentemente contra a opressão porque gostaria de ver as pessoas se relacionando e se acolhendo sem darem formatos definidos a seus corpos, às suas sexualidades, a seus sentimentos. Porque gostaria de vê-las mais frágeis, aceitando a impermanência, sem pretender reter as outras sob nenhum aspecto. Num mundo assim, histórias como as de Neide não fariam nenhum sentido, assim como o patriarcado, as

hierarquias de gênero, a raça, classe social e outras que tantas que nos cercam e constroem. O papel das comunicações seria outro. A vida privada perderia o sentido como notícia.

À maneira de Anzaldúa penso que “o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo” (2000, p232), aspirando a um viver mais repleto de sentido para os diversos (ou humanos) em toda a plasticidade que puderem alcançar. E como ela ensinou, venho fazendo-o “a despeito do ultraje do censor e da audiência” (idem, ibidem), pois faço no meu processo de descolonização, de reconhecimento da minha subalternidade que me torna inquieta e por vezes desagradável. Situar-me como subalterna me leva a procurar o oxigênio contido nas margens para que eu prossiga buscando a mobilidade das representações sociais em casos vividos por tantas outras Neides, tão ininteligíveis quanto estigmatizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP. Coleção Antropologia da Política, 2001.

AMARAL, Márcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006. 141 p.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo**. Tradução Édna de Marco. In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cad. Pesquisa. no. 117 São Paulo Nov. 2002. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100)>. Acesso em 14 jan 2008.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARROS, Marcelo. **A Fera da Penha**. In: Moura, George (org), Crimes que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro: Ed.GLOBO, 2007.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres**. Revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: Del Priore, M. (org.), História das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Contexto, 1997, p. 607-639.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**.vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1980.

BENTO, Berenice. **Transexuais, corpos e próteses -Labrys, Estudos Feministas**. n. 4, ago/dez 2003. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em 07 ago. 2008.

BOFF, Maria Luiza Ramos. **Nelson Rodrigues: a mulher em três planos**. In: Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Programa de Pós-graduação em Letras/UFSC, 1991.

BUDÓ, Marília Denardin. **"Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal"**. UFSC-SC. Jul. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo, Ed. Moderna, 1981.

COHEN, Jeffrey J. **A cultura dos monstros: sete teses**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

COLLING, Leandro . **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 1, n. 17, p. 88-100, 2002.

- CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. SÃO PAULO, SP: BRASILIENSE, 1981. 85 p.
- COSTA, Jurandir. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ELUF, Luiza Nagib. **A Paixão no Banco dos Réus: Casos Passionais Célebres: de Pontes. Visgueiro a Pimenta Neves**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ENGEL, M. G. **Paixão, crime e relações de gênero** (Rio de Janeiro, 1890-1930). Topoi Revista de História do Ppgh Ufrj, Rio de Janeiro, n. 1, p. 153-177, 2000.
- EXTRA. **Fera da Barra**. Disponível em: <http://extra.globo.com/lazer/sessaoExtra/post.asp?t=a+fera+da+barra&cod+Post=80727&a=177>. Acessado em 31 de janeiro de 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- \_\_\_\_\_. *La vida de los hombres infames*. Ensayos sobre desviación y dominación. Madrid :Las Ediciones de La Piqueta 1990
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GAIARSA, José. **Amores perfeitos**. São Paulo: ÁGORA, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUILLAUMIN, Colette. *Pratique du pouvoir et idée de nature. Les discours de la nature*. In: *Questions féministes*. Paris, n. 3, mai, 1978.
- GOLDENBERG, M. **Infel: notas de uma antropóloga**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. Tomaz. T. da Silva e Guacira Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1998.
- HERMAN, E.S & CHOMSKY, N. **A manipulação do público**. São Paulo, Futura 470p. 2003
- HOHLFELDT, Antônio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, n7, nov. 1997.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Positivo, 2004.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo, Contexto, 2001.
- JOFFE, Hélène.. **“Eu não”, ‘o meu grupo não’: representações sociais transculturais da aids”**. In: JOVCHELOVITCH, Sandra, GUARESCHI, Pedrinho (orgs). Textos em representações sociais. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes,1994, pp. 297-322.

- KIPNIS, Laura. **Contra o amor**. Sl. Editora Record, 2006.
- LOBATO, Josefina Pimenta. **Amor, desejo, escolha**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do gênero". Trad. de Suzana Bornéo Funck. In: *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- LINS, Regina. **Conversas na varanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LIMA, Venício & CAVALCANTI, Alberto. **Mídia Poderosa, Comunicação nem tanto**. (mimeo)
- MAIA, Claudia de Jesus. **Conjugalidade compulsória e terror moral: A invenção da solteirona- Minas Gerais 1890- 1948**. In: Tese de Doutorado PPGHIS 2007.
- MENDONÇA, Kleber. **Crônicas Morais: Uma comparação entre o Linha Direta e os panfletos da Europa no séc. XIX**. 2001. Disponível em <reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4372/1/NP2MENDONCA.pdf>. Acessado em 31 jan. 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Punição pela Audiência: Um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
- MEIJER, Irene; PRINS, Baukj. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. .
- MUNIZ, Diva. **Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da "virgindade moral**. *Revista Eletrônica labrys, estudos feministas / études féministes* janeiro/julho 2005 - *janvier /juillet* 2005.
- MURAD, Angèle. **Os valores notícia na imprensa oligopolizada e multimídia: olhares a partir do newsmaking**. Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05 de setembro, 2002. Disponível em reposcom.portcom.intercom.org.br, acessado em 21 de julho de 2008.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O normal e o abjeto: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres**. *Labrys. Études féministes / Estudos feministas*, web, v. 6, n. agosto/dez, p. 1-11, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Entre a vida e a morte, o sexo**. *Labrys. Études féministes / Estudos feministas*, Brasília, Montréal, Paris, v. 10, n. julho/dez, 2006.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>>. Acesso em 14 jan 2008.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

PEDROSO, Rosa. **A Construção do Discurso de Sedução em um Jornal Sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **Telejornalismo: o conhecimento do cotidiano. Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis-SC, v.2, n.2, p. 83-107, 2005.

PNUD - **Brasil tem mais TV em cores do que esgoto-**  
<http://www.pnud.org.br/saneamento/reportagens/index.php?id01=2635&lay=san>. Acessado em 25 de outubro de 2008.

PRIORE, M. L. M. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005, v. I.

QUEIROZ, Edilene. **Do pathos do teatro grego à paixão da contemporaneidade**. Revista Eletrônica Symposium- ano 3- número especial-dez 1999.(pp.79 a 85)

RAGO, Luzia M. **Do Cabaré ao Lar - A utopia da cidade disciplinar**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 250 p.

RADIOBRÁS - Disponível em:  
<http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=187985&q=1&editoria> . Acessado em 22/05/2008.

SABAT, Ruth. **Filmes infantis como máquinas de ensinar**. Trabalho apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT Educação e Comunicação. Caxambu (MG): 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/ruthfrancinisabatt16.rtf>. Último acesso: (preencha aqui com a data de acesso ao site).

SCHMIDT, Simone Pereira; RAMOS, T. R. O. **O feminino na escrita do século XIX**. Revista Eletrônica “Mulheres e Literatura” Ano 4, vol 5, 2º sem/2000. Disponível em <[www.letras.ufrj.br/litcult/revista\\_mulheres/revistamulheres\\_vol5.php?id=5-39k](http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/revistamulheres_vol5.php?id=5-39k)>. Acesso em 15 jan. 2008.

SEGATO, Rita. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Série Antropologia, n. 236. DAN/ICS/UNB, 1998. Disponível em <[http://www.unb.br/ics/dan/serie\\_antro.htm](http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm)>. Acessado em

\_\_\_\_\_. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes – Prometeo, 30 out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez** - Rev. Estud. Fem. vol.13 no. 2 Florianópolis May/Aug. 2005 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em 12 jan 2008.

SCOTT, Joan W. Prefácio a **Gender and politics of History**. Cadernos Pagu (3) 1994, pp 11-27.

\_\_\_\_\_. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História** 16. São Paulo, fevereiro de 1998, p.297-325.

SILVA, DE Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 16 ed. Rio de Janeiro, 1999.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; FURLAN, Reinaldo. *Body and soul in Foucault: Assumptions for a methodology of psychology*. Psicol. USP, São Paulo, v. 14, n. 3, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642003000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 jun. 2008.

SPINK, Mary. J. P. & FREZZA, Rose. (2004). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. In M. J. P. Spink (Org.). Práticas discursivas e produção de sentido: A perspectiva da Psicologia Social (pp. 17-39). São Paulo: Cortez Editora.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. **A vida como ela é...: imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues**. Cad. Pagu, Dez 2007, n. 29, p.399-428.

ZERO HORA. **Sem herdeiros por opção**.

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1808849.xml&template=3898.dwt&edition=9547&section=100>. Acesso em 20 de outubro de 2008.